

Abril de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Conjuntura económica não trava programas sociais	6
1.2 Os servidores e os cidadãos	7
1.3 Novos mecanismos aceleram investimento	8
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Revelado volume de empréstimos	10
3. MERCADO INFORMAL	11
3.1 Zungueiras não sabem da nova medida da CACL	11
3.2 Venda de materiais cortantes na via pública divide Polícia e zungueiros	12
3.3 Fiscalização multa vendedores ilegais	13
3.4 As zungueiras também pagarão?	13
3.5 Sete fiscais agredidos no Cazenga	14
3.6 Zungueira perde perna durante fuga a fiscais	14
3.7 Vendedores de plantas medicinais destroem eucaliptos no Kilamba	15
3.8 Associação de Ambulantes junta-se ao combate à venda nas nas	15
3.9 Rocha Pinto sem ambulantes	16
3.10 Mercado informal ressurgiu na passagem de nível	16
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	18
4.1 “Crise económica pode prolongar-se até 2020”	18
4.2 Deputados sugerem fim da hiper urbanização das cidades	18
4.3 Trocas comerciais entre Angola e África do Sul caem 75%	19
4.4 Novos mecanismos aceleram investimentos	20
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	22
5.1 Os altos e baixos do Censo populacional	22
5.2 Censo 2014: uma análise da evolução dos principais indicadores	22
5.3 Criadas linhas de apoio ao cidadão	24
5.4 Hígino Carneiro quer palavra aos cidadãos	25
5.5 Governo desdramatiza os fins das propostas	26
5.6 Legislação atrasa autarquias	27
5.7 Comissão de moradores passa no parlamento	28
5.8 Desarmamento da população civil em análise hoje	28
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	30
6.1 Actividade imobiliária com novo regulamento	30
6.2 Jovens em Cacula recebem moradias	30
6.3 Casas sociais entregues à população	31
6.4 Comunicação da fixação e alteração de residência	32
6.5 Comunicação da fixação e alteração de residência	32

6.6	Oportunidades para o Novo Urbanismo em Angola após a baixa da economia petrolífera	33
6.7	Desmobilizados recebem casas	35
6.8	Novas urbanizações no Chibodo recebem os primeiros moradores	35
6.9	Centenas de casas sociais foram entregues no Soyo	37
6.10	Plano de requalificação do Lobito deverá ser aprovado em Junho	37

7. TERRA 39

7.1	Cerca de 70 mil pessoas podem ser afectadas por desabamento de terra	39
7.2	O Morro da Samba e as barreiras de protecção	39
7.3	Terrenos no Talatona sob ultimato	40
7.4	Fazendeiros improdutivos perdem terras	40
7.5	Demolições no zango resultam em morto e dois feridos	40

8. SERVIÇOS BÁSICOS 42

8.1	Milhões de pessoas consomem água potável	42
8.2	Mais água potável para a comunidade rural	42
8.3	Uíge melhora fornecimento de água e energia eléctrica	43
8.4	Governo amplia abastecimento de água para Luanda	45
8.5	A campanha de limpeza	47
8.6	Estudo associa lixeiras a maus hábitos	47
8.7	Energia a partir de resíduos	48
8.8	Cidadãos vão pagar de 500 a dez mil Kwanzas pelo lixo	48
8.9	Taxa de limpeza é paga este mês	49
8.10	Associação dos Amigos do Sambizanga adere as causas sociais do Executivo	49
8.11	Sector das águas melhora serviços	50
8.12	Bento Kangamba faz elogio ao novo modelo de limpeza	51
8.13	Higino Carneiro promete mais exonerações	51
8.14	Taxa de lixo é acoplada à energia	52
8.15	Cartoon	53
8.16	Construídas várias latrinas	53
8.17	Melhorado serviço de distribuição de água potável	54
8.18	'Em nome da transparência divulguem os custos dos contratos'	55
8.19	Os modelos falidos e as dezenas de operadoras de lixo	55
8.20	Taxa do lixo opõe GPL a Luandenses	56
8.21	Taxa de lixo estala o verniz entre GPL e luandenses	56
8.22	Aterros sanitários abertos no Lubango	57
8.23	Camame consome água potável	57
8.24	Oposição contra cobrança de taxa de lixo	58
8.25	Cidadãos deitam lixo no chão	60
8.26	Cabinda também promete cobrar 'taxa do lixo'	60
8.27	A Elisal é um sonho desvirtuado	60
8.28	Equipa económica analisa Plano de Limpeza Urbana para Luanda	62
8.29	Luanda poderia movimentar USD 350 por ano com a reciclagem	62
8.30	Não há vontade política para se resolver a questão do lixo	63
8.31	Presidente orienta melhorias à proposta	66
8.32	Água potável nas zonas rurais vila de Chiecala Choloanga	67
8.33	Combate ao lixo é feito com taxas dos mercados	67
8.34	Combate ao lixo em Viana e Cazenga	68
8.35	Moradores do bairro da calemba põem lixo na vala de drenagem	69
8.36	Agora que vamos pagar, temos de exigir mais trabalho	69
8.37	Luanda já tem modelo de limpeza urbana	69
8.38	A taxa do lixo foi reduzida em mais de 50 por cento	71
8.39	Falta de Iluminação preocupa cidadãos	73
8.40	Operadoras de limpeza com moratória de quatro meses	74

8.41	Estados definem gestão do Okavango	75
8.42	Empresa de Aguas justifica os cortes no abastecimento	75
8.43	População recusa e revolta-se com taxa de lixo	76

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA 78

9.1	Violência doméstica tende a aumentar	78
9.2	Marginais aterrorizam Sapú II	78
9.3	Casos de violência doméstica registaram baixa na província	79
9.4	Criminalidade baixou em Malanje	79
9.5	Aumento de assaltos na rotunda do Camama	80
9.6	Apresentação de marginais opõe SIC e PGR	80
9.7	Mais de três mil crimes praticados com armas ilegais em 2015	81
9.8	Estudo determina causas de crimes	82

10. AMBIENTE 83

10.1	Chuvas torrenciais desalojam famílias	83
10.2	Cerca de 70 mil pessoas podem ser afectadas por desabamento de terra	83
10.3	O Morro da Samba e as barreiras de protecção	83
10.4	Dez por cento vive em zonas de risco	84
10.5	Estado cria condições para gestão de riscos	85
10.6	Lidar com desastres naturais	86
10.7	Chuvas fortes tornam ruas intransitáveis	87
10.8	Prevenção de calamidades é analisada em seminário	87
10.9	Chuva causa danos em Luanda	87
10.10	Ministra do Ambiente reitera combate ao comércio de marfim	88
10.11	Chuva Mata 14 pessoas em Luanda	88
10.12	Chuva causa dissabores aos moradores da Samba	89
10.13	Luanda, a chuva e os nossos mortos	90
10.14	Primeiro passo para um planeta melhor	91
10.15	Vendedores de plantas medicinais destroem eucaliptos no Kilamba	92
10.16	Ondas fora do normal na costa angolana	92
10.17	Valas de escoamento, evitam erosão de solos	93
10.18	Calemas "O perigo ainda está à espreita"	93
10.19	Famílias afectadas são transferidas para áreas seguras	94

11. MIGRAÇÃO 95

11.1	Auxílio a imigração ilegal afecta a segurança	95
11.2	Nacionais por detrás da imigração ilegal	96

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 98

12.1	12.1 Ministro da geologia e minas com dias contados	98
12.2	12.3 Reforçado o controlo das áreas mineiras	99
12.3	USD 130 Milhões encerram conflito diamantífero entre Angola e Portugal	99
12.4	Sector diamantífero dá sinais de crescimento	100
12.5	Sector diamantífero produziu em dois anos 7.962.330 quilates	101

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Conjuntura económica não trava programas sociais

Jornal O País

26 De Abril de 2016

Texto: Domingos Bento

O vice-presidente da República, Manuel Vicente, defendeu que é preciso continuar a priorizar os serviços básicos nos domínios da saúde, ensino e assistência social e permitir que estes cheguem a todos os angolanos, apesar do actual contexto económico que o país enfrenta. Durante a realização do fórum sobre financiamento e gestão dos programas sociais do Estado, o governante frisou ser oportuno apostar na gestão económica e financeira do país, de forma a otimizar os recursos disponíveis, visando a garantia de assistência médica e medicamentosa condigna e mais educação às populações.

De acordo com Manuel Vicente, os dados estatísticos para o ano de 2016 indicam que o sector social representa 43,2 por cento da despesa total do Orçamento Geral do Estado, diferentes dos 32,5 por cento de 2015 e 29,97 por cento de 2014.

Segundo o vice-presidente, é preciso criar políticas e programas sociais que visam garantir o bem-estar das crianças e jovens, um ensino superior de melhor qualidade, melhor assistência aos antigos combatentes, veteranos da pátria e deficientes de guerra para que o país tenha condições para a igualdade do género, a promoção e exaltação da unidade nacional.

Por seu lado, o ministro do Planeamento, Job Graça, deu a conhecer que estes programas já existem. Um deles, conforme sublinhou, é o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017. Este programa, foi elaborado com base na estratégia Angola 2025 e compreende 229 programas de acção fundamentais e 1227 medidas de políticas transversais e sectoriais que implementam 11 políticas nacionais.

Os sectores do PND 2013-2017 distribuem-se pelos domínios económico, de infraestruturas, institucional e social. Neste último domínio agrupam-se as áreas dos antigos combatentes e veteranos da pátria,

assistência social e reinserção social, ciência e tecnologia, comunicação social e cultura.

Ainda do capítulo social consta a questão do desenvolvimento rural, desportos, educação, ensino superior, família e promoção da mulher, formação profissional, habitação, e saúde.

Todavia, segundo Job Graça, todos os instrumentos de planeamento contidos quer no PND 2013-2017, bem como na estratégia Angola 2025, definem políticas com igual lógica e cada política encerra objectivos estratégicos metas e opções estratégicas em que o capital humano, a tecnologia e o conhecimento são o motor do crescimento. Porém, em todos os domínios supracitados, as prioridades recaem a ciência e tecnologia, a educação, saúde e ao ensino superior.

Na explicação do ministro do Planeamento' são já percorridos três anos desde a implementação do PND 2013-2017, dos quais, 2014-2015, sob efeito da queda do preço do petróleo que teve efeitos negativos na execução dos programas.

Ainda assim, ao meio de dificuldades financeiras, Job Graça deu a conhecer que foram dados alguns passos: no sector da Ciência e Tecnologia foi possível elaborar, entre 2015 e 2016, o Plano Anual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLANCTI) bem como o prosseguimento das acções que visam materializar os objectivos do Plano Nacional de Formação de Quadros cuja execução média revela que, dos 5 indicadores de objectivos, apenas 1 encontra-se acima dos 120 por cento.

No Sector da Educação, em 2015, o número de alunos matriculados em todos os níveis de ensino foi de 8539 000, correspondentes a 118,54 por cento da meta. No mesmo ano, ao nível do ensino superior, o número de estudantes matriculados situou-se em 203.888, representando assim um aumento de 39 por cento. No capítulo da Saúde, entre os programas gizados, o responsável destacou 1470.091 testes de VIH/ SIDA efectuados em adultos, dos quais, 6,1 por cento são positivos, a campanha integrada de vacinação contra o sarampo, tendo sido vacinadas 6.274.763 crianças. Contra a poliomielite foram imunizadas 9.228.368 crianças.

"A execução média demonstra que, dos 21 indicadores de objectivo do sector, 2 encontram-se acima dos 120 por cento e 8 abaixo dos 85 por cento. Para além destes sectores, convém referir que o Índice de Desenvolvimento Humano passou de 0,486, em 2012, para 0,532 em 2015, reflectindo um incremento de 9,46 por cento que corresponde à média anual de 3,15 por cento. A esperança de vida à

nascença, passou de cerca de 44 anos, em 2000, para 60 anos, em 2014. Esta taxa é uma das maiores registadas na África subsariana", frisou.

1.2 Os servidores e os cidadãos

Jornal de Angola
29 De Abril de 2016

Os municípios são circunscrições em que vivem muitos milhares de cidadãos, pelo que faz todo o sentido que se preste hoje muita atenção às condições de vida dos que lá vivem. Há por exemplo municípios na província de Luanda com um número considerável de habitantes, o que tem levado as nossas autoridades a tomar as medidas apropriadas para que os problemas mais graves sejam resolvidos com celeridade.

Temos em Luanda municípios com mais de cem mil habitantes, tendo-se constatado um rápido aumento da população em várias áreas, em virtude sobretudo da guerra, que obrigou muitos angolanos que viviam no interior a refugiar-se na capital, em busca de segurança e de meios de subsistência.

Estamos em paz e é hora de se criarem máquinas administrativas nos municípios capazes de corresponder às exigências dos cidadãos e à complexidade dos problemas que decorrem do aumento considerável da população em muitos municípios.

Os municípios têm de estar dotados de quadros que possam dar solução aos problemas, devendo-se fazer tudo para que não haja vazios nas administrações municipais em termos de pessoal qualificado para resolver este ou aquele problema.

E verdade que não se resolvem os problemas sem dinheiro. Mas também é verdade que não se dá solução aos problemas sem ideias. E as ideias são necessárias quando precisamos de superar problemas complexos. Hoje, como não podia deixar de ser, há uma grande preocupação em relação à vida nos municípios. Hoje os municípios da província de Luanda, que tem mais de seis milhões de habitantes, estão a merecer uma atenção especial das autoridades, que vão resolvendo progressivamente os problemas das populações.

Apesar da magnitude dos problemas, as autoridades têm trabalhado incessantemente para que chegue por exemplo a água a todos os cidadãos.

E verdade que muito há ainda a fazer para que todos os cidadãos que habitam em Luanda tenham água e energia eléctrica, mas também é certo que vai sendo

cada vez maior o número de famílias que vai tendo acesso a estes produtos indispensáveis. Há programas já concebidos para se concretizarem projectos que vão ao encontro da melhoria das condições de vida de muitos milhões de habitantes da província de Luanda. O importante é que esses programas sejam bem executados e que beneficiem efectivamente os cidadãos. Para uma boa execução de programas, é preciso entretanto que haja quadros que possam levar por diante o que se programou, tendo em vista alcançar bons resultados. Tudo deve ser feito nas administrações municipais para que as comunidades vivam cada vez melhor. As administrações municipais devem continuar a preocupar-se com a execução eficiente dos programas para que os cidadãos tenham uma boa qualidade de vida.

Tem também de haver o hábito de recrutamento para as administrações municipais de quadros que tenham as mais diversas competências. Afinal há inúmeros problemas complexos nos municípios e isso justifica que as suas administrações tenham pessoal capaz de atender a situações diversas.

O facto de as nossas autoridades estarem a prestar uma atenção particular ao municípios revela que têm consciência de que é prioritário resolver os problemas de muitos milhões de pessoas, sobretudo aqueles que não devem ser adiados. Nem todos os problemas podem ser resolvidos imediatamente. Mas há problemas a que as administrações municipais podem e devem dar solução imediata. Que as administrações municipais estejam sempre atentas aos problemas e que os resolvam com celeridade, nos casos em que isso for possível. E há problemas simples que podem ser resolvidos sem grandes custos e em pouco tempo. Basta haver vontade para os superar. As administrações municipais devem também tomar medidas preventivas. Se se puder evitar que os problemas aconteçam, isso é bom para as comunidades. Se se puder prever o surgimento de um problema, que se tomem imediatamente medidas para que ele não ocorra. Os servidores públicos das administrações municipais têm uma grande responsabilidade no processo de desenvolvimento do país. O servidor público que trabalha na administração municipal tem também de dar, por exemplo, a sua contribuição à erradicação da pobreza e do analfabetismo, e colocar-se na linha da frente do combate ao subdesenvolvimento.

Os nossos municípios devem ser prósperos. Os municípios devem poder satisfazer as suas necessidades, para que possam viver com dignidade. As nossas autoridades estão no bom caminho, ao priorizarem acções em prol do desenvolvimento dos municípios. Que se criem mecanismos de auscultação e diálogo entre os cidadãos e as administrações

municipais" para que haja uma interacção regular entre governantes e governados. É fundamental que os servidores públicos com elevada responsabilidade ao nível dos municípios estejam permanentemente disponíveis para ir ao encontro dos cidadãos, a fim de saberem deles o que realmente se passa nas suas áreas de residência. Os munícipes querem justamente que os seus problemas sejam resolvidos e os servidores públicos não devem perder de vista as suas preocupações.

1.3 Novos mecanismos aceleram investimento

Jornal de Angola

29 De Abril de 2016

Texto: João Dias

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, defendeu a criação de serviços Integrados ao investimento privado e uma "via verde" que permita que num passo e local o investidor estrangeiro encontre todas as condições para começar a Investir em até três meses.

O mecanismo está previsto na Lei de Investimento Privado aprovada em Agosto do ano passado e permite abreviar todos os processos que conduzam à realização do investimento. O diploma prevê, igualmente, um Guiché para o investidor estrangeiro, pois tem maior dificuldade em impor-se numa economia estranha, afirmou Abraão Gourgel, destacando o papel do Ministério do Planeamento no acompanhamento das estatísticas do investimento privado para a devida compatibilização com o público.

O ministro foi um dos prelectores durante o seminário sobre "Compatibilização entre Investimento Privado e o Investimento Público", dirigido a secretários de Estado e directores de Unidades Técnicas de apoio ao Investimento Privado.

O ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, defendeu a compatibilização entre Investimento Privado e o Investimento Público para evitar desperdícios e aumentar a produtividade do investimento.

Ao discursar na abertura do seminário, Job Graça explicou que a implantação de infra-estruturas nas regiões mais propensas ao investimento privado reduz os custos do investidor privado e aumentam a sua eficiência, ao mesmo tempo que o próprio investimento público se torna mais produtivo e eficaz na sua função de promoção de crescimento. Com a

realização do seminário em que participou o ministro do Comércio, Fiel Constantino, Job Graça afirmou que o propósito do seminário foi habilitar os técnicos a produzirem relatórios trimestrais sobre a implementação e desenvolvimento do investimento privado, bem como a sua complementaridade e compatibilização com investimento público, que vão passar a ser encaminhados para o Titular do Poder Executivo.

Segundo o ministro, o objectivo é maximizar os benefícios tecnológicos, económico-financeiros e sociais, num processo cada vez mais eficaz de aceleração da diversificação da economia nacional. "As nossas expectativas são fundadas no facto de que, por um lado, o investimento privado é parte importante do processo de formação bruta de capital e, por outro, os seus volumes e eficiência são importantes fontes e determinantes do crescimento económico", notou o ministro.

Vantagens da Lei

O ministro Abraão Gourgel falou das vantagens da Lei de Investimento Privado e sublinhou que estabelece critérios mais objectivos para atribuição dos incentivos aos investidores e disciplina o repatriamento de lucros e dividendos, além de reduzir a burocracia, tempo e custos.

O diploma destriça o valor do investimento externo e do valor do investimento interno. O investimento directo externo só beneficia de incentivo a partir do equivalente a um milhão de dólares, enquanto o interno beneficia a partir dos 500 mil dólares. O documento introduz critérios mais claros em relação à aplicação dos incentivos.

O ministro Abraão Gourgel esclareceu que os critérios são aplicados com base na criação de postos de trabalho, valor do investimento e a localização do investimento, quer na zona A ou B, sendo que a produção agrícola, silvícola, pescas e indústrias conexas têm um incentivo especial.

"Procuramos introduzir critérios como valor acrescentado nacional, participação accionista dos angolanos e promoção das exportações, fundamentais para o Plano Nacional de Desenvolvimento, e que geram maior diversificação da economia e acrescentam valor nacional", referiu Abraão Gourgel, que explicou que deste modo, o investidor é induzido a participar no processo de produção e diversificação económica.

Para os investidores que criem até 50 postos de trabalho, há uma redução de cinco por cento nos três impostos, o de sisa, o industrial e o de aplicação de

investimento. A nova LIP impede que os investimentos indirectos sejam superiores aos investimentos directos. A lei introduz também limitações ao serem expatriados os lucros e dividendos.

"Sempre que o investidor pretender realizar operações qualificadas como investimento, não pode exceder o valor de 50 por cento. Uma outra inovação da LIP passa pela criação de mais incentivo à participação accionista angolana em sectores, como energia e água, telecomunicações e tecnologia de informação, entre outras. Nestes, a participação angolana é de pelo menos 35 por cento do capital accionista.

O ministro do Comércio, Fiel Constantino, procedeu ao encerramento do seminário que teve como objectivo reflectir sobre o sistema de registo de informação integrado de compatibilização entre o investimento público e o privado.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Revelado volume de empréstimos

Jornal de Angola

24 De Abril de 2016

Em dez anos, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) concedeu empréstimos avaliados em 43 mil milhões de kwanzas a 544 projectos do sector agrícola, noticiou, sábado, a Angop.

A informação está inserta num documento do Banco de Desenvolvimento de Angola, no qual se considera que o sector agrícola tem um peso significativo na estratégia de diversificação da economia de Angola, onde a população é maioritariamente dependente da agricultura.

O Banco de Desenvolvimento de Angola afirma que o sucesso dos projectos financiados depende da existência de boas infra-estruturas e do funcionamento das instituições públicas de licenciamento das actividades empresariais.

A melhoria na oferta de bens e serviços de suporte à actividade empresarial e o aumento da capacidade de gestão dos promotores de negócios são outros factores críticos para o sucesso dos projectos financiados.

Há pouco mais de uma semana, a e Angop noticiou que o Banco de Desenvolvimento de Angola tem abertas linhas de crédito avaliadas em 35 mil milhões de kwanzas com o juros bonificados e períodos de reembolso alargados - de 15 anos o para os ligados à agricultura, 12 a anos os da indústria e dez anos os do sector de serviços para ajudar a banca comercial a financiar projecto produtivos.

O Banco de Desenvolvimento de Angola é uma instituição financeira pública criada ao abrigo do Decreto 37/06 de Julho de 2006, com a o objectivo de apoiar o crescimento e económico sustentado do país.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Zungueiras não sabem da nova medida da CACL

Jornal O País

1 De Abril de 2016

Texto: André Mussamo

Na manhã da Quinta-feira encontra mos dona Rosa, nas imediações do Largo da Mutamba a varrer o seu local de vendas preparando-se para acender carvão destinado a confecção de alimentos diversos. O cesto ao seu lado há produtos, alimento e condimentos diversos como (carvão, o milho fresco, bana nas, pão, óleo vegetal, entre outros. Ao deparar-se com a nossa curiosa presença logo no seu ponto de vendas, aquele simpático sorriso desenhou-se logo no rosto, acompanhado pela pergunta mais óbvia: pai uma magoga?

Sucessivamente, foi assim na Mutamba e no Largo do Porto de Luanda. Cenário igual já avistáramos no São Paulo e na conhecida zona do Zé Pirão, onde, quase sempre senhoras maiores de 30 anos e que dizem morar na periferia, se deslocam ao centro da cidade grande logo pela manhã cedo para comercializar os lanches diversos que servem de pequeno-almoço para o exército de pessoas que desembarcam na cidade depois de uma longa e fastidiosa viagem de táxi pelas engarrafadas estradas de Luanda.

Essas senhoras têm uma característica comum: todas confeccionam manjares em qualquer esquina da cidade e são tão criativas que à cada proposta de alimento oferecem uma designação improvisada. E a lista já vai longa.

Desde a magoga a xandulas, dá Motorola ao petisco. Na sua lista de oferta consta ainda a banana assada, o bombô com gínguba, o milho fresco e outros "mimos".

A estas 'se juntam outras tantas mulheres que zungam com um pouco de tudo. O mais importante é no final do dia garantir o lucro suficiente para alimentar o agregado familiar.

Zungueiras não sabem da medida

Entretanto, nem todos sequer ouviram falar da nova medida anunciada pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, esta Quarta-feira, 30. Quando as informamos que assim estavam face a uma transgressão administrativa, nem sequer se

surpreenderam tendo apenas retorquido "pai vamos fazer como então se não temos emprego?", tendo o único factor surpreendente sido o valor da multa que doravante correspondente a dois salários mínimos, ou seja, 45 mil kwanzas, para quem for autuado em delito de venda ambulante na cidade de Luanda, para além de perder os bens terão que a responder por crime de desobediência.

Mesmo surpresas, as "zungueiras" prometem manter-se na 'luta pela sobrevivência'. Dona Rosa da Mutamba diz-se habituada às frequentes corridas de polícias e dos fiscais, alguns dos quais fingem dar-lhes corrida e à hora do almoço, acabam recorrendo aos seus serviços. Os seus clientes são provenientes dos diversos serviços vizinhos. Até "descem meninas de unhas pintadas para comer aqui". Por isso, a Rosa diz que sempre contou com o protecționismo de seguranças de empresas e a cumplicidade de algumas autoridades.

Segundo o comunicado distribuído à imprensa, fiscais e outras autoridades passariam a atuar a venda ambulante desordenada nas ruas da capital. A medida decorre da nova lei das transgressões administrativas e a autoridade administrativa da cidade de Luanda adverte que além dos vendedores também os compradores e aquele que receber e armazenar os produtos dos vendedores em situação de transgressão administrativa ficam incluídos nas sanções.

Para o êxito da medida, a CACL promete reforçar a fiscalização e as acções de prevenção e "correctivas" na cidade de Luanda.

Reacções

A medida é considerada 'drástica' por uns e bem-vinda por outros. Nas redes sociais tornou-se um tema amplamente comentado, sendo que muitos analistas e fazedores de opinião já debitaram os seus argumentos.

O internauta Carlos Lopes faz questão de rememorar que a maioria das zungueiras são o principal sustento das suas famílias, que sobrevivem na ausência de uma política de emprego. Segundo este internauta, "ninguém sabe qual é a dimensão do mercado informal em Luanda, mas ainda é aquele que proporciona uma renda familiar à maioria da população, que vive em pobreza extrema". Mais do que, criar condições dignas de vida aos Luandenses, as autoridades perseguem os mais pobres, que se desesperam num país que pouco faz para aliviar o seu sofrimento" afirma.

Domingos das Neves, um conhecido comentarista, aconselha a ponderar as medidas de governação porquanto "com essa onda gritante de desemprego

que temos estado a ver e a sentir, resultado de muitas situações económicas e financeiras, as vendedoras e os vendedores ambulantes são um grande suporte para milhares de famílias, sobretudo àquelas que vivem nas periferias".

Domingos das Neves considera ainda a medida "desajustada no tempo e no espaço" porque, parece demonstrar que o Governo quer olhar somente no decoro da cidade e perde-se a oportunidade de reafirmar o valor da subsistência da pessoa humana a favor de uma mera decoração da cidade.

"Com a precariedade e as imensas dificuldades que temos em encontrar um emprego, já se devia agradecer a Deus que essas mulheres e esses homens, corajosos, decidiram optar por um meio de sobrevivência (informal) mas com maior dignidade, do que assaltar e vender os corpos. Se não queremos ambulantes vendedores nas ruas, temos de criar políticas de massificar o emprego e dignificar o trabalho. Doutra forma vamos aumentar os índices de delinquência e de prostituição" sentencia o analista.

Outra crítica dura à medida da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, CAACL foi expressa nas redes sociais por Alexandra Simeão. Dirigindo-se às deputadas da Nação, apela: "senhoras deputadas levantem-se, saiam do ar condicionado e defendam as mães desempregadas que apenas na zunga conseguem colocar comida em cima da mesa".

Relembra que 2016 foi declarado o ano dos Direitos Humanos pela União Africana, sendo a mulher a prioridade e as "senhoras deputadas sabem disso" afirma.

Como ficam as outras zungas?

Até já faz parte do costume associar Luanda ao pregão da peixeira. Tal prática foi eternizada por músicos, escritores e poetas. É tradição de Luanda desde o tempo colonial a peixeira bater as ruas da cidade em busca do comprador para o seu peixe acabadinho de chegar do mar.

Também remonta da Luanda antiga o jovem correr pelas ruas da cidade a anunciar a manchete do jornal do dia. Os ardinias e alfarrabistas sempre fizeram parte do modus vivendi de Luanda

Que fala na peixeira e no ardina também fala na senhora da fruta que de bacia a cabeça distribui sabores diversos entre transeuntes que degustam a laranja, a tangerina e outras iguarias.

A questão que se coloca é como fica esta outra zunga. As nossas tentativas para contactar entidades competentes para esclareceram estas e outras questões não resultaram.

Também não foi possível ouvir pronunciamento da Associação dos Vendedores ambulantes, pelo que prometemos continuar à busca de mais reacções.

3.2 Venda de materiais cortantes na via pública divide Polícia e zungueiros

Jornal O PAIS

4 De Abril de 2016

Texto: Domingos Bento

Doravante, é proibida a venda de utensílios ou materiais cortantes, como machados, facas, catanas, enxadas, tesouras e outros similares, em locais públicos. A medida é da polícia nacional que leva a cabo uma mega operação de recolha de tais material em posse de vendedores ambulantes que os comercializa em diversos pontos da cidade de Luanda.

Engrácia Costa, porta-voz do Comando provincial da Policia, declara que esse tipo de material, vendido ao longo das avenidas, tem servido de recurso para o cometimento de actos de violência em plena via pública. Segundo a mesma, muitos meliantes e demais cidadãos envolvidos em brigas, recorrem a esses utensílios para neutralizar as suas vítimas.

"Normalmente esses materiais ao alcance de qualquer um. E esta exposição facilita as pessoas envolvidas em brigas ou crimes a socorrerem-se deles para ferir as vítimas. Temos estado a verificar estas situações com muita regularidade. E enquanto agentes de segurança isso preocupa nos porque é a vida do utente da via pública que fica em risco", frisou.

De acordo com Engrácia Costa, a recolha dos utensílios está a ser feita em diversas artérias de Luanda tanto na zona urbana como nas áreas periféricas. "Estão a ser feitas apreensões desses materiais em tudo quanto é canto. Estamos a notar alguma resistência por parte de alguns vendedores ambulantes que insistem na prática. Mas estamos focados no nosso objectivo porque compreendemos que, para além de perigar a vida das pessoas, existem locais próprios onde estes materiais devem ser comercializados".

Segundo ainda aquela porta-voz, o processo, que teve início na semana passada, está a permitir a recolha de mais de vinte utensílios em cada ponto de Luanda, com maior incidência no casco urbano onde se regista uma grande movimentação de vendedores ambulantes. Todavia, Engrácia Costa revelou já que todos os materiais apreendidos serão encaminhados aos órgãos competentes para o devido tratamento.

3.3 Fiscalização multa vendedores ilegais

Jornal de Angola

9 De Abril de 2016

A direcção municipal de Fiscalização de Icolo e Bengo, província de Luanda, aplicou desde Março 30 multas a vendedores ambulantes e embargou 45 obras de construção civil por não estarem licenciadas, informou ontem na vila de Catete o responsável da instituição.

Domingos Manuel disse à Angop que o trabalho desenvolvido é resultado de um plano definido em conjunto com a administração municipal de Icolo e Bengo com o objectivo de pôr fim às transgressões administrativas.

Antes da execução do plano, os serviços de fiscalização apelaram à população a colaborar na luta contra a venda em locais impróprios. O responsável frisou que as empresas de construção civil foram também alertadas para a necessidade de utilizarem viaturas de carga, com realce para inertes, em bom estado técnico e dotadas de coberturas, sob pena de serem penalizadas.

"O programa de sensibilização já parou e agora chegou o momento de combater os transgressores administrativos", declarou Domingos Manuel, que apontou a venda e apropriação ilegal de terrenos como outro problema que os serviços de fiscalização vão combater.

O município de Icolo e Bengo, cuja população é maioritariamente camponesa, já pertenceu à província do Bengo. Com a última divisão político-administrativa, passou a pertencer à província de Luanda, à semelhança do município da Quiçama, que também pertenceu à província do Bengo.

No Icolo e Bengo está a ser construído há sete anos um aeroporto internacional de grandes dimensões.

3.4 As zungueiras também pagarão?

Jornal O País

19 De Abril de 2016

Texto: Luís Eva

O assunto do momento é a taxa do lixo que o nosso governador decidiu implementar com os valores que tirou não sei de onde, já que não constam da lei que ele fez questão de mencionar na tal conferência de imprensa.

Não contávamos que Higinio Carneiro nos surpreendesse desta forma, pois eu acreditava que ele fosse evitar "problemas com o povo". Não vejo outra designação, senão esta: o governador quer arranjar problema com os governados.

Porque não se compreende como é que o cidadão que nem emprego tem vai pagar aquele valor exorbitante para a recolha do lixo. Não devia ser melhor que o governo nos comprasse o lixo? Ao menos acabaríamos com vários problemas de uma só vez, nomeadamente, a fome, a malária, o próprio lixo e a falta de ocupação (as pessoas teriam o que fazer: procurar lixo para vender).

Mas o governador e a sua equipa não pensam como eu. Aliás, sou um pacato cidadão que terá de pagar, segundo as contas do GPL, 10 mil por mês, por causa da localização da minha casa.

Gostava de saber se as zungueiras também pagarão pela recolha do lixo. Para muitos esta pergunta pode ser estúpida, mas ainda acho que as zungueiras deviam pagar muito mais, porque elas produzem muito lixo. São as vendedeiras e os mercados que produzem mais lixo. Higinio não nos pode tratar como se fôssemos farinha do mesmo saco, porque eu tenho como provar que minha família não produz tanto lixo assim, mensalmente, em comparação com o lixo produzido pelas vendedoras da rotunda do Calemba II, por exemplo, da ponte partida de Viana, ou com as do Mercado do Asa Branca.

Acho injusto analisarmos por este lado, como também acho injusto sermos comparados com os armazéns de frescos ao lado do campo polivalente dos Prédios do Golf II ou com os armazéns do Hoji-Ya-Henda e do mercado dos kwanzas. As zungueiras não só devem ser obrigadas a pagar,

caso a tal lei entre em vigor, como devem ser obrigadas a adoptar bons comportamentos no que diz respeito ao manuseamento do lixo, sob pena de lhes ser aplicada uma multa.

3.5 Sete fiscais agredidos no Cazenga

Jornal O País

19 De Abril de 2016

Texto: André Mussamo

Sete indivíduos pertencentes aos serviços de fiscalização da Administração Municipal do Cazenga foram agredidos por comerciantes da zona do mercado "Arreiou Arreiou", no Hoji-ya-Henda.

Segundo o administrador do Cazenga, Nataniel Narciso, os fiscais dirigiam-se para uma actividade de rotina no referido mercado informal quando foram "barbaramente agredidos pela população".

Tany Narciso informou também que do grupo de agressores fazem parte comerciantes imigrantes provenientes da região oeste-africano. A agressão resultou em 4 feridos graves. Na sequência da acção, sete indivíduos foram já detidos e a zona comercial foi encerrada pela administração até que se apurem responsabilidades.

Tany Narciso adverte que vai exigir "punição severa aos agressores dos representantes da autoridade do Estado" por ser um comportamento que "não deve ser tolerado".

Uma testemunha que apelou ao anonimato disse a nossa reportagem que os fiscais fazem da zona a sua "fonte de arrecadação de receitas pela via da extorsão aos comerciantes e vendedoras".

Segundo esta mesma fonte, não há fumo sem fogo e, por isso, a administração deve apurar as causas reais da agressão.

3.6 Zungueira perde perna durante fuga a fiscais

Jornal O País

21 De Abril de 2016

Texto: Zuleide de Carvalho

Segundo contam as testemunhas oculares, o trágico incidente aconteceu na Terça-feira, pouco antes das 2:00h da tarde, quando surgiram agentes da Repartição Fiscal do Lobito que desceram da viatura de trabalho e encetaram uma perseguição às

zungueiras que se encontravam a vender os seus produtos num dos passeios do bairro da Caponte.

Com medo de perder o sustento, Ferdinanda desata a correr para atravessar a estrada transportando consigo a mercadoria, quando é colhida por um camião que, ao passar com a roda traseira por cima da sua perna esquerda, amputou-a de imediato.

No caos que se gerou, com gritos e choro de Ferdinanda, os presentes contam que os fiscais não tentaram auxiliar a senhora que ficou sem uma das pernas, estendida sobre a poça do seu sangue na estrada, em frente ao conhecido "prédio do 10º". Os primeiros socorros foram prestados por outra zungueira, que correu ao encontro de Ferdinanda, a quem se juntaram as demais.

No final, passado demasiado tempo, dizem as testemunhas, a lesada foi levada ao Hospital Central do Lobito, no Compão.

A vítima, com cerca de 30 anos de idade, é natural do Uíge. Para além dos quatro filhos pequenos, cuida também de três irmãos, o marido é militar e trabalha noutra cidade, pelo que está agora entregue à sua sorte.

As zungueiras estão revoltadas com os agentes da Repartição das Finanças a quem chamam pejorativamente de "quata-quata" e "gatunos".

Os Lobitangas estão solidários com Ferdinanda, acusam os agentes fiscais em geral de estarem embriagados ou sob o efeito de estupefacientes, de serem mal-educados e demasiado violentos, criticam-nos também por não recorrerem ao diálogo e terem partido logo para a "caçada" e, caso não o tivessem feito, Ferdinanda teria ainda as duas pernas intactas e saudáveis.

Contudo, as opiniões dividem-se, pois há quem julgue a senhora culpada por ter perdido a perna, pois muitas foram as vezes em que as notificaram.

Sem efeito, retornam aos passeios em frente ao "prédio do 10º" para levar adiante os seus negócios, pois consideram ser o melhor ponto de venda.

O director municipal da Repartição Fiscal do Lobito, José Pina, pronunciou-se no mesmo dia em defesa dos seus agentes e afirma que o incidente não foi protagonizado por nenhum fiscal, por quanto "nenhum fiscal desceu do carro, antes pelo contrário, os fiscais seguiam em direcção ao bairro da Luz, com o intuito de ver uma obra que lá está a ser construída, e estavam parados no semáforo quando deram conta do acidente. Quero dizer à sociedade Lobitanga que o

cenário não ocorreu conforme está a ser pintado publicamente."

Já o administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, em visita ao Hospital na manhã de ontem, avançou que, apesar de não ter ainda recebido o relatório oficial da ocorrência por parte da Polícia, "todo o possível exagero da actuação do agente de fiscalização e do funcionário da Administração Municipal será responsabilizado individualmente de acordo à Lei Geral de Trabalho."

3.7 Vendedores de plantas medicinais destroem eucaliptos no Kilamba

Jornal O País

26 De Abril de 2016

Texto: Domingos Bento

Os eucaliptos da cidade do Kilamba estão a ser vanda lizados por vendedores ambulantes e comerciantes de mercados informais para serem comercializados como medicamentos de combate à malária e da febre-amarela.

Os sinais da vandalização podem ser vistos nas avenidas e ruas, como é o caso da Imperial Santana, em que se pode verificar algumas árvores partidas em consequências da acção das vendedeiras.

Moradores dizem que esta acção começou no passado mês de Março, de forma silenciosa, às noites, mas que rapidamente passou a efectuar-se em plena luz do dia, sob o olhar silencioso de muitos residentes.

Os jardineiros e outros prestadores de serviços são apontados como principais colaboradores dos vendedores, em troca de valores monetários.

Godinho Viegas, morador de um dos edifícios com vista para a Av. Imperial Santana, diz que o derrube de árvores começou no princípio do mês de Março, como se de uma limpeza das folhas se tratasse.

Progressivamente, começou-se a registar um fluxo maior de pessoas a colherem os ramos de árvores, que depois amarram em panos e seguem em direcção aos locais de paragem de táxi.

A intervenção de alguns moradores inibiu muitos comerciantes de serem eles próprios a colherem os ramos, passando entretanto a manter contacto prévio com jardineiros e outros coniventes.

O interlocutor mostrou -se preocupado com a destruição das árvores, o que, segundo ele, pode influenciar na qualidade do ar e estragar a imagem arquitetónica que a cidade apresenta, tendo pedido uma maior fiscalização.

Algumas árvores já não possuem ramos e folhas, sendo que outras encontram-se partidas, como consequência da actividade dos comerciantes.

O PAÍS percorreu alguns mercados informais, onde obteve explicações dos vendedores de que o referido produto é comercializado tanto para fins terapêuticos, como para a alimentação.

Os mercados situados na rotunda do Calemba 2 e da zona do Golf 2 são dois exemplos.

Paulo Bengui diz ser usuário de folhas de eucalipto desde 1985. Segundo ele, que é igualmente vendedor, para além de usá-lo como medicamento de combate à febre tifoide, malária e febre-amarela, passa aos seus clientes a receita de como se pode usar o tronco de eucalipto.

Entretanto, este vendedor de 55 anos realça que os benefícios da utilização da planta só podem ser sentidos por alguém que tenha sido inspirado por Deus, por acreditar que existem muitos "charlatões" com o objectivo único de extorquir dinheiro ao cidadão desavisado. Bengui recusou-se a revelar o local de onde os vendedores retiram as folhas de eucalipto, alegando apenas: "encontramos mesmo aqui em Luanda".

Já Maria Joaquim, do mercado do Golf 2, reiterou a posição do primeiro sobre a proveniência das folhas de eucalipto, tendo confundido o trabalho' dos repórteres deste jornal com os dos agentes da Polícia.

Refira-se que é cada vez maior a presença de vendedores de diversas plantas que se diz possuírem 'poder de cura' em mercados e portas de hospitais.

3.8 Associação de Ambulantes junta-se ao combate à venda nas

Jornal de Angola

25 de Abril de 2016

Texto: Stela Cambamba

O vice-presidente da AVA, Amilton Tonga Salazar, anunciou, a OPAÍS, a realização de uma mega campanha com vista a sensibilizar os seus mais de 30

mil filiados a acatarem a proibição do Governo Provincial de Luanda, segundo a qual não devem vender nas principais artérias da cidade. Para o efeito, a associação reuniu este Sábado, no Mercado dos Congolenses, com os seus filiados que exercem essa actividade na Avenida Deolinda Rodrigues e arredores, para os esclarecer sobre a necessidade de cumprirmos com a estratégia do Executivo para garantir maior segurança e comodidade aos transeuntes.

De acordo com o seu vice-presidente, a associação pretende encontrar, junto das administrações municipais, espaços onde poderão criar feiras para albergar grande número de vendedores ambulantes, de modos a que deixem de realizar os seus negócios em espaços proibidos.

A associação almeja ainda a criação de espaços onde os seus filiados possam beneficiar de aulas de alfabetização. Essa medida deve-se ao facto de terem constatado que grande parte dos vendedores ambulantes têm apenas a terceira classe feita, facto que os preocupa.

No entanto, garantiu que já foram formados cinco mil activistas para se encarregarem dessa missão.

Amilton Salazar anunciou que a primeira feira será instalada no município de Viana. "Em função dos esforços que temos evidenciado, temos fé que dentro em breve o município de Viana terá a primeira feira para albergar os zungueiros", contou.

Disse ainda que por agora têm sensibilizado os fiscais no sentido de não usarem a força física com os vendedores ambulantes e a optarem pelo diálogo. "Pretendemos nos organizar e acabar com as vendas ilegais, esse é o nosso grande objectivo e acreditamos que no período de seis meses haverá uma melhoria significativa nos municípios de Luanda".

Criada em 2014, em Luanda, está instalada nos municípios de Viana, Cacuaco e Belas e conta com representações no Kwanza Sul e Huambo. estas localidades, os representantes associativos têm estado a mobilizar os vendedores no sentido de juntarem-se a agremiação, onde verão os seus direitos defendidos e poderão ser alfabetizados. "Parafiliar-se na AVAL, os interessados devem apresentar uma fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cédula e duas fotografias. Associação defende ainda os direitos humanos e socioeconómicos", concluiu.

3.9 Rocha Pinto sem ambulantes

Jornal de Angola
27 De Abril de 2016

As medidas adoptadas pelo Governo Provincial de Luanda no sentido de combater a venda ambulante na cidade estão a ajudar a melhorar a higiene e saneamento básico, assim como a beleza arquitectónica da capital do país.

E evidente, todos os dias, a presença de efectivos da fiscalização do Governo Provincial de Luanda em várias zonas da cidade, antes estavam transformados em praças ilegais, a controlarem e a aconselharem os vendedores a dirigirem-se para os mercados construídos pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), com condições criadas para a prática do comércio.

Apesar de alguma resistência por parte de certos vendedores que teimam em continuar com a venda ilegal. Agentes dos Serviços de Fiscalização têm feito um trabalho árduo.

3.10 Mercado informal ressurgiu na passagem de nível

Jornal de Angola
27 De Abril de 2016
Texto: César André

Mesmo depois dos constantes apelos dos funcionários da Administração Municipal do Cazenga e dos Caminhos de Ferro de Luanda, os vendedores ambulantes ressurgiram e continuam a comercializar produtos na passagem de nível da linha férrea no Gamek.

No local, onde o perigo está sempre à espreita, o comboio que faz diariamente o trajecto entre a estação do Bungo e Viana colheu e ceifou a vida de muitos cidadãos que insistem em praticar o comércio na linha férrea.

A azáfama no local é grande, os comerciantes, além de ocuparem a passagem de nível com produtos, bloqueiam a via principal que dá acesso ao aterro dos Mulenvos.

Para transpor aquele obstáculo, os automobilistas que circulam naquela via têm de fazer ginástica para

alcançar o seu destino, sob o olhar impávido e sereno das autoridades policiais que guardam a passagem de nível.

Há meses a Administração Municipal do Cazenga procedeu à demolição de cantinas improvisadas, e que alimentavam ali o comércio informal mas mesmo assim o cenário é o mesmo, confusão na orla da linha férrea, causando risco de vida a quem vende e a quem compra ou a quem simplesmente por ali passa. É importante que a Administração Municipal coloque ordem para que não se continue a assistir a mortes desnecessárias por atropelamento de comboio.

Além do mercado informal surgiu no local uma paragem de táxis na via principal que dá acesso aos bairros do Papa Simão, Km Seis e Nove, Aterro dos Mulenvos e município de Cacuaco.

Cidadãos que residem próximos do local defendem a necessidade de as autoridades municipais acabarem de uma vez por todas com o mercado informal que não dignifica o bairro do Gamek.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 “Crise económica pode prolongar-se até 2020”

Jornal O País

1 De Abril de 2016

Texto: Zuleide de Carvalho

Segundo o especialista, as previsões científicas não estão a favor dos optimistas. "As reflexões e estudos feitos na Universidade Católica dão conta que estas dificuldades podem prolongar-se até 2020", revela.

O actual desequilíbrio económico que se faz sentir no nosso país tem vindo a causar drásticas modificações no quotidiano, que são evidentes na mudança de hábitos, redução do poder de compra, procura de produtos substitutos, inexistência de vacinas, escassez de recursos diversos, luta por divisas, fortes oscilações cambiais, desemprego, entre outros cenários nefastos.

Porém, em tempo de crise, "Enquanto uns choram, outros enriquecem a vender lenços de papel". Portanto, ao que parece, diversificar a economia é a grande solução para o problema.

O economista é de opinião que "esta crise é uma oportunidade para reformular o orçamento geral do Estado". Segundo diz, o OGE é estipulado tendo por base o preço do barril do petróleo que, no ano passado, foi elaborado prevendo-se 81 USD/barril, apesar dos fortes indícios internacionais que mostravam que esse valor estava muito além da realidade.

O que se tem verificado no mercado petrolífero além fronteiras é que o preço do barril mantém-se variável, mas com uma constante, abaixo dos 40 USD.

Os estudos previsionais feitos apontam a média para o ano de 2016 de 35 USD por barril de petróleo, ou seja, ao que parece, o nosso orçamento poderá pecar por 10 USD em excesso, o que tenderá a implicar negativamente na dívida pública do Estado.

O também professor universitário esteve nesta Quinta-feira, 31, no município do Lobito, a convite da Imogestin, para dissertar sobre o tema "Contexto

Económico-Social e o Impacto no Mercado Imobiliário em Angola", numa conferência aberta à sociedade civil.

Na palestra, o especialista falou no desaparecimento tendencial do sector petrolífero e acrescentou ainda que "a diversificação da economia não é nada de mais, atendendo que o estado natural das economias é diversificarem-se". Segundo Alves da Rocha "as economias não existem para estarem em crise, nem para estarem em constante crescimento". Para ele uma das possíveis soluções para minimizar a escassez vivenciadas, poderá ser a intensificação da eficiência na cobrança de impostos, de forma a reforçar os cofres do Estado, sendo que o capital humano e os investimentos privados estrangeiros, caso cumprissem, ajudariam significativamente.

4.2 Deputados sugerem fim da hiperurbanização das cidades

Jornal O País

4 De Abril de 2016

Texto: Neusa Filipe

A Situação política, económica e social do país, face à crise, foi ontem discutida na Assembleia Nacional, tendo os deputados sugerido ao Executivo, entre outras medidas, o combate à hiperurbanização das cidades do litoral e reforçar o apoio ao campo, combatendo a pobreza por via do desenvolvimento da agricultura.

Tanto a UNITA como a CASA-CE e o PRS acusaram o Executivo de "prestar um mau serviços ao povo" em quase todos os sectores.

O tema em causa foi uma proposta do grupo parlamentar da Convergência Ampla para a Salvação de Angola (CASA-CE) segundo a qual, deriva da necessidade de se procurar um momento de ruptura quando um país se encontra mergulhado neste tipo situações de crise, a fim de se encontrar uma saída para a mesma.

O deputado da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, enfatizou a necessidade de se avaliar com coerência o partido que governa o país analisar as formas de exercício dos seus poderes e a articulação desses poderes, e dali "será possível identificar-se a crise financeira, política, económica e social vigente".

"Se não formos coerentes nessa perspectiva de análise e de abordagem, continuaremos a ser o centro das crises cíclicas nesse país", advertiu.

Lindo Bernardo Tito criticou a institucionalização de políticas públicas como o Papagro, o BUE, o financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola, o programa Angola Investe e tantos outros que outrora foram implementados pelo Executivo e que, segundo o parlamentar, nunca alcançaram resultados positivos e nunca houve uma responsabilização financeira e de controlo pelo fracasso dos mesmos. A bancada parlamentar do PRS, por seu turno, alertou para as consequências da presente crise económica e social, alegando que se não se implementarem intervenções urgentes, a mesma vai se traduzir rapidamente em pobreza extrema no seio da população.

A supracitada organização política, apontou "a falta de ética, a má gestão do erário público, a corrupção generalizada, a insensibilidade crónica e o nepotismo" por parte da governação, como sendo os grandes responsáveis pela crise. Apelou, nesta senda, ao bom senso, à responsabilidade e à transparência do Executivo a fim de acudir o povo da actual situação em que se encontra mergulhado.

Recomendações apontadas como possível saída da crise

Na ocasião, foi deixada como recomendação central, a continuidade dos trabalhos no sentido de manter os equilíbrios macroeconómicos, aumentando a produção nacional através de programas dirigidos, num ambiente de estabilidade política e social.

Para que este grande objectivo seja alcançado, considerou-se necessário o melhoramento do ambiente de negociação e a posição de Angola nos 'rankings' e que seja combatida a híper urbanização das cidades do litoral, reforçando o apoio ao campo e combatendo a pobreza por via do desenvolvimento rural e da agricultura.

Foram ainda recomendadas, a redução da importação de bens alimentares, fomentando mais capacidades para a produção interna. Outras sugestões sugerem que os grandes segmentos de consumidores, como a Defesa, a Ordem Interna, a Educação e a Saúde priorizem a compra de bens de produção nacional, e que se aposte na agropecuária, nomeadamente à produção de carne e de leite, para o aumento da oferta de lacticínios e de carne nacional aos cidadãos.

4.3 Trocas comerciais entre Angola e África do Sul caem 75%

Jornal O País

28 De Abril de 2016

Texto: Domingos Bento e José

Teddy de Almeida, que falava em conferência e imprensa, em Luanda, referiu que "o excelente momento político que as relações entre os dois países têm vindo a registar nos últimos anos, sob a influência benéfica dos dois chefes de Estado, não tem sido acompanhado por um desenvolvimento visível nas suas relações económicas".

Citando dados estatísticos disse que de 2002 a 2013, o volume das trocas comerciais foi aumentando de ano para ano de forma "exponencial", mas em 2015 as exportações sul-africanas para Angola caíram quase 75%, de USD 2 mil milhões para USD 553 milhões enquanto que as de Angola para a África do Sul caíram 50%, de USD 2 mil milhões para USD 1000 milhões, em comparação com o ano anterior.

Segundo Teddy de Almeida, as importações e exportações em geral registam uma queda, mas sendo a África do Sul um país mais próximo terá porventura sido o mais afectado pela escassez de divisas.

Para o empresário sul-africano, uma das principais preocupações que o mercado angolano coloca aos investidores externos tem a ver com a política monetária e cambial, nomeadamente a fraqueza do kwanza e a escassez de divisas, que torna difícil o repatriamento dos lucros de muitas companhias sul-africanas, à semelhança de outras multinacionais.

"Uma das maiores dificuldades que preocupa os empresários é a fraqueza do kwanza, a escassez de divisas que tornam difícil o repatriamento do capital para fora do país. Neste momento não se consegue abrir uma carta de crédito para importação de matéria-prima. Temos fábricas sul-africanas aqui praticamente paralisadas porque não se consegue importar por falta de divisas. Este é o problema principal", frisou Teddy de Almeida respondendo a uma questão colocada pelo o País.

Para o presidente da Câmara de Comércio e Indústria África do Sul/Angola, o mais grave é a indústria não conseguir adquirir matéria-prima. "Não conseguimos abrir cartas de crédito por falta de divisas e sem cartas fica difícil a importação de meios e bens".

Para se reverter a situação referiu ter sido solicitada a intervenção do Governo sul-africano junto do seu homólogo angolano no sentido de se encontrar um instrumento jurídico-legal para efeito.

"Nós estamos engajados com Executivo. Reunimo-nos a semana passada com o governo sul-africano e os membros da câmara, à volta de 270 empresas, incluindo o Standard Bank e a Shoprite, os maiores investidores em Angola que estão com essa dificuldade. Têm kwanzas, mas que continuam a desvalorizar e não conseguem exportar o capital para importar matéria-prima. Então pedimos a intervenção do Governo sul-africano junto do Governo angolano para se encontrar um instrumento jurídico-legal para podermos superar esta dificuldade que vivemos neste momento", acrescentou. Teddy de Almeida considera que o Executivo angolano já deu um passo importante com a criação das agências de facilitação de investimentos, as quais já estão a funcionar e têm unidades técnicas para facilitar este intercâmbio.

Com estas duas agências é possível ver a vontade política do Executivo em melhorar esta situação pensamos nos num curto espaço de tempo esta situação poderá se reverter.

Quanto aos investidores angolanos na África do Sul, disse existirem muitos angolanos a investir na África do Sul nos ramos financeiro, da informática e agricultura, num mercado fértil, estável economicamente, apesar da situação política que se vive actualmente naquele país.

No ano passado, acrescentou ainda, a África do Sul representou 4,21% das importações de Angola, ocupando o sexto lugar na lista dos principais fornecedores de Angola. Actualmente Angola é o 29º destino das exportações sul-africanas.

Angola exporta essencialmente para a África do Sul, petróleo bruto e minerais, enquanto Angola compra daquele país maquinaria pesada e ligeira, viaturas, aparelhos e produtos alimentares.

A Câmara de Comércio tem servido como uma mola impulsadora entre os dois países e, neste sentido, tem trabalhado no registo das empresas, desde o quadro legal até à implementação do projecto.

4.3 Novos mecanismos aceleram investimentos

Jornal de Angola

29 De Abril de 2016

Texto. João Dias

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, defendeu a criação de serviços Integrados ao investimento privado e uma "via verde" que permita que num passo e local o investidor estrangeiro encontre todas as condições para começar a Investir em até três meses.

O mecanismo está previsto na Lei de Investimento Privado aprovada em Agosto do ano passado e permite abreviar todos os processos que conduzam à realização do investimento. O diploma prevê, igualmente, um Guiché para o investidor estrangeiro, pois tem maior dificuldade em impor-se numa economia estranha, afirmou Abraão Gourgel, destacando o papel do Ministério do Planeamento no acompanhamento das estatísticas do investimento privado para a devida compatibilização com o público.

O ministro foi um dos prelectores durante o seminário sobre "Compatibilização entre Investimento Privado e o Investimento Público", dirigido a secretários de Estado e directores de Unidades Técnicas de apoio ao Investimento Privado.

O ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, defendeu a compatibilização entre Investimento Privado e o Investimento Público para evitar desperdícios e aumentar a produtividade do investimento.

Ao discursar na abertura do seminário, Job Graça explicou que a implantação de infra-estruturas nas regiões mais propensas ao investimento privado reduz os custos do investidor privado e aumentam a sua eficiência, ao mesmo tempo que o próprio investimento público se torna mais produtivo e eficaz na sua função de promoção de crescimento. Com a realização do seminário em que participou o ministro do Comércio, Fiel Constantino, Job Graça afirmou que o propósito do seminário foi habilitar os técnicos

a produzirem relatórios trimestrais sobre a implementação e desenvolvimento do investimento privado, bem como a sua complementaridade e compatibilização com investimento público, que vão passar a ser encaminhados para o Titular do Poder Executivo.

Segundo o ministro, o objectivo é maximizar os benefícios tecnológicos, económico-financeiros e sociais, num processo cada vez mais eficaz de aceleração da diversificação da economia nacional. "As nossas expectativas são fundadas no facto de que, por um lado, o investimento privado é parte importante do processo de formação bruta de capital e, por outro, os seus volumes e eficiência são importantes fontes e determinantes do crescimento económico", notou o ministro.

Vantagens da Lei

O ministro Abraão Gourgel falou das vantagens da Lei de Investimento Privado e sublinhou que estabelece critérios mais objectivos para atribuição dos incentivos aos investidores e disciplina o repatriamento de lucros e dividendos, além de reduzir a burocracia, tempo e custos.

O diploma destriça o valor do investimento externo e do valor do investimento interno. O investimento directo externo só beneficia de incentivo a partir do equivalente a um milhão de dólares, enquanto o interno beneficia a partir dos 500 mil dólares. O documento introduz critérios mais claros em relação à aplicação dos incentivos.

O ministro Abraão Gourgel esclareceu que os critérios são aplicados com base na criação de postos de trabalho, valor do investimento e a localização do investimento, quer na zona A ou B, sendo que a produção agrícola, silvícola, pescas e indústrias conexas têm um incentivo especial.

"Procuramos introduzir critérios como valor acrescentado nacional, participação accionista dos angolanos e promoção das exportações, fundamentais para o Plano Nacional de Desenvolvimento, e que geram maior diversificação da economia e acrescentam valor nacional", referiu Abraão Gourgel, que explicou que deste modo, o investidor é induzido a participar no processo de produção e diversificação económica.

Para os investidores que criem até 50 postos de trabalho, há uma redução de cinco por cento nos três impostos, o de sisa, o industrial e o de aplicação de investimento. A nova LIP impede que os investimentos indirectos sejam superiores aos investimentos directos. A lei introduz também limitações ao serem expatriados os lucros e dividendos.

"Sempre que o investidor pretender realizar operações qualificadas como investimento, não pode exceder o valor de 50 por cento. Uma outra inovação da LIP passa pela criação de mais incentivo à participação accionista angolana em sectores, como

energia e água, telecomunicações e tecnologia de informação, entre outras. Nestes, a participação angolana é de pelo menos 35 por cento do capital accionista.

O ministro do Comércio, Fiel Constantino, procedeu ao encerramento do seminário que teve como objectivo reflectir sobre o sistema de registo de informação integrado de compatibilização entre o investimento público e o privado.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Os altos e baixos do Censo populacional

Jornal O País

1 De Abril de 2016

Texto: Maria Custódia

O coordenador do Observatório Político Social de Angola (OPSA), Fernando Pacheco, disse ter notado, na apresentação dos resultados do Censo de 2014, a ausência de alguns aspectos que considerou serem importantes como a taxa de mortalidade infantil nos dados sobre o número real da população urbana. Afirmou desconhecer a razão do aumento da esperança de vida da população para 60 anos.

"Tenho dúvidas, e não percebo a possibilidade do aumento na percentagem de esperança de vida da população", disse.

Em exclusivo a este jornal, o engenheiro agrónomo declarou-se preocupado com o desaparecimento das línguas nacionais, visto que a maior parte da população angolana exprime-se em língua portuguesa, de acordo com resultados do censo. Segundo o responsável cívico, ao nível cultural, as línguas nacionais vão perdendo a sua importância, tendo partilhado a necessidade de um maior enquadramento das mesmas de modo a não se perder a identidade do povo. Fernando Pacheco considerou que, a par destes aspectos referidos, os resultados definitivos do censo 2014, parecem ser bastante positivos.

Por seu turno, o sociólogo e Demógrafo João Baptista Lukombo disse, a este jornal, que os resultados definitivos do censo realizado de 16 a 30 de Maio de 2014 poderão servir como base de reflexão relativas às políticas sociais.

O especialista defendeu que tal será vantajoso para o país, visto que já reúne dados de referência correspondentes aos recursos humanos com a população que se pretende atingir, quanto ao espaço e ao nível da formação.

João Lukombo referiu que no sector do emprego, estes resultados permitirão conhecer a percentagem de jovens no activo em ambos sexos, capacitados para serem enquadrados no mercado de trabalho.

Realçou também que será possível consultar o banco de dados para a localização da população, de acordo com a área geográfica, o perfil e o nível de formação, básica, média ou superior, como no campo da formação profissional, sabendo-se pois se é electricista, mecânico ou pedreiro, por exemplo.

"Saberemos quantos são, onde estão e como poderemos identificá-los com base nestas informações", disse

O especialista defendeu que, no âmbito demográfico, será possível conhecer a sua estrutura e composição quanto ao sexo, entre crianças, adultos e idosos residentes no país.

De acordo com a fonte, no âmbito da educação, permitirá planificar o número de carteiras correspondente aos alunos, fazendo deste modo os orçamentos destinados aos salários bem como de outros custos de manutenção para o bom funcionamento das instituições escolares.

Quanto aos hospitais, declarou que se poderá conhecer o número de pessoas que vivem em determinadas localidades e a capacidade de resposta na mesma área. João Lukombo aconselhou a sociedade a efectuar uma análise profunda, organizando encontros e palestras para melhor compreensão dos resultados definitivos do censo 2014.

5.2 Censo 2014: uma análise da evolução dos principais indicadores

Jornal O País

5 De Abril de 2016

*Texto: Stefano Visani**

A disponibilidade de dados actualizados e fiáveis sobre os principais indicadores dos diferentes sectores sociais é um elemento fundamental para o Estado e os seus parceiros de desenvolvimento poderem entender até que ponto as acções em curso estão a melhorar a situação social do país e para mudar ou reforçar políticas e intervenções.

Neste quadro a divulgação na semana passada dos dados mais do Censo Geral da População e Habitação 2014, por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE) é um marco muito importante para Angola. O Censo, o primeiro realizado após a Independência do país, é uma empreitada muito complexa e o INE deve ser felicitado por ter tido a capacidade de liderá-la com sucesso e assim

providenciar dados que, na base das primeiras informações disponíveis, parecem ser de boa qualidade e fiabilidade.

A importância dos dados disponibilizados a semana passada pelo INE é ainda maior se considerarmos que a última fonte fiável de dados recolhidos no país etc. O Inquérito sobre o Bem-estar da População (IBEP) que data do ano 2008. O espaço de tempo decorrido entre 2008 e 2014 é considerável, para além de ter sido um período em foram feitos grandes investimentos nos sectores sociais (aproximadamente um terço do OGE tem vindo a ser alocado aos sectores sociais). Estes factores provocaram expectativas (incluindo em mim) de que o Censo pudesse de facto mostrar grandes melhorias nos indicadores sociais em Angola.

No entanto, uma análise rápida dos dados do Censo e dos inquéritos anteriores (IBEP 2008 e MICS 2001), relativamente aos principais indicadores sociais disponíveis no Censo, deixa-nos preocupados.

Segue uma breve análise das tendências em três importantes indicadores sociais disponibilizados pelo Censo 2014 e para os quais foi possível fazer comparações com dados dos inquéritos anteriores.

Registo de nascimento:

Trata-se da prova de identidade legal fundamental para o acesso a serviços essenciais e tem implicações na obtenção de direitos de cidadania. A Censo 2014 diz-nos que somente 25% das crianças menores de 5 anos tem registo de nascimento. Este valor é inferior às estimativas dos inquéritos anteriores dos anos 2001 (29%) e 2008 (31%). A conclusão surpreendente que temos que tirar é que ao longo dos últimos anos não houve melhorias no acesso ao registo civil da criança.

A ausência de melhorias na taxa de registo dos Angolanos está em contradição com os grandes esforços que o Estado fez nos últimos anos na construção de infra-estruturas para o registo e na aquisição de equipamento, pondo em evidência que o investimento em infra-estrutura por si só não é suficiente. A funcionamento do sistema de registo necessita da disponibilidade de pessoal qualificado em número suficiente e da criação e implementação de procedimentos adequados de rotina que ainda estão em falta. A importância e a urgência de investimento em pessoal qualificado foram, mais uma vez, levantadas durante um diagnóstico recente do Governo, que concluiu que o sistema de registo civil necessitaria de um total de 2.810 funcionários públicos, mais de duas vezes e meia que os 1.064 existentes no momento do diagnóstico.

Seria igualmente importante investir na extensão do acesso gratuito ao registo de nascimento a todas as crianças menores de 18 anos e introduzir serviços de registo de nascimento em todas as unidades sanitárias.

Alfabetismo entre os adultos:

Entendido pelo Censo como a percentagem de adultos acima de 15 anos que tem a capacidade de ler e escrever um texto básico em Português, a taxa de alfabetismo é um indicador fundamental de capacitação de uma população. A Censo 2014 nos diz que a taxa de alfabetismo entre a população adulta é de 66%. Isto significa que um em cada três Angolanos é analfabeto. A taxa de alfabetismo encontrada pelo Censo 2014 é igual a taxa que o inquérito IBEP encontrou em 2008. O facto de não haver progressos relevantes nesse indicador entre 2008 e 2014 surpreende muito e está em contradição com o aumento do acesso escolar registado ao longo da última década. Não só mais crianças ingressaram escola nesta última década como também os alunos permanecem na escola mais anos, em média. Esta constatação fica bem patente no gráfico aqui apresentado: o grupo etário mais jovem (15-24 anos) conhece uma taxa de conclusão de ensino superior muito mais elevada que os outros grupos etários (25-64 e 65 ou mais). Uma parte destes alunos adicionais provavelmente já tinham sido contados no grupo etário "15 anos ou mais" usado para o indicador do Censo 2014, e em teoria deveria ter contribuído para melhorar o indicador sobre o alfabetismo entre os adultos.

Uma das possíveis explicações para esta contradição está ligada à questão essencial da qualidade do ensino. Ou seja, é possível que uma parte das crianças que frequentaram a escola não tenham atingido a capacidade básica para ler e escrever um texto simples em Português. Esta explicação condiz com as evidências de outros estudos sobre a qualidade do ensino em Angola.

As acções necessárias para melhorar a qualidade do ensino no país são conhecidas e incluem:

Reforçar drasticamente a qualidade da formação de professores, a supervisão e a gestão escolar. A formação deve ser acompanhada de supervisão e de estratégias de apoio, para motivar e reter os professores nas zonas desfavorecidas.

Investir mais recursos na educação da primeira infância' incluindo o pré-escolar, crucial para que as crianças estejam prontas ou melhor preparadas para iniciar a escola primária.

Envolver a comunidade, os pais e encarregados de educação no processo educativo (maior colaboração escola-casa).

Acelerar o investimento na construção e manutenção de escolas a todos os níveis do ensino geral de modo a acompanhar o ritmo do aumento do número de alunos.

Acesso à água e saneamento adequados:

A falta de acesso à água potável e saneamento e a insuficiência de boas práticas de higiene são as principais causas de doenças infecciosas, contribuem para o baixo peso das crianças e são factores-chave da mortalidade infantil. Os dados do Censo 2014 mostram que não houve melhorias ao longo dos últimos 8 anos em termos de acesso das famílias à água e saneamento básico. Esta realidade surpreende especialmente porque o Estado investiu enormes quantidades de recursos nas redes hídricas (principalmente com o programas 'Água para todos') e esperava-se pelo menos um aumento da cobertura urbana. Ao invés, parece que os investimentos feitos foram suficientes apenas para manter o nível de cobertura dos serviços ao mesmo nível de 2006.

A situação é particularmente preocupante nas zonas rurais onde o acesso à água potável e saneamento básico continuam a ser a excepção mais que a regra: na área rural, pouco mais de uma em cada cinco famílias tem acesso à água potável; e uma em cada quatro tem acesso a saneamento básico. Nas zonas urbanas também não houve melhorias e o acesso à água e saneamento básico permanece aos níveis estimados há dez anos.

Com base na experiência internacional e no contexto local, a prioridade do sector deveria ser de expandir a cobertura de fontes de abastecimento de água e instalações de saneamento, em especial nas zonas rurais e bairros degradados nas zonas peri-urbanas.

Uma atenção particular podia ser dada às seguintes acções:

Priorização da perfuração e manutenção de furos de água nas aldeias, com o objectivo de reduzir a grande utilização de fontes de água de superfície nas zonas rurais;

Expansão do modelo de gestão de água comunitária em aldeias e zonas peri-urbanas, para garantir a apropriação pela comunidade e a sustentabilidade dos poços.

Em conclusão, diria que os dados do Censo são uma contribuição preciosa para Angola, no sentido de agirem como o toque de campainha que alerta para a

necessidade de se fazer uma reflexão profunda que leve a algumas mudanças específicas nas políticas e intervenções nos sectores sociais.

A actual crise e a reduzida disponibilidade financeira do Estado para a despesa social é também um factor que torna esta reflexão mais urgente.

Existem intervenções e escolhas estratégicas de políticas sectoriais que podiam ser feitas, como por exemplo as que foram acima mencionadas e que poderiam conduzir a uma melhor eficácia e eficiência da acção do Estado, ou seja: gastar menos para alcançar mais resultados:

Esperamos que o som da campainha seja suficientemente alto para que as mudanças necessárias possam ser consideradas e efectivadas. A UNICEF e as outras Agências das Nações Unidas vão continuar a trabalhar ao lado do Governo, e de outros intervenientes, para trilhar o caminho da progressiva melhoria da intervenção social em Angola.

*Chefe da Secção de Políticas Sociais do UNICEF em Angola.

5.3 Criadas linhas de apoio ao cidadão

Jornal de Angola

9 De Abril de 2016

Texto: Nilza Massango

Os cidadãos da província de Luanda contam com linhas de apoio, através de contactos tele- fónicos, para participações, sugestões e denúncias, a fim de se estabelecer uma comunicação mais próxima e facilitada com as autoridades.

As linhas de apoio ao cidadão, criadas pelo Governo da província de Luanda e anunciadas quinta-feira durante a reunião do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, são da operadora Unitel (923166757), rede fixa (226426242) e Movicel (995237464), sendo este último utilizado para o Whatsapp.

O governador provincial de Luanda considerou que os desafios actuais e futuros impõem que se olhe para o cidadão como parceiro, principalmente na implementação de políticas públicas, além de, a partir deles, se obter informações que muitas vezes não chegam às autoridades pelas vias oficiais. Ao lembrar que Luanda tem especificidades, Higino Carneiro falou da necessidade de promover a capacitação dos serviços para "servirmos melhor o Governo que

representamos e também a população". Face às epidemias de febre-amarela e malária, Higino Carneiro lembrou que o Governo Provincial de Luanda, tão logo tomou conhecimento desta realidade, rapidamente desencadeou, com um apoio amplo do Chefe de Estado e o envolvimento directo do ministro da Saúde e representante da OMS, acções de combate e prevenção daquelas enfermidades. O quadro epidemiológico nunca tinha sido visto em Luanda com a mesma pressão nas unidades hospitalares de Belas, Viana, Cacucaco e município de Luanda. "A situação tende a atingir a sua normalização", assegurou Higino Carneiro, que homenageou as famílias enlutadas, ao mesmo tempo que agradeceu à sociedade civil pela solidariedade e apoio, humanismo e patriotismo, bem como todo o pessoal médico.

A directora do Gabinete Provincial da Saúde de Luanda, Rosa Bessa, informou que até ao momento foram registados 363 casos confirmados de febre-amarela, com 161 óbitos. Disse ainda que 89 por cento da população da província de Luanda está vacinada.

"Temos que terminar a vacinação em Luanda num prazo de dez dias", disse, acrescentando que existem zonas, principalmente no município de Luanda, em que a vacinação não foi feita por motivos de crença religiosa, tabus, pessoas que não acreditam nos efeitos da vacina. Rosa Bessa referiu que a vacinação vai continuar e que vão ser instalados postos permanentes nos mercados, universidades e creches.

5.4 Higino Carneiro quer palavra aos cidadãos

Jornal O País

11 De Abril de 2016

Higino Carneiro sugeriu que a relação entre o partido e a população seja mais directa e que o Governo esteja mais próximo ao cidadão, de maneira que a sua política, que tem incidência nos municípios, encontre a devida aceitação.

Ressaltou a importância de se ouvir o cidadão quando se pretende construir um posto de saúde ou uma escola, para melhor situar a infra-estrutura e que a mesma sirva a todos. Higino Carneiro, que falava à imprensa a propósito da conferência de balanço e renovação de mandatos do MPLA no Kilamba Kiaxi, sugeriu que as decisões sejam tomadas com alguma colegialidade, porquanto partindo do princípio de que houve a auscultação da população, a decisão será tomada em conformidade.

Quanto à conferência de renovação de mandatos em alguns distritos e municípios, disse ser um processo normal, dialéctico, porque o partido tem que rodar os quadros para melhor.

Assegurou que esta renovação não significa que outros quadros tenham feito mau trabalho, mas visa aproveitar o exemplo daquilo que realizaram e foi feito, de maneira que o partido desenvolva mais e melhor.

" Se o partido tem um número de militantes e pretende crescer, o desempenho dos militantes tem que ser maior e diferente para alcançar patamares impensáveis", defendeu, acrescentando que são os desafios do partido que produzem mudanças constantes, mas sempre mantendo a unidade, respeito e a tradição do MPLA, de maneira que se torne perene.

A Conferência de Balanço e Renovação de mandatos elegeu Domingos João Lourenço, actual administrador do Distrito, como primeiro secretário, com 472 votos a favor, nenhuma abstenção ou voto contra.

Foram eleitos também os membros do Comité Distrital, os delegados às conferências municipal provincial e os candidatos ao VII Congresso do MPLA, que acontece em Agosto.

Os 472 delegados aprovaram por unanimidade uma moção de apoio ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Os delegados aprovaram e apreciaram ainda as propostas de ajustamento dos Estatutos do MPLA.

O primeiro secretário do partido MPLA na comuna de Ondjiva, província do Cunene, Amadeu Hidishange, foi reeleito neste sábado durante a V Conferência Ordinária daquela estrutura intermédia do partido maioritário em Angola.

O encontro, que contou com a participação de 178 delegados, dos 220 previstos, visou o balanço das actividades desenvolvidas e a renovação de mandatos dos quadros.

Durante o evento, foram igualmente eleitos 3S membros ao comité comunal, 30 delegados à conferência municipal, 2S pré-delegados à conferência provincial, e três pré-delegados ao VII congresso ordinário do partido eleito nas respectivas bases.

Amadeu Hidishange disse que durante o seu mandato terá como linha de acção a preparação das eleições de 2017, a fortalecimento das estruturas do partido, a organização dos militantes, simpatizantes e amigos do MPLA na sua participação activa nas eleições, bem como na boa organização do sétimo congresso a realizar-se em Agosto.

O novo primeiro secretário do Comité Comunal do MPLA no Lépi, município do Longonjo, na província do Huambo, Marcial Vissesse, foi eleito ontem, em conferência de balanço e renovação de mandatos, no quadro do processo orgânico do VII congresso do partido.

A conferência comunal do Lépi, a 44 quilómetros da cidade do Huambo, contou com a participação de mais de cem militantes que elegeram também os novos membros do comité, delegados à assembleia municipal e os pré-delegados à conferência provincial.

5.5 Governo desdramatiza os fins das propostas

Jornal de Angola

21 De Abril de 2016

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, esclareceu ontem que as propostas de Lei da Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores, da Comunicação de Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos e a do Regime de Harmonização da Codificação Nacional ajudam a resolver os problemas de controlo do fluxo populacional, criminalidade e do terrorismo.

Os diplomas vão hoje à votação final global na Assembleia Nacional, depois da aprovação na generalidade e na especialidade. O ministro Bornito de Sousa, que falava num encontro com jornalistas, disse que estas acções não devem esperar pelas eleições autárquicas, porque as autarquias não dispensam o mecanismo de governação participativa a nível de base.

Bornito de Sousa entende que é possível resolver os problemas da comunidade mediante o envolvimento e a participação dos cidadãos. "Podemos melhorar a qualidade de vida da população com a sua própria participação e com pequenas soluções", disse.

A Proposta de Lei da Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores, segundo Bornito de Sousa, prevê a promoção de iniciativas de

organização para assegurar a solução dos problemas comuns que afectam a vida diária da população.

A comissão de moradores, de acordo com a proposta de lei, compete dar solução aos problemas comuns dos moradores, promover a participação activa na vida da comunidade, a promoção da solidariedade e da cooperação na comunidade, a defesa dos interesses comuns dos moradores e a melhoria da qualidade de vida.

Alteração de residência

A comissão de moradores tem também a missão de cooperar com os órgãos da administração local do Estado e com as autarquias locais nas questões relativas à identificação de moradores nacionais e estrangeiros, denunciar as construções anárquicas e ocupação ilegal de terrenos, práticas de comércio ilegal, instalação de igrejas e seitas ilegais, segurança e ordem pública, poluição sonora, vigilância sanitária e veterinária. O ministro Bornito de Sousa esclareceu que a Proposta de Lei sobre Comunicação da Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos vai regular o direito de livre circulação e residência no território nacional pelos cidadãos nacionais e estrangeiros.

O diploma estabelece procedimentos para o registo da mobilidade de cidadãos nacionais junto dos órgãos e serviços da Administração Pública do Estado, Administração Autárquica, Autoridades Tradicionais e outras. A proposta refere que a falta de registo ou actualização da mobilidade condiciona o acesso aos serviços médicos do Serviço Nacional de Saúde, água, luz, à emissão de atestados de estado civil, económico e de residência, e limita os benefícios de subvenção dos serviços de saúde, excepto em casos graves.

Comunicação prévia

Bornito de Sousa disse que a intenção não é limitar os serviços aos cidadãos, mas uma forma de pressão. O ministro esclarece que os cidadãos devem comunicar a fixação de residência para efeitos eleitorais, programação de políticas, saúde e escolas. A Proposta de Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais tem como objectivo a harmonização da codificação das províncias, municípios, distritos urbanos e comunas. A proposta visa definir de forma clara as normas para implementar uma metodologia sobre o regime da codificação nacional, tendo em conta o desenvolvimento urbanístico.

Designação das ruas

A Lei da Toponímia (sobre os nomes das ruas), que vai em breve ser discutida no Parlamento, vai

complementar a Lei de Codificação Nacional, esclareceu o ministro. Bornito de Sousa disse que o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território tem como objectivo fazer a coordenação entre a administração central e local. O ministro da Administração do Território falou de 47 programas que constituem o Plano Estratégico da Administração do Território, estruturados em dois grandes programas nacionais. O primeiro tem a ver com o programa da reforma da governação local e o programa nacional de descentralização. O ministro anunciou ainda que estão em análise, para discussão na Assembleia Nacional, as propostas da divisão administrativa das províncias do Moxico e do Cuando Cubango.

Assim, propõe-se que a província do Moxico seja dividida em província do Moxico, com a capital no Luena, província do Alto Zambeze, com a capital no Cazombo, e a província de Luanguinga, com a capital em Cangamba. Em relação à província do Cuando Cubango, prevê-se uma divisão administrativa em duas outras províncias, uma província do Cuando Cubango, com a capital em Menongue, e outra do Cuito Cuanavale.

5.6 Legislação atrasa autarquias

Jornal O País

21 De Abril de 2016

Texto: Venâncio Rodrigues

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, condicionou, ontem, em Luanda, num encontro com jornalistas, a marcação da data para as eleições autárquicas "à discussão política de toda a legislação eleitoral".

Bornito de Sousa acrescentou que caberá à Assembleia Nacional estudar todas as opções possíveis, designadamente, sobre se as mesmas serão realizadas em simultâneo ou se separadas por cidades, municípios ou aldeias.

O governante sustentou o seu ponto de vista com base na proposta do MPLA, apresentada em 2015, na qual remete a implementação das autarquias locais a um prévio "diagnóstico sobre o estado atual dos recursos humanos, financeiros e infraestruturas".

Segundo a mesma proposta, é condição para a realização das eleições autárquicas a discussão e a adopção da legislação sobre a Administração Local do Estado e sobre o Poder Tradicional, ou ainda a delimitação territorial, "definindo corretamente" os limites de cada circunscrição autárquica. Com base na mesma proposta, ontem

reiterada pelo ministro, será também necessário "avaliar o potencial de arrecadação de receitas pelos municípios" e promover a "discussão, a adopção e a implementação urgente da legislação sobre as comissões de moradores". No rol de tarefas propostas pelo MPLA consta, ainda, a necessidade de se concluir o estudo sobre a elevação das figuras territoriais das "comunas" a municípios.

Lei sobre as Comissões de Moradores

Durante o "Matabicho" com os jornalistas, o ministro Bornito de Sousa aproveitou para esclarecer algumas inquietações relativas à Proposta de Lei sobre as Comissões de Bairro, que vai hoje à aprovação definitiva pelos deputados da Assembleia Nacional.

Bornito de Sousa esclareceu que a aprovação do diploma em causa pretende contribuir para o que chamou de "governança participativa", sem que tal seja entendido como visando substituir-se às atribuições das autarquias, nem ser confundida com a lei do Condómino. O governante acrescentou que, contrariamente ao que diz a Oposição, as comissões de moradores terão um carácter apartidário e voluntário e um âmbito mais amplo dentro dos órgãos do poder local e tradicional.

"Trata-se de uma forma de governança participativa", insistiu Bornito de Sousa, para quem as comissões de moradores serão "porta-vozes dos cidadãos e um elo de ligação com as autarquias". Disse também que as mesmas não interferem nas atribuições do Serviço de Migração e Estrangeiros nem de outras instituições do Estado, mas apenas contribuem para o controlo do fluxo migratório, o combate à criminalidade e à imigração ilegal.

Lei de Fixação de Residência

Sobre esta lei, ficou visível a preocupação do ministro da Administração do Território em esclarecer que o facto de um cidadão não possuir residência fixa num determinado espaço territorial não implica que deva ser privado dos seus direitos constitucionalmente consagrados.

Bornito de Sousa fez saber que as restrições previstas no diploma têm a ver unicamente com um eventual condicionamento no benefício de alguns serviços e não a limitação dos seus direitos, como é o caso da assistência médica.

O ministro disse não se tratar de uma lei repressiva, mas apenas "um mecanismo de pressão" para, "por regra" obrigar os cidadãos a declararem às

autoridades sempre que mudem de uma localidade para outra.

5.7 Comissão de moradores passa no parlamento

Jornal O PAÍS

22 DE Abril de 2016

Texto : Neusa Filipe

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira contrariou, ontem, em Luanda, os partidos da Oposição que votaram contra a proposta de lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores, explicando que a mesma se enquadra no âmbito da aplicação da Constituição da República de Angola, que prevê a participação dos cidadãos nas diferentes tarefas do Estado como um elemento essencial à materialização do princípio da democracia participativa.

O parlamentar esclareceu, de igual modo, que a proposta de lei sobre a Comunicação da Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos tem por objectivo velar pela actualização e monitorização de todas as informações referentes à mobilidade e à fixação de residência dos cidadãos, de modos a não desvirtuar os objectivos traçados pelas políticas de desenvolvimento económico, urbano e social.

O grupo parlamentar da CASA- CE justificou o seu voto contra a proposta de lei sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores alegando que, apesar de compreender a importância das mesmas, a legislação dessa matéria deve ser feita na ordem natural e racional das coisas, e não numa maneira imprópria.

Entende que dessa forma a mesma pretende arregimentar os cidadãos, de emergência, para combater as montanhas de lixo acumuladas na via pública.

"Lamentavelmente, ao falar de mais de quarenta anos de Independência é o lixo que continua a derrotar avassaladoramente o Governo, tudo porque este insiste em ser o único país da CPLP sem autarquias, com medo de perder o controlo de parcelas do território nacional", disse André Mendes de Carvalho "Miau", presidente daquele grupo parlamentar.

o que concerne à proposta de lei sobre a Comunicação de Fixação e Alteração de Residências dos Cidadãos, a Oposição justificou que, seria benéfica se ela se cingisse à fixação e à alteração de residência. Considerou que as duas propostas de lei

acima expostas instituem, em conjunto, "um autêntico estado policial que atenta contra os Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais consagrados na Constituição da República".

O parlamento discutiu e votou ainda o projecto de resolução que aprova a ratificação do pacto de Não-Agressão e Defesa comum da União Africana. Durante a discussão, a CASA -CE referiu ser desejável que Angola ratifique o respectivo pacto, bem como o protocolo adicional com a República de São Tomé e Príncipe no domínio da segurança, ordem interna e protecção civil, mas considerou que Angola deveria ser mais representativa no que concerne às operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas.

. Ainda no âmbito da aprovação das propostas de lei, foi à votação final a proposta de diploma dos Contratos Públicos, aprovada na generalidade com cento e quarenta votos a favor, nenhum voto contra e trinta abstenções. A UNITA, que embora tenha avaliado positivamente a matéria, justificou a sua abstenção, alegando que o princípio de transparência, fundamental num Estado democrático de direito, não se encontra convenientemente salvaguardado nesta iniciativa legislativa. A deputada daquele partido político Maria de Andrade disse que a referida proposta de lei, na sua visão final, não oferece sinais de confiabilidade nem de eficácia na gestão da coisa pública capaz de surtir efeitos dinamizadores da economia e da justiça social.'

5.8 Desarmamento da população civil em análise hoje

Jornal O País

26 De Abril de 2016

Texto: Maria Teixeira

O encontro a ser presidido pelo ministro do Interior, Angelo de Barros Veiga Tavares, tem também como objectivo a análise do processo de desarmamento da população civil de 2008 a 2016.

Traçar os novos mecanismos de actuação no âmbito do desarmamento da população civil, visando a redução da criminalidade com o uso de armas de fogo são outros dos variados temas agendados para o evento a decorrer no salão nobre do Ministério do Interior. Outro tema será o desarmamento das mentes e consequente mitigação da cultura de violência.

O processo de recolha e destruição de armas em posse de cidadãos civis foi considerado recentemente pelo coordenador da Subcomissão Técnica Nacional

para o Desarmamento da População Civil, comissário chefe Paulo de Almeida, um importante pilar na consolidação da paz e desenvolvimento do país.

Apesar do sucesso do programa, as autoridades angolanas continuam preocupadas com a origem do armamento em posse dos civis, visto que muitas das armas nunca foram usadas durante o conflito armado registado no país.

A Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil foi criada à luz do Despacho Presidencial n.º 7/08, de 18 de Março. Com carácter interministerial, tem como principal missão dar cumprimento ao Programa de Acção do Governo da República de Angola para o Desarmamento da População Civil.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Actividade imobiliária com novo regulamento

Jornal de Angola
2 De Abril 2016
Texto: Ana Paulo

Os agentes e promotores imobiliários do país devem doravante sujeitar as suas actividades ao novo regulamento dos deveres de medidas preventivas e repressivas de combate ao branqueamento de capitais, vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo no sector imobiliário.

O regulamento, que deriva da Lei 34/11 de 12 de Dezembro, Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo, foi apresentado ontem em Luanda aos agentes imobiliários que operam no mercado nacional.

O diploma, que já está em vigor, foi criado com o objectivo de estabelecer medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais, vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, explicou que a Lei 34/11 exige rigor nas comunicações e cumprimento por parte das imobiliárias. De acordo com Branca do Espírito Santo, o Regulamento facilita o cumprimento das obrigações legais e reduz custos, numa altura em que está a ser organizado um site na Internet no qual devem estar disponíveis as informações e formulários necessários à actividade imobiliária.

"Isso vai dar lugar a uma maior interacção e troca de informação entre as instituições angolanas, principalmente as que lidam directamente com esta matéria, como é o caso da Unidade de Informação Financeira", sublinhou.

A ministra defendeu que é necessário disseminar a informação aos agentes imobiliários por via de palestras, o que vai contribuir para um melhor entendimento da matéria e tornar as instituições que operam no mercado imobiliário mais coesas.

O director do Instituto Nacional da Habitação, João Pedro, explicou que o encontro visou dar a conhecer aos promotores imobiliários a existência do regulamento.

6.2 Jovens em Cacula recebem moradias

Jornal de Angola
5 De Abril de 2016
Texto: Arão Martins

Os Jovens do município de Cacula viram minimizada a situação de carência de habitações, após a Inauguração, ontem, de 60 casas sociais, num bairro social, pelo governador João Marcelino Typinge, Informou a administradora municipal.

Carme Duarte informou que cada casa está implantada numa área de mil metros quadrados e contam com serviços técnicos, que propiciam uma vivencia salutar. "O bairro dispõe de uma rede eléctrica alternada com um gerador superior a 300 KVA, abertura de um furo de água e colocação de um reservatório com capacidade de armazenar mais de 20 mil litros por hora".

Carme Duarte considerou que o bairro social da juventude é inaugurado num momento especial para a História de Angola, por ser entregue numa altura em que se comemora os 14 anos de paz e Reconciliação Nacional.

A administradora referiu que a província e o município promoveram acções concretas no sentido de conferir respostas céleres e eficazes às necessidades dos jovens e do bem-estar social, daí a construção de mais 60 moradias.

"O surgimento do bairro também oferece uma beleza paisagística e de urbanidade ao município da Cacula, que dista a 90 quilómetros a norte da cidade do Lubango", disse Carme Duarte, para acrescentar que, além das casas, as autoridades distribuíram igualmente aos jovens 40 lotes de terrenos para autoconstrução dirigida. Carme Duarte disse que as autoridades provinciais devem reforçar os programas que visem ajudar a baixar a taxa de desemprego dos jovens, o baixo nível de qualificação, principalmente nas profissões de natureza técnica e de empreendedorismo.

6.3 Casas sociais entregues à população

Jornal de Angola

6 De Abril de 2016

Texto: Armando Sapalo e Isidoro

Samutula

As municipalidades do Lucapa, Cambulo e Culo, na província da Lunda Norte, contam, cada uma, com 50 casas, das duzentas previstas para cada município, no âmbito do Programa de Fomento Habitacional em curso no país, informou, no domingo, a ministra do Urbanismo e Habitação.

Branca do Espírito Santo fez, no sábado e domingo, a entrega formal das residências do tipo T-3 aos primeiros moradores a nível dos três municípios, no âmbito das festividades do 14º aniversário da assinatura dos acordos de Paz.

O vice-governador provincial da Lunda Norte para o sector Técnico e Infra-estruturas, Lino dos Santos, disse na ocasião que a primeira fase da construção das 200 habitações sociais iniciada em Março do ano 2012 fica concluída no princípio do próximo ano.

Lino dos Santos garantiu que as casas foram construídas de acordo com os modernos padrões de urbanização e em obediência ao impacto ambiental, com a plantação de árvores e reposição do manto vegetal, como forma de evitar a erosão dos solos.

Para dar continuidade à construção de passeios, lancis e colocação de postos de iluminação pública foram contratadas empresas especializadas em projectos de urbanização, informou Lino dos Santos, que lamentou o comportamento de algumas pessoas que vandalizaram as casas e os postos de iluminação pública, depois da conclusão das obras.

Para se evitar mais acções de vandalismo, acrescentou Lino dos Santos, o Governo da província tomou a decisão de apressar a entrega das primeiras 50 casas já concluídas aos moradores, mesmo antes da celebração dos contratos com o Instituto Nacional de Habitação.

O programa prevê a construção de 100 das duzentas casas nas sedes municipais e as restantes nas comunas, com vista à promoção do desenvolvimento harmonioso e atrair os quadros, que asseguram o funcionamento dos serviços da administração pública, disse Lino dos Santos.

O vice-governador provincial adiantou que a segunda fase da execução do Programa de Fomento Habitacional aguarda pela mobilização de recursos

financeiros, tendo solicitado a intervenção do Ministério do Urbanismo e Habitação.

Os primeiros moradores foram unânimes em reconhecer a iniciativa do Executivo na construção de casas sociais, contribuindo para a melhoria da situação habitacional das famílias angolanas. Os municípios do Lucapa, Cambulo e Cuilo destacaram a importância do projecto, considerando que a iniciativa vai reduzir o problema do défice habitacional e um ponto de partida para a melhoria da imagem das localidades.

Obras nas estradas

O ministro da Construção, Valdemar Alexandre, garantiu que o Executivo trabalha para encontrar "uma solução imediata" para a conclusão dos últimos 40 quilómetros, dos 540 quilómetros da Estrada Nacional 225, que liga os municípios do Tchitado, Lovua, Cuilo, Lubalo, Caugula e Cuango, na província da Lunda Norte. Valdemar Alexandre referi que esse troço "não pode ficar refém dos quilómetros em falta", em função da sua importância para a circulação de pessoas e bens. Acrescentou que o seu sector pondera a alteração do traçado devido a fenómenos naturais, como as ravinas.

"Procuramos nos próximos tempos intervir no troço naquilo que forem as soluções técnicas que o Instituto de Estradas de Angola (INEA) encontrar para satisfazer os interesses da população", sublinhou o ministro, que destacou, igualmente, as obras de reabilitação do troço entre os município do Lucapa e Cambulo, e o da vila de Nzagi ao rio Cassai e da Estrada Nacional 180- A, do Dundo a Nzagi.

Valdemar Pires Alexandre disse que no âmbito dos projectos de investimentos públicos, nesta altura, em função da redução dos recursos financeiros, o Executivo estuda um plano de intervenção na reabilitação de estradas, que tem como prioridade a Estrada Nacional 180-A entre Dundo e Nzagi, cuja execução física está em 30 por cento.

O ministro da Construção disse que outros projectos são desenvolvidos paulatinamente na região, como a ligação entre Lucapa e Cambulo, estrada secundária de vital importância para o desenvolvimento dos projectos mineiros.

6.4 Comunicação da fixação e alteração de residência

Jornal de Angola

8 De Abril de 2016

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram ontem, na especialidade, a Lei sobre Comunicação da Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos, diploma que regula o direito de livre circulação e residência no território nacional pelos cidadãos nacionais e estrangeiros.

O diploma, que recebeu votos contra dos deputados da oposição, consagra o procedimento para o registo da mobilidade dos cidadãos, junto dos órgãos e serviços da Administração Pública do Estado, Administração Autárquica, Autoridades Tradicionais e outras.

A proposta, que aguarda agora pela votação final global, diz que a falta de registo ou actualização da mobilidade condiciona o acesso aos serviços médicos do Serviço Nacional de Saúde, água, luz, à emissão de atestados de estado civil, económico e de residência, limitação dos benefícios de subvenção dos serviços de saúde, excepto em casos graves. O diploma limita também o acesso aos benefícios municipais, com destaque para os programas habitacionais, impedimento de concessão de residência fiscal, limitação ao acesso ao ensino público geral e à bolsas de estudos.

A proposta de Lei sugere que todos os habitantes duma circunscrição territorial, nacionais ou estrangeiros, são obrigados a prestar informação aos serviços da administração pública sobre fluxos migratórios, com destaque para o acolhimento temporário ou prolongado em residência, mudança de domicílio para qualquer fim, acolhimento para fins de saúde, estudos ou outros.

O diploma esclarece que a Administração Pública deve implementar sistemas simplificados para a recolha de informação a ser prestada pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, através de correio electrónico, existência de formulários digitais, aplicativos de uso simples em telemóvel. O documento propõe que os órgãos e serviços da Administração Pública devem organizar e manter actualizada a informação prestada numa base de dados populacional. A informação, adianta o documento, deve obedecer à legislação em vigor sobre bases de dados e tratamento de informação pessoal, sendo a sua recolha, tratamento e transmissão permitidos apenas entre órgãos e serviços da Administração Pública.

Ainda ontem, os deputados aprovaram a Proposta de Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais que tem como objectivo a harmonização da codificação das provinciais, municípios, distritos urbanos e comunas. A proposta de Lei visa definir de forma clara as normas para implementar uma metodologia sobre o regime da codificação nacional, tendo em conta o desenvolvimento urbanístico.

6.5 Comunicação da fixação e alteração de residência

Jornal de Angola

8 De Abril de 2016

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram ontem, na especialidade, a Lei sobre Comunicação da Fixação e Alteração de Residência dos Cidadãos, diploma que regula o direito de livre circulação e residência no território nacional pelos cidadãos nacionais e estrangeiros.

O diploma, que recebeu votos contra dos deputados da oposição, consagra o procedimento para o registo da mobilidade dos cidadãos, junto dos órgãos e serviços da Administração Pública do Estado, Administração Autárquica, Autoridades Tradicionais e outras.

A proposta, que aguarda agora pela votação final global, diz que a falta de registo ou actualização da mobilidade condiciona o acesso aos serviços médicos do Serviço Nacional de Saúde, água, luz, à emissão de atestados de estado civil, económico e de residência, limitação dos benefícios de subvenção dos serviços de saúde, excepto em casos graves. O diploma limita também o acesso aos benefícios municipais, com destaque para os programas habitacionais, impedimento de concessão de residência fiscal, limitação ao acesso ao ensino público geral e à bolsas de estudos.

A proposta de Lei sugere que todos os habitantes duma circunscrição territorial, nacionais ou estrangeiros, são obrigados a prestar informação aos serviços da administração pública sobre fluxos migratórios, com destaque para o acolhimento temporário ou prolongado em residência, mudança de domicílio para qualquer fim, acolhimento para fins de saúde, estudos ou outros.

O diploma esclarece que a Administração Pública deve implementar sistemas simplificados para a recolha de informação a ser prestada pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, através de correio electrónico, existência de formulários digitais, aplicativos de uso simples em telemóvel. O

documento propõe que os órgãos e serviços da Administração Pública devem organizar e manter actualizada a informação prestada numa base de dados populacional. A informação, adianta o documento, deve obedecer à legislação em vigor sobre bases de dados e tratamento de informação pessoal, sendo a sua recolha, tratamento e transmissão permitidos apenas entre órgãos e serviços da Administração Pública.

Ainda ontem, os deputados aprovaram a Proposta de Lei da Codificação das Circunscrições Territoriais que tem como objectivo a harmonização da codificação das provinciais, municípios, distritos urbanos e comunas. A proposta de Lei visa definir de forma clara as normas para implementar uma metodologia sobre o regime da codificação nacional, tendo em conta o desenvolvimento urbanístico.

6.6 Oportunidades para o Novo Urbanismo em Angola após a baixa da economia petrolífera

Jornal O País

12 De Abril de 2016

Texto: Allan Cain

Desde o fim da guerra civil em 2002, o governo de Angola tem utilizado as facilidades da linha de crédito chinês apoiada por garantias de fornecimento de petróleo para a reabilitação maciça de infra-estruturas e ganhar prestígio através da construção de projectos urbanos. O mais notório é o empreendimento público-privado da “Centralidade” de Kilamba com 20.000 apartamentos, maior empreendimento urbanístico da China em África. Os apartamentos, numa primeira instância promovido como de habitação social, foram inicialmente muito caros para a maioria da população e o estado teve de recorrer a fundos do seu orçamento habitacional para subsidiar o sistema, e tornar as unidades acessíveis para funcionários públicos de nível médio e superior. Os novos projectos, compreendendo uma estimativa de cento e cinquenta mil unidades, estão previstos para as 18 Províncias em todo o país. Ao serviço desta visão, o sector privado, tanto a nível internacional como local, tem sido um dos principais beneficiários de subvenções da construção do Estado Angolano. Financiamentos estrangeiros, sob a forma de empréstimos garantidos por petróleo, têm estimulado um dos países do continente africano com mais rápido crescimento a lançar-se na construção de habitação. O fluxo financeiro foi sob a forma de linhas de crédito, em vez de verdadeiros investimentos estrangeiros directos (IED). O sector

privado, tanto local como internacional, no entanto, tem mostrado relutância em investir o seu próprio dinheiro no mercado imobiliário desde a deflação dos preços da habitação de luxo especulativos após 2010.

As lacunas na legislação fundiária e a falta de garantias de segurança jurídica são as razões apresentadas pela maioria dos bancos comerciais para a sua taxa de recusa de 86% a dos pedidos de empréstimo (hipoteca). Os construtores imobiliários estrangeiros procuram entretanto acordos de parcerias público-privadas (P3) com intervenientes não estatais que podem fornecer protecção contra as disputas de terras e riscos financeiros.

Angola é a terceira maior economia da África Subsariana com petróleo a representar a quase totalidade das suas exportações e mais de dois terços da receita do governo. A dramática queda de preços de petróleo a partir 2014 até 2016, resultou na redução substancial do orçamento do estado angolano. É improvável que o governo seja capaz de fornecer subsídios para investimento e continuar a construção de novas habitações da mesma forma e ritmo como antes. Entre 2014 e 2016 as dotações orçamentais do estado caíram de US\$ 74 biliões para US\$ 41 biliões. A proporção do PIE representada pelo sector da construção diminuiu de 8 % em 2014 para 3,1 % em 2016.

A entrega significativa de habitações pelo Estado durante a última década, totalizando 172,575 unidades até o final de 2015, tem satisfeito não apenas um importante segmento da classe média e funcionários melhor remunerados, mas criou também grandes expectativas em trabalhadores com salários inferiores, bem como na população urbana pobre economicamente activa, que também procura beneficiar de subvenções à habitação social. A procura não contemplada de habitação na parte inferior da pirâmide está emergindo como um importante impulsionador da economia habitacional. O governo continua empenhado politicamente em cumprir as suas promessas de habitação social, que foram anunciadas pelo Presidente da República em 2008. Na altura, o défice da habitação foi estimado em 1,9 milhões de unidades e o governo traçou um plano para fornecer um milhão dessas unidades. Os recursos que o governo deve ser capaz de mobilizar para fazer isso, porém, já não são tão significativos e são necessárias novas estratégias de mobilização de recursos.

Neste ambiente económico novo e desafiador, um recurso não explorado que poderia ser a chave para a crescente procura no sector de habitação e infra-estruturas urbanas de Angola é "terra". Países pós-socialistas como Angola, Moçambique, Etiópia e a China têm oportunidades únicas através da conversão

do monopólio de terras para utilizações urbanas. O crescimento espectacular de propriedade das cidades chinesas durante as últimas três décadas tem sido em grande medida alimentado por valor de captura de terra. O caso frequentemente mencionado é o de Shenzhen, e o seu modelo de desenvolvimento habitacional. A experiência de Shenzhen pode oferecer lições para cidades africanas sobre o que poderia ser replicado ou adaptado; e sobre o que evitar a todo o custo. A decisão da China no início da década de 1980 de promover a municipalização, descentralizar a governação e dar às autoridades locais uma verdadeira autonomia financeira estimulou o rápido crescimento económico e urbano. O activo mais valioso das cidades chinesas foram as terras do Estado, o que conseguiram e foram capazes de arrendar ou vender os direitos de desenvolvimento aos investidores do sector privado. Municípios como Shenzhen foram capazes de utilizar as receitas das vendas de "direitos de uso" e de arrendamento para financiar a habitação social e a prestação de serviços de infra-estrutura urbana para o benefício público. A conversão de terrenos desta forma aumentou os valores imobiliários, gerou mais riqueza e estimulou o rápido crescimento urbano, mas também levou a conflitos com as comunidades rurais na periferia da cidade. O valor de captura de terra é um dos principais recursos empregues pelas cidades globalmente para financiar os orçamentos municipais, às vezes através do desenvolvimento de parcerias com investidores imobiliários e comunidades locais, ou pela tributação de ocupação ou cobrança de taxas por alterações na utilização dos solos. Na China, a origem da riqueza que cresce e sustenta essas cidades é a poupança do proprietário da casa e dos investidores do sector privado. Estes são recursos que permanecem inexplorados em Angola.

As cidades angolanas têm bairros de alta densidade não planeados 'musseques', onde a ocupação das terras permanece não documentada e as habitações sem manutenção. Nos países pós-socialistas como Angola, o Estado tem uma oportunidade única através do registo e de regularização de posse para aumentar os valores da terra e assegurar que parte deste valor é capturada do investimento privado em benefício do público. Os municípios podem utilizar as receitas sob forma de taxas de registo da utilização dos solos e impostos para transferências e melhoria de infra-estruturas e a prestação de habitação social, promovendo um ciclo virtuoso de aumento de valores que acompanham a transformação urbana.

Caso se pretenda abordar a habitação e outras necessidades em Angola, serão necessárias novas fontes de investimento e os recursos não explorados

precisam de ser desbloqueados. Tanto o sector privado local como o internacional têm sido até agora reticente em fornecer o seu próprio financiamento e investir em imóveis devido à fraca posse da terra e à falta de reformas legislativas para tornar um mercado fundiário funcional.

O primeiro passo para estimular o compromisso de participação do sector privado na prestação de financiamento da habitação será resolver os problemas sobre a posse de terra. A implementação de reformas pendentes há muito tempo sobre operações de crédito para habitação, planeamento participativo e descentralização fiscal para municípios, poderia incentivar os proprietários de casas por si e o sector privado a investir no desenvolvimento urbano e habitação de oportunidade. As mesmas reformas são também susceptíveis de estimular o investimento estrangeiro directo (IED) no sector habitacional.

Os registos de Terra e habitação e cadastros municipais estão fora de prazo e precisam de ser actualizados. Apenas alguns milhares de propriedades fora de Luanda, cerca de um milhão de habitações estão totalmente registadas e a pagar regularmente os impostos. Os impostos habitacionais contribuíram apenas em 1,27% das receitas para o orçamento do Estado em 2015. A legislação de posse segura e o mandato as administrações locais formadas para implementar reajustamento da terra e dos aglomerados informais continua por ser finalizada e publicada. A lei sobre créditos hipotecas precisa de ser finalizada permitindo que as instituições financeiras confiem no mercado imobiliário, dando a eles a confiança para investir os seus recursos próprios no mercado habitacional. A descentralização fiscal a partir do orçamento do Estado central para os municípios irá proporcionar incentivos para capturar o valor dos terrenos e investir em infra-estrutura pública que pode resultar em criar mais valor.

Enquanto o governo angolano continua a procurar empréstimos da China dando como garantia a projecção de produção de petróleo, as condições destes empréstimos têm sido renegociadas. Em Junho de 2015 foi acordada uma flexibilização das condições de reembolso destes empréstimos e foram prometidos novos empréstimos de infra-estruturas, vinculados a empresas chinesas, avaliados em US\$ 6 biliões. Angola comprometeu -se, no entanto, a encontrar novas formas de diversificação e crescimento da sua economia no novo ambiente da baixa dos preços das matérias-primas. A experiência da China de desenvolvimento urbano de captura de valor da terra, se for partilhada, poderá vir a ser tão valiosa quanto os seus empréstimos.

Se pretender tornar sustentável uma nova estratégia para financiar o sector habitacional e o crescimento urbano, é fundamental o envolvimento do sector privado e as próprias famílias, isso depende de um ambiente político forte e um diálogo produtivo entre os sectores, público e privado. As planeadas reformas relacionadas com terrenos urbanos, crédito hipotecário financiamento municipal precisa de ser implementadas a fim de desbloquear oportunidades para responder à enorme demanda por habitação em Angola.

Biografia do autor: Allan Cain é um arquitecto e especialista em planeamento de projectos e desenvolvimento urbano. É o director e Development Workshop Angola.

Ele tem uma licenciatura em Estudos Ambientais, fez estudos de pós-graduação na Associação e Arquitectura (Londres, Reino Unido) e mais estudos especializados em Harvard Business School (em micro finanças e financiamento à habitação). Trabalhou como consultor e conduziu projectos e pesquisa para o Banco Mundial, a UN- Habitat, a União Europeia e é membro dos conselhos de várias instituições de desenvolvimento. Ministrou aulas em universidades na China, Angola, Noruega, África do Sul, Reino Unido e Canadá onde ele é professor visitante na Universidade de Ottawa. Os seus artigos trabalhos têm sido publicados em revistas internacionais. Ele é co-fundador da primeira instituição de micro finanças não bancária de Angola, que foi pioneira em micro-financiamento em Angola.

6.7 Desmobilizados recebem casas

Jornal de Angola

12 De Abril de 2016

Texto: António Gonçalves

Um total de 30 famílias de antigos combatentes e veteranos da pátria, no município do Bocoio, em Benguela, beneficiaram, ontem, de casas, numa cerimónia presidida pelo governador provincial.

Isaac dos Anjos explicou que o programa, de âmbito provincial, além de garantir casas para as famílias dos antigos combatentes, permite que os beneficiários possam praticar a agricultura, pois trata-se de uma agrovila. Isaac dos Anjos salientou que o formato do projecto facilita a colocação de infra-estruturas de saneamento e, por isso, as casas são em forma de meia-lua, concentrando os comportamentos de higiene no meio da aldeia, enquanto a parte traseira é aproveitada para a prática da agricultura.

O governador provincial disse que a execução do projecto prevê que todos os antigos combatentes das várias guerras ocorridas em Angola e residentes no município do Bocoio estejam concentrados na agrovila.

Para além das residências, a agrovila possui uma escola de seis salas de aulas, para beneficiar 420 alunos, um pavilhão polidesportivo e um jardim infantil. Ainda no Bocoio, o governador provincial de Benguela fez a entrega à população de um centro de tratamento da tuberculose e de um centro materno infantil, que vão trabalhar no Hospital Municipal.

A directora clínica do Hospital Municipal do Bocoio, Delfina Arcanjo, disse que a entrada em funcionamento das duas infra-estruturas sanitárias é uma mais-valia, pelo facto de os utentes dos centros necessitarem de uma área de internamento melhorada. Em média, 30 doentes com tuberculose são atendidos por mês naquela unidade sanitária, onde foram melhoradas as condições infra-estruturais, técnicas e sanitárias.

6.8 Novas urbanizações no Chibodo recebem os primeiros moradores

Jornal de Angola

13 De Abril

Texto: Bernardo Capita

Os apartamentos da Urbanização 4 de Abril, na localidade do Chibodo, em Cabinda, começaram a ser comercializados, após a inauguração do complexo residencial pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo.

A nova Urbanização, localizada a oito quilómetros a norte da cidade de Cabinda, possui 90 edifícios de três andares, com um total de 1.002 apartamentos do tipo T3 e T4. O empreendimento foi construído no quadro do programa habitacional do Executivo angolano.

Depois do corte da fita e do descerramento da placa, a ministra do Urbanismo e Habitação e a governadora provincial de Cabinda, Aldina Catembo, procederam à entrega simbólica das chaves aos primeiros inquilinos da Urbanização.

Os apartamentos são comercializados pela Imogestim no regime de venda pública dirigida, processo destinado às empresas públicas e privadas de capital relevante na economia da província, e por venda pública livre.

Os apartamentos T3 custam o equivalente em kwanzas a 70 mil dólares e os T4 custam 80 mil dólares.

Cada funcionário público, cuja modalidade de pagamento é no sistema de renda resolúvel, paga entre 48 mil e 52 mil kwanzas por mês, conforme o tipo de imóvel, e num período de 20 a 30 anos.

Os interessados vinculados a empresas públicas e privadas devem, antes, efectuar um pagamento de 20 por cento do valor global do apartamento, independentemente da tipologia, e três milhões de kwanzas de garantia e, num período de 12 meses, concluir o pagamento de cerca de nove milhões de kwanzas. Só a partir daí, tem acesso à moradia.

A Urbanização 4 de Abril, com capacidade para mais de seis mil pessoas, dispõe de arruamentos, parques de estacionamento, esquadra policial, centro de saúde e cultural, lojas, sistemas de energia eléctrica e água potável, centro infantil para 240 crianças, uma escola primária e outra do primeiro ciclo, um pavilhão gimnodesportivo e um campo de futebol de onze.

Sonho da casa própria

O acto de entrega das chaves aos primeiros inquilinos ficou marcado por momentos de grande emoção. Ana Tomé, 57 anos, funcionária da Conservatória do Registo Civil de Cabinda há 37 anos, vai morar num apartamento T 4. Com um forte sorriso nos lábios, disse à reportagem do Jornal de Angola que há muito desejava ter casa própria para viver de forma condigna com a família.

Zeferino Mateus, um jovem funcionário público, também manifestou contentamento pela casa que recebeu e elogiou o Executivo por estar a cumprir a promessa de disponibilizar 30 por cento das moradias na Urbanização à juventude.

Novos fogos em Cacongo

Cerimónia idêntica à realizada na Urbanização 4 de Abril teve lugar na aldeia do Zena, município de Cacongo, com a entrega de 148 casas geminadas à população local.

A cerimónia foi testemunha pela ministra do Urbanismo e Habitação, pela governadora provincial de Cabinda, responsáveis locais de distintos sectores e autoridades tradicionais de Cacongo.

As casas são do tipo T3 e foram construídas no âmbito do projecto do Executivo de 200 fogos habitacionais em cada município do país, iniciado em 2002.

O encarregado da fiscalização do projecto, Bongo Conde Pitra, valorizou a qualidade das obras e realçou que o empreiteiro cumpriu com rigor os preceitos da construção civil. As 52 moradias em falta são concluídas ainda este ano, afirmou. "As casas oferecem boa qualidade para serem habitadas. Vejo alegria total no rosto dos futuros moradores", sublinhou.

Pascoalina Furtado, funcionária pública, primeira inquilina do projecto habitacional da aldeia do Zenga, ao receber a chave da sua moradia das mãos da ministra Branca do Espírito Santo, encorajou o Governo Provincial e o Executivo a continuarem a desenvolver projectos do género para abranger mais jovens que ainda não concretizaram o sonho da casa própria.

O regedor João Capita, da comuna de Dinge, afirmou que só com muitos projectos habitacionais em todo o país os angolanos podem melhorar o nível de vida. João Capita destacou o empenho do Governo Provincial na melhoria das condições de vida das populações.

"Em apenas 14 anos de paz, Angola tornou-se uma referência para muitos países de África."

Obrigações dos inquilinos

A governadora provincial Aldina Catembo afirmou que a Urbanização 4 de Abril "é o maior empreendimento do género na província desde a conquista da Independência Nacional", o que permitiu ao Governo Provincial distribuir as moradias de forma equitativa e transparente a todas as esferas da sociedade, com destaque para a juventude, que beneficiou de 30 por cento das casas, "cumprindo, desse modo, uma das orientações do Presidente José Eduardo dos Santos".

A governadora provincial sublinhou a presença de serviços básicos agregados à Urbanização e apelou aos moradores para cumprirem as cláusulas contratuais, de modo a permitir que investimentos do género tenham continuidade.

"Deve-se cuidar não só das moradias mas também dos espaços comuns para manter um ambiente sadio", afirmou. Aldina Catembo considerou importante o pagamento das taxas de condomínio para garantir a prestação de serviços condigna pela administração da Urbanização.

Combate às assimetrias

A ministra da Urbanização e Habitação, Branca do Espírito Santo, afirmou que a melhor forma de combater as assimetrias sociais consiste em boas

políticas nos domínios da Urbanização e fomento habitacional.

A Urbanização 4 de Abril, disse a ministra, reflecte os esforços do Executivo na construção de infra-estruturas, equipamentos e serviços, como estradas, pontes, portos, aeroportos, escolas e hospitais.

A governadora provincial, Aldina Catembo, anunciou que o Ministério do Urbanismo e Habitação vai, nos próximos tempos, promover a requalificação, a reabilitação e a valorização de centros urbanos e rurais, para permitir a fixação ordenada das populações.

"Pretendemos com isso organizar as comunidades, ordenar o território e proporcionar melhores condições de habitabilidade", concluiu a governadora provincial.

6.9 Centenas de casas sociais foram entregues no Soyo

Jornal de Angola

17 De Abril de 2016

Texto: Jaqueline Figueiredo

A cidade do Soyo ganhou mais 400 casas sociais, entregues ao Governo Provincial do Zaire pela Sonangol e suas associadas, através da Angola LNG.

Trata-se do condomínio "Kinganga Mavákala", construído a cerca de 20 quilómetros do Soyo.

A cerimónia de entrega das moradias do tipo T3 foi testemunhada pelo governador provincial do Zaire, José Joanes André, e enquadra-se nos festejos dos 42 anos de existência da cidade do Soyo, comemorados no passado dia 5 deste mês.

O condomínio "Kinganga Mavákala" possui um complexo escolar, infantário, parque infantil, campo multiuso e um outro de futebol de 11, além de posto policial, de um mercado, de sistemas de captação e abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais e uma central eléctrica.

6.10 Plano de requalificação do Lobito deverá ser aprovado em Junho

Jornal O País

28 De Abril de 2016

Texto: Zuleide de Carvalho

O primeiro passo para a grande transmutação que se espera da cidade dos flamingos foi dado a 25 de Setembro de 2015, quando uma equipa da Ordem dos Arquitectos de Angola se reuniu com o governador Isaac dos Anjos, com o administrador Municipal do Lobito, Alberto Ngongo, bem como com empresários, autoridades tradicionais e religiosas, docentes e discentes Universitários assim como a sociedade civil.

O encontro visou traçar directrizes que permitam redefinir a estrutura geográfica, económica e social daquela cidade do litoral da província de Benguela, a fim de torná-la num pedaço de terra autónomo e competitivo, capaz de incrementar o PIE nacional e impulsionar activamente o potencial económico do país.

Daí em diante, o Governo provincial lançou um desafio ao empresariado local e à juventude, para que fizessem bom uso do seu intelecto e recursos de forma a engendrarem planos que permitam transformar o Lobito numa cidade de sonho, que corresponda às mais elevadas expectativas de cada município.

Desde então, foram expostos quatro projectos que visam internacionalizar o município do Lobito, não só no aspecto físico, como nas relações económicas e turísticas, tendo sido o último apresentado nesta Quarta-feira, pela empresa "Líneas - desenho e engenharia", que ambiciona dotar a cidade de asas, proporcionando-lhe um vôo metaforicamente semelhante ao dos característicos flamingos.

O "Master Plan" explanado abrange a importância da geração de capital financeiro em pé de igualdade com o desenvolvimento sociológico do município, prevendo a criação de um "pulmão" para a cidade semelhante ao Central Park em Nova York, a ampliação do Porto do Lobito, a criação de uma marginal, grandes centros comerciais, novas e eficientes redes rodoviárias, estações eléctricas funcionais, escolas de arte e cultura, museus, turismo ecológico e, evidentemente, um crescimento urbano ultra-moderno e equilibrado.

Das diversas propostas feitas ao Governo Provincial, será aprovada em Junho deste ano uma com carácter duradouro, que poderá ser resultado da compilação dos protótipos recebidos ou do projecto que se apresenta mais completo' abrangendo os futuros 30 a 50 anos da cidade dos flamingos, que se esperam dourados.

7. TERRA

7.1 Cerca de 70 mil pessoas podem ser afectadas por desabamento de terra

Jornal O País

5 De Abril de 2016

Texto: Romão Brandão

O desabamento de terra ainda é um problema para muitas famílias e, por isso, com base nos dados definitivos do Censo de 2014, foi desenvolvido um estudo de modo a alertar os gestores locais e minimizar os constrangimentos nas zonas da Samba e da Boavista, onde concluiu-se que pelo menos 18.011 famílias poderão ser afectadas nos próximos tempos.

Segundo dados do INAMET, a Luanda registou, nos últimos anos, uma média anual de precipitação acima de 148 mm em relação aos anos anteriores, sendo os meses de Março e de Abril os de maior precipitação. Para o actual mês prevê-se muita chuva, facto que agrava os receios das autoridades em relação às farrulias que vivem nessas áreas.

No bairro da Boavista, por exemplo, 13.018 casas serão afectadas caso ocorra alguma alteração nos solos devido à erosão hídrica ou eólica, perfazendo um total de 43.563 pessoas, sendo 9.080 crianças dos 0-5 anos, 11.611 crianças dos 6-16 anos e 458 adultos com mais de 65 anos.

Do mesmo modo, o deslizamento de terra afectará, na Samba, pelo menos 4.993 casas, 24.088 pessoas, das quais 3.792 são crianças dos 0-5 anos, 6.027 crianças dos 6-16 anos e 439 adultos com mais de 65 anos. O estudo acrescenta ainda, nas referidas áreas, perfazendo um total de 92 infra-estruturas sociais (escolas, postos/centros médicos, administração...) em risco.

As duas áreas estudadas têm as mesmas características, com um sistema de drenagem precário, solos impermeáveis, densidade de ocupação média de cinco pessoas por habitação, sendo a alvenaria o tipo de construção predominante.

"Com este tipo de informação, os gestores locais, a Protecção Civil e outras entidades poderão intervir, antecipadamente, evitando consequências desastrosas e minimizar os riscos associados aos impactos inerentes às áreas vulneráveis. Tudo isso só foi possível com os dados definitivo do Censo", disse o director do INE, Camilo Ceitas.

Em colaboração com o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, a equipa fez um levantamento e análise de dados dos arquivos existentes na cartografia censitária do INE, para além de estudo cidade (hidrografia, solo, ocupação humana, dados pluviométricas da província, dos últimos anos, número de habitações nas áreas alvo e o número de pessoas residentes). Para os dois bairros, os estudos foram feitos nas zonas da Samba Grande e Pequena, Boavista e da Madeira, por se encontrarem em áreas potencialmente vulneráveis a inundações e deslizamentos de terra. Os especialistas apontam que há muitas casas próximas a canais de drenagem, pelo que favorecem a erosão. Cada cenário teve a sua particularidade, segundo o director do INE. A probabilidade de ocorrência pode ser medida com o retorno das chuvas e podem causar: vulnerabilidade alta-áreas propensa ao deslizamento de terras ou erosão e inundações ou cheias; vulnerabilidade média - as áreas vizinhas às áreas de alto risco e vulnerabilidade baixa: áreas que podem sofrer cheias por arrastamento das áreas vizinhas.

7.2 O Morro da Samba e as barreiras de protecção

Jornal de Angola

5 De Abril de 2016

O jornal o PAÍS (na edição 79) trouxe uma reportagem sobre o Morro da Samba, onde para além das dificuldades relacionadas ao saneamento básico e a preocupação do aumento da criminalidade, os populares apontaram o facto de terem de "improvisar barreiras" de protecção.

A população que vive abaixo do Morro da Samba improvisou algumas barreiras para proteger as suas residências do lixo e dos desabamentos de terra e rochas, uma preocupação constante.

A estudante e dona de casa, Josefina Manuel, afirma que no período seco o desabamento de terra é recorrente e o perigo é eminente, o que causa medo. "E, nos dias que chove, a lama vem toda para baixo, a nossa sorte é que temos barreiras os moradores Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e de já em viver noutra lugar com melhores condições de protecção que impossibilitam o lixo de entrar em casa", dissera.

Para a educadora infantil, Vala de Carvalho, moradora da rua da Cerâmica, "o Morro está a desmoronar! O escoamento do lixo é todo feito para as casas de baixo, o nosso ar é poluído". Segundo os moradores, só em 2014 foram quatro o número de

peças que caíram e houve um caso de deslizamento de terra com danos materiais.

Na altura, O PAÍS conversou com então administrador do distrito da Samba, Adão Malungo, que reconheceu a existência de muitos moradores no referido morro e as dificuldades que passam. "Os moradores do Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e desejam viver noutra lugar com melhores condições", dizia, acrescentando que "tal situação ultrapassa as nossas competências".

A situação não é favorável, mas algumas pessoas continuam a construir casas em lugares inapropriados, de acordo com o administrador. Estes factores aumentam o nível de risco de vida daquilo que eles já possuem. Mas, acrescentou Malungo, acho que vai chegar o tempo em que a situação será resolvida, aliás "os estudos estão a ser feitos para a nova requalificação e a transferência daquela população para um lugar mais seguro".

7.3 Terrenos no Talatona sob ultimato

Jornal O País

19 De Abril de 2016

Os detentores de terrenos dentro do perímetro da urbanização do Talatona devem, nos próximos 30 dias (a contar de 13 de Abril de 2016), proceder a limpeza e arranjo dos tapumes de suas propriedades, sob pena de sofrerem sanções.

Segundo um edital da Comissão Administrativa da Urbanização do Talatona, o estado actual dos referidos recintos contribui para o degradar da imagem da urbanização, pelo que, findo prazo, não será mais tolerado.

No caso de incumprimento, os prevaricadores estarão sujeitos às sanções constantes na Lei de Terras, conjugadas com a Lei das Transgressões Administrativas e os demais de direito aplicáveis.

O mesmo edital, assinado pela presidente da Comissão Administrativa, Manuela Bezerra, refere que os terrenos cujas superfícies não mereceram um aproveitamento útil têm criado elevados problemas de ordem pública e segurança, afectando o saneamento, a saúde pública e embelezamento da circunscrição. Diz aquela autoridade que a desocupação dos espaços tem propiciado as acções dos delinquentes que se aproveitam dos recintos para o exercício de acções malélicas.

7.4 Fazendeiros improdutivos perdem terras

Jornal de Angola

22 De Abril de 2016

Os fazendeiros da província do Huambo com fraca capacidade de produção agrícola podem perder, no decurso deste ano, os seus títulos de propriedade, advertiu ontem o director local da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.

Andrade Moreira Bahú explicou que a decisão se baseia no facto de existirem, na região, muitas fazendas abandonadas. "Aos ocupantes de fazendas que não produzem são retirados os títulos de propriedade, entregues a outras pessoas interessadas no aumento da produção agrícola ou pecuária, face ao contexto económico e financeiro do país", disse.

Andrade Moreira Bahú explicou que o sector que dirige tem registado, diariamente, solicitações, para aquisição de parcelas de terra para cultivo agrícola, de empresas com capacidade financeira.

Os fazendeiros incapacitados financeiramente foram aconselhados por Andrade Moreira Bahú a celebrarem parcerias para desenvolverem a agricultura e a pecuária.

Andrade Moreira Bahú acrescentou que o sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em parceria com o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), procede ao levantamento topográfico e cadastramento das fazendas existentes na província, para determinar quantas existem na região, o tipo de produção e dimensões.

Dados do IGCA apontam que, nos últimos cinco anos, foram cadastradas 150 fazendas, num universo de 955 associações de camponeses e 37 cooperativas com estatuto próprio. Os números são considerados proporcionalmente inferiores às potencialidades da província.

7.5 Demolições no zango resultam em morto e dois feridos

Jornal O PAÍS

22 DE Abril de 2016

Uma criança terá sido atropelada por um tractor na sequência de um processo de demolição, ontem, no Zango III, perpetrado, supostamente, por elementos ligados a Polícia Militar. A população que via as suas

casas a serem destruídas sem aviso prévio nem algum pronunciamento por escrito, da administração, se rebelou e a "tropa" respondeu fazendo tiros. Informações chegadas à redacção de OPAÍS dão conta da morte de uma criança de uma no e seis meses, após ter sido atropelada por um tractor que destruiu a casa de seus pais, no Zango III, propriamente na zona do Kikuxi II. Segundo o cidadão Luís Pedro, um dos afectados, "enquanto os pais da criança tentavam impedir a demolição, um jovem que conduzia um dos 4 tractores que estavam no local, sob orientação de elementos da Polícia Militar, não se dando conta, atropelou a criança". De acordo com o interlocutor a "cabeça da criança foi esmagada" e a polícia recolheu o corpo, tendo-o levado consigo. A população se revoltou, mas nem assim a Polícia Militar recuou, tendo feito disparos, o que resultou em ferimentos graves de dois jovens, um numa perna e outra na clavícula. O facto também foi confirmado pelo cidadão identificado por Kamoio Job, tendo acrescentado que na manhã de antes d'ontem (20 de Abril) a Polícia Militar apareceu com as máquinas para demolir as casas que estão na Zona da Floresta, pelo que os moradores do Kikuxi II poderiam ficar descansados porque não seriam afectados. "Hoje (21 de Abril), de manhã muito cedo, os militares apareceram e começaram a demolir as nossas casas, sem apresentarem qualquer documento que os autorize e nem sequer queriam conversar com a população. Fizeram tiros, mataram gente e disseram que amanhã voltarão novamente", disse.

O PAÍS contactou a Administração de Viana e o administrador, Jeremias Dumbo, afirmou que não orientou fiscais para fazerem demolições na zona do Zango III, pelo que desconhece as acções de demolição em dois dias consecutivos, supostamente por agentes da Polícia Militar, naquela região. "Temos fiscais na zona, mas não foram orientados a demolir casas. A única demolição que decorre na minha jurisdição é das casas que estão na zona de protecção do novo aeroporto internacional de Luanda. Os habitantes foram várias vezes informados para abandonar o local, mas persistem", finalizou.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Milhões de pessoas consomem água potável

Jornal de Angola

1 De Abril

Texto: Manuela Gomes

O ministro da Energia e Águas informou ontem em Luanda que 65 por cento da população rural já consome água potável, estatística levantada até finais de 2015, no âmbito do programa "Água para Todos".

João Baptista Borges, que discursava na abertura da décima primeira reunião de balanço do Programa "Água para Todos", que prevê até ao ano 2017 atingir 80 por cento da população rural, salientou que 4.143 projectos já foram executados, dos quais 1.003 pequenos sistemas de abastecimento de água e 3.140 pontos de água.

Os projectos já executados permitiram que o abastecimento de água potável chegasse a 3,8 milhões de habitantes residentes em zonas mais desfavorecidas.

"A implementação, desde 2007, do programa "Água para Todos" foi marcada pela contenção da disponibilidade de recursos financeiros, contenção que continua em 2016 e que vai obrigar a um esforço de racionalização, optimização e a busca de soluções de sustentabilidade", declarou o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

O Executivo, disse o ministro, continua a criar as condições voltadas para a melhoria contínua da qualidade de vida das populações, mantendo políticas que garantem a evolução positiva dos indicadores de desenvolvimento humano em Angola, de promoção de emprego, a melhoria do acesso à água e a sua gestão.

Sobre o Programa "Água para Todos", João Baptista Borges disse ser necessário trabalhar mais para, até 2017, se alcançar a meta prevista pelo programa.

O ministro da Energia e Águas insistiu na necessidade de intensificar a actividade de inspecção sanitária e a monitorização da qualidade da água potável no meio rural, visando a redução drástica dos eventuais focos de enfermidades de origem hídrica.

João Baptista Borges lembrou que o Ministério da Energia e Águas financia, em parceria com a União Europeia, a construção do Centro de Formação Profissional de Onga Zanga, uma localidade de Icolo

Bengo, província de Luanda, que prepara técnicos que vão desenvolver competências no sector das Águas.

O desenvolvimento institucional do sector das Águas, acentuou o ministro, vai, além da constituição de entidades gestoras de sistemas de abastecimento e saneamento, adoptar mecanismos de regulação económica que garantam a sustentabilidade do serviço público de abastecimento de água. Ainda no âmbito da reestruturação do sector, o ministro salientou que o Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Águas (IRSEA), recentemente criado, tem como objectivo a regulação da actividade de captação, tratamento, transporte e distribuição de água e de colecta, tratamento e descarga das águas residuais.

8.2 Mais água potável para a comunidade rural

Jornal de Angola

4 De Abril de 2016

Texto: António Capitão

Mais de 30 mil habitantes das 81 localidades do município do Songo, na província do Uíge, vão beneficiar de água potável, no âmbito do projecto "Maza yi Moyo", lançado sábado pelo bispo da Igreja Evangélica em Angola, Kiaku Avelino.

O projecto "Maza yi Moyo", que traduzido do kikongo para o português significa "Água é Vida", apoia os esforços do Executivo na melhoria das condições de vida das populações.

O empreendimento financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) inclui a instalação de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e a construção de latrinas públicas e familiares.

Durante a execução do projecto, nos próximos três anos, são realizadas campanhas de sensibilização para os cuidados com a higiene pessoal e comunitária.

O bispo da Igreja Evangélica em Angola alertou que o consumo de água imprópria contribui para a mortalidade e a ocorrência de problemas de saúde pública.

O representante da USAID em Angola, Jason Fraser, disse que o projecto faz parte da Estratégia Global de Água e Desenvolvimento 2013-2018, da agência americana, que se junta às iniciativas do Executivo para que cerca de 80 por cento da população

angolana tenha acesso a água potável e saneamento básico.

"O projecto visa contribuir para a melhoria da saúde das comunidades beneficiárias, através da redução dos índices de doenças relacionadas com a água e saneamento, uma vez que vai criar melhores infra-estruturas de fornecimento do líquido precioso às populações", disse o representante da USAID. A vice-governadora do Uíge para o sector político e social, Maria da Silva, considerou valioso o projecto financiado pela USAID, que se associa a outros implementados na província, no âmbito dos programas Agua para Todos, de Investimentos Públicos e de Combate à Fome e à Pobreza.

Maria da Silva reconheceu que a província do Uíge possui um grande potencial hídrico não totalmente explorado defendeu a necessidade de serem implementados mais projectos de captação, tratamento e distribuição de água, instalação de fontanários e abertura de furos artesianos, para garantir que a população consuma um produto de qualidade.

A administradora do Songo, Adelina Alexandre Pinto, anunciou para breve a extensão da rede de distribuição de água potável da sede municipal para as áreas periféricas.

A população presente no encontro parabenizou a iniciativa da administração que, mesmo sem recursos financeiros à altura, continua a implementar projectos que visam melhorar a qualidade de vida da população.

O soba do bairro Zulumongo, Daniel Zinga Manuel, depois de manifestar a sua satisfação, disse que vai mobilizar a população no sentido de abraçar o projecto, aproveitando a oportunidade para aconselhar os moradores no sentido de preservar os materiais a serem colocados no respectivo bairro.

O município do Songo possui uma extensão territorial de 2.800 quilómetros quadrados, distribuídos por uma comuna, 13 regedorias, 81 aldeias e conta com uma população estimada em 63.362 habitantes, segundo dados do Censo realizado em 2014.

8.3 Uíge melhora fornecimento de água e energia eléctrica

Jornal de Angola

5 De Abril de 2016

Texto: António Capitão

Vários projectos de expansão das redes de distribuição de energia eléctrica e água potável estão em execução desde 2013 em várias aldeias, comunas, municípios e na sede provincial do Uíge.

O relatório apresentado pelo director provincial da Energia e Aguas, Mendes Domingos, referente aos progressos registados através dos programas "Agua para Todos", de Investimentos Públicos e de Combate à Fome e à Pobreza, indica que grande parte da população do Uíge tem acesso a electricidade e consome água potável.

Mendes Domingos disse que a instalação da nova rede de distribuição de água à cidade do Uíge, com um prazo de vida útil de 20 anos, que de início previa 120 quilómetros de tubagens, com 7.400 ligações domiciliárias, foi alargado depois para 136,56 quilómetros e passa agora a ter 9.400 ramificações para as moradias e agora a previsão é de que a rede atinja os 153 quilómetros para dar maior cobertura à cidade.

De acordo com o contrato de empreitada firmado com a empresa TSE, Mendes Domingos disse que a primeira fase do projecto terminou em Novembro do ano passado e foram colocados 149,47 quilómetros de tubagem, o que corresponde a 109,45 por cento do previsto.

A obra custou aos cofres do Estado 1.02 mil milhões de kwanzas investidos na colocação de tubos do tipo PEAD, SDR 17 e PE 100, com diâmetros que variam entre os 63 milímetros e 630 milímetros, de acordo as áreas de implantação, para dar maior durabilidade à rede e garantir maior qualidade do produto a ser distribuído às populações.

"Até finais de Novembro passado, foram colocados 149,47 quilómetros de tubagem, 9,45 por cento a mais do que a extensão prevista para os bairros

Mbemba Ngango, Candombe, Popular, Dunga, Cemitério, Ilha, centro da cidade, Bangola, Quixicongo, Papelão, Kakiuia e Bem-vindo", disse Mendes Domingos.

Para o projecto, foram adoptados dois tipos de ligações, as domiciliárias, para casas devidamente estruturadas, e torneiras de jardim para moradias precárias. Estão executadas 5.860 ligações, 62,34 por cento das 9.400 previstas, e instalados 5.196 contadores.

A segunda fase do projecto de construção da nova rede de distribuição de água à cidade do Uíge, iniciada em Outubro de 2015 nos bairros Bungo, Candombe-Velho e Novo, Sanza, Bem-Vindo, Mongualhema, Quilala, 14 de Abril, Kilamba Kiayi, Catapa, Pedreira, Ana Paula e Papelão, prevê instalar mais 110 quilómetros de tubos com diâmetros entre 63 milímetros e 125 milímetros, dos quais 1,306 já foram implantados.

Os trabalhos, com um custo de 737.6 milhões de kwanzas, permitem o estabelecimento de seis mil ligações domiciliárias e colocar quatro mil torneiras de jardim, num total de dez mil novas ramificações tendo já sido instaladas 83 torneiras de jardim e 98 contadores.

Água nos municípios

Para as sedes municipais, comunais e aldeias, Mendes Domingos disse que foram construídos pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para permitir que os habitantes destas localidades deixem de consumir água dos rios e cacimbas.

Ao todo, vão ser construídos 152 pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em algumas aldeias, no âmbito de um projecto do Governo central avaliado em 39.26 milhões de dólares. Deste número, 20 já estão concluídos e quatro encontram-se em fase conclusiva.

No município do Uíge, foram construídos dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água nas aldeias Quibianga e Quilomosso. No Negage, os sistemas foram instalados nas localidades de Quindinga, Quindando, Cangundo e Pumba, enquanto no município do Puri as populações das aldeias Quinvuta, Quimuinga e Malundo-Cassumna foram as grandes beneficiárias.

Em Maquela do Zombo foram construídos sistemas de abastecimento de água em Mbanza Nsooso, Cuximane, Quidia, Quimbata, Malele, Béu e Quitala. No município do Songo, as acções de construção de sistemas de água foram direccionadas às localidades

do Denga e Kimalalu. As populações de Caindo e Soba Nanga, município da Damba, assim como de algumas localidades dos municípios do Bembe, Quitexe e Mucaba já consomem água potável.

O programa de abastecimento de água às sedes municipais é um projecto nacional estruturante, que abrange 132 municípios do país. Para a província do Uíge, foram seleccionados dez municípios. "Na vila de Maquela do Zombo, por exemplo, já está a ser executado o projecto de construção do sistema de captação, bombagem, tratamento, transporte e distribuição de água, cujas obras se encontram a 60 por cento da sua execução física", referiu Mendes Domingos.

As sedes municipais de Maquela do Zombo, Milunga, Negage, Ambuíla, Bembe, Damba, Sanza Pombo, Quimbele, Quitexe e Songo são as localidades seleccionadas para a implementação do programa. Ao nível da província existem outros 32 projectos já aprovados, avaliados em 956.9 milhões de kwanzas. Pelo menos 12 projectos estão concluídos e outros encontram-se paralisados devido à actual conjuntura económica do país.

No âmbito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, as administrações municipais de Ambuíla, Bembe, Negage, Puri e Songo construíram 36 chafarizes, quatro furos artesianos e oito lavandarias comunitárias. Estas acções permitiram que mais de 360 mil consumidores beneficiem de água potável, cujos sistemas foram colocados próximos das suas residências.

Energia eléctrica

O fornecimento de energia eléctrica à província do Uíge é assegurado por duas fontes hidroeléctricas, Lukixe 1 e a estação do Kijima, que recebe corrente eléctrica proveniente da barragem hidroeléctrica de Capanda, na província de Malanje, além de centrais térmicas instaladas na cidade do Uíge e vilas municipais.

A estação do Kijima recebe cerca de 40 mega watts, mas apenas 13,75 são consumidos pelos habitantes do município do Uíge. Esta linha também permitiu construir estações eléctricas no Negage, com 12 megawatts, e em Maquela do Zombo, com 32 megawatts.

Calcula-se que existam, no Uíge, 29.185 consumidores, entre domésticos e de média tensão. Durante o terceiro trimestre de 2015, a Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) arrecadou 92.3 milhões de kwanzas dos 119.3

milhões de facturas cobradas, o equivalente a 73,95 por cento.

As centrais térmicas instaladas nos demais municípios totalizam 14.064 consumidores. Dos principais constrangimentos no sector da Energia e Aguas no Uíge constam a falta de técnicos especializados, insuficiência de recursos financeiros, falta de meios de transporte e o garimpo e venda de água não tratada.

8.4 Governo amplia abastecimento de água para Luanda

Jornal de Angola

8 De Abril de 2016

Texto: Kumuênho da Rosa

O Governo aprovou um plano para aumentar a capacidade de abastecimento de água para província de Luanda em 400 milhões de metros cúbicos até 2017, anunciou ontem o ministro da Energia e Águas, à saída da reunião conjunta das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros.

Segundo João Baptista Borges, estão em construção dois novos sistema a ampliação dos existentes, o que vai resultar, como disse, na cobertura das necessidades de Luanda até ao fim de 2017. "É o programa estruturante mais importante no domínio do abastecimento de água a Luanda", frisou o ministro.

Durante a reunião, que foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram avaliados os níveis de execução do principais projectos do sector eléctrico, que centrais aproveitamento hidroeléctrico de Laúca e Cambambe, e a do Ciclo Combinado do Soyo, João Baptista Borges fez saber que Laúca vai entrar em p ração a partir de Julho de 2017, enquanto Cambambe ainda esta ano deve atingir a capacidade total prevista que é de 960 mega watt. João Baptista Borges garantiu que a primeira máquina de Cambambe entra em funcionamento já em Junho.

Em relação à Central de ciclo Combinado do Soyo, com uma capacidade de 750 Mega Watt, a primeira máquina deve entrar em operação em Fevereiro de 2017. "Todos esses sistemas associados vão permitir que a capacidade de produção instalada atinja, a existente mais a nova, os cinco mil Megawatts, que é a meta que o Executivos propôs atingir em termo de capacidade de produção, e deste modo tomar o fornecimento de energia eléctrica mais estável e regular", afirmou.

Ainda no que se refere a projectos estruturantes, foi igualmente apreciado um memorando sobre o Programa de Investimentos Públicos inserido na Linha de Crédito da China, assim como outro projecto prioritários que pela sua dimensão, localização, complementaridade e sustentabilidade, estimulam a competitividade e o crescimento economia.

Projectos em Cabinda

As comissões económica e para Economia Real apreciaram ainda o Relatório de Balanço do Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda 2013-2017, que resume as iniciativas de subordinação central e provincial que foram implementadas durante o período de 2013 a 2015, com vista a desenvolver a capacidade institucional, intensificar a construção de infra-estruturas básica e urbanísticas, assegurar a estabilidade económica e melhorar as condições de vida das populações.

Com um desempenho em termos de execução afectado pela crise económica decorrente da escassez de recursos que o país enfrenta, devido à baixa do preço do petróleo, a governadora da província de Cabinda disse que as condicionantes levaram à paralisação do programa de infra-estruturas integradas que tinha começado em 2009.

"Foram construídas algumas infra-estruturas sociais como escola postos médicos, centros de saúde, algumas vias rodoviárias foram melhoradas, e tivemos assistência social a alguns grupos vulneráveis, sobretudo a nível de cuidados primários de saúde, merenda escolar, programas sociais dirigidos a crianças".

Aldina da Lomba disse que na reunião foram tomadas decisões para contrapor o quadro actual, principalmente da cidade de Cabinda que, como disse, está a degradar-se a olhos vistos sobretudo quando chove. "Temo área de rico, as principais via num estado degradado e é preciso haver um programa que ajude a melhorar a situação actual", referiu a governadora.

Política Monetária

No âmbito da Políticas Fiscal, Monetária e Cambial, foram apreciadas as medidas de gestão e contenção do excesso de liquidez, com o objectivo do controlar a instabilidade que se verifica na fixação de preços, através dos instrumentos à disposição do Banco Nacional de Angola (BNA) para fazer face à liquidez excedentária.

O governador do BNA falou de algumas dessas medidas. O aumento da taxa de juros do BNA de 12 para 14 por cento, aprovada no passado dia 29 de Março, pelo Comité de Política Monetária do BNA, e do coeficiente das reservas obrigatórias de 25 para 35 por cento, de modo a promover a absorção da liquidez do mercado e um maior controlo da inflação.

Para além destas medidas, disse Valter Duarte da Silva, foi aprovada a proposta de alteração do aviso relativo aos valores e de entradas e saída do território nacional relativamente aos residentes cambiais com idade superiores a 18 ano, que passam a só poder sair do país com dez mil dólares, e os menores de 18 anos com somente 3.500 dólares. "Isto tem a ver com a necessidade de protegermos as divisas dentro do território nacional, pois temos constatado uma certa fuga de divisas que põe em causa a nossa estabilidade monetária", defendeu.

Também foram apreciados, por um lado, o painel de indicadores fiscais, que constitui uma síntese da execução fiscal do Plano de Caixa referente ao período de 24 a 31 de Março do presente ano e, por outro, um memorando sobre o controlo da rede comercial, tendo em conta os níveis de stock, os indicadores de comércio externo, a produção nacional e o Índice de preço no consumidor (IPC), documentos que mereceram uma breve abordagem do ministro do comércio para a imprensa, após a reunião.

Dinheiro para importações

Fiel Constantino explicou que no quadro dos programas dirigidos, dada a exiguidade de recursos, o Executivo tem estado a dar particular atenção à importação de bem alimentares, particularmente os produtos da cesta básica, para medicamentos, e também alguns insumos para produção agrícola e para a indústria transformadora alimentar.

Disse que as medidas que começaram a ser tomadas pelo Executivo estão a reduzir substancialmente o stress que o mercado observou nos últimos meses. "Do ponto de vista da situação alimentar do país registamos alguma estabilidade e a tendência é melhorarmos a qualidade quer a quantidade da oferta de bens e serviços", afirmou.

O ministro revelou que estão em curso processos de importação despoletados há cerca de 30 dias e que agora começam a chegar ao país para reforço de stock, ao mesmo tempo que começaram a ser despoletadas novas operações a nível do Banco Nacional de Angola para desbloquear processos de

licenciamento há algum tempo pendentes na banca comercial.

"Estamos a concentrar toda a nossa atenção nesta gama de produtos de forma a equilibrar a oferta e a procura, e que por essa via possamos fazer alguma estabilização do nível geral de preço, através do equilíbrio entre a procura e a oferta de bens e serviços frisou.

Produto Interno

Fiel Constantino negou por completo a ideia de que Angola esteja a produzir o suficiente para substituir importações. "Numa primeira fase, não temos produção suficiente para substituir totalmente as importações. Em rigor, as importações nunca serão totalmente substituídas, pois o mundo é um mercado global e é a competitividade de produtos que leva a que uns países coloquem os seus produtos noutros mercados", defendeu.

Para o ministro, o que se pretende é um "certo grau de auto-suficiência, uma certa autonomia" para que uma certa percentagem das necessidades de consumo interno possa ser satisfeita com a produção interna. Enquanto isso, referiu, o que Angola produz actualmente não chega.

"Temos produção interna e precisamos de afinar os nossos mecanismos para que o mercado interno seja apetecível tanto para os produtores nacionais, como para os importadores, porque devido ao ainda baixo volume de produção interna, as grande superfícies comerciais recorrem importações porque têm naturalmente a obrigação de manter a oferta aos seus clientes com determinada estabilidade", assinalou.

Crise como oportunidade

Mas a situação de escassez de recursos tem sido encarada como oportunidade para alavancar a produção interna, segundo o ministro. "Atendendo à situação que vivemos actualmente em que a diminuição da nossa capacidade de importações aponta para um período um pouco mais longo do que aconteceu na última crise, estamos a direccionar grande parte dos recurso de que dispomos para aumentar a nossa capacidade de produção interna, quer a nível das grandes fazendas com investimentos públicos, para mais tarde passar à gestão de privados para delas tirar melhor rendimentos, mas também a pequenos produtores que têm sido estimulados a entregar os seus produtos aos centros de logística e distribuição que os recolhem e fazem chegar às superfícies comerciais nos espaços de consumo." A ideia, segundo Fiel Constantino, é criar condições para que o produtores nacionais consigam

colocar os seus produtos a preço concorrenciais, ainda que devido a certas ineficiências, a maior parte dos produtos importados cheguem ao mercado interno a preços melhores que os produtos locais.

8.5 A campanha de limpeza

Jornal O País

4 De Abril de 2016

Texto: Duarte A.P Manuel

Caro director do jornal O PAÍS, obrigado pela oportunidade que me dá nesta edição. Escrevo para dizer que nos últimos várias medidas e campanhas de sensibilização para o combate ao lixo têm sido feitas em Luanda.

É uma atitude louvável, porque os cidadãos querem voltar a ver Luanda limpa. Agentes da Polícia Nacional, das Forças Armadas Angolanas vão prestando o seu auxílio. Uma atitude louvável e a ter em conta, porque o objectivo é único, acabar com os focos de lixo em toda a província.

Com a diminuição desses focos, os cidadãos viverão melhor, sendo que a melhoria de vida será melhor.

A mobilização feita nas redes sociais está a ter efeitos positivos, uma vez que se cada cidadão limpar o seu bairro o benefício será geral.

Por este facto, gostaria que o Governo Provincial de Luanda tivesse uma postura mais digna em relação aos outros actores.

Que as empresas de recolha de lixo tenham os requisitos em dia, modo a não atrapalhar o curso normal das coisas.

O governo Provincial de Luanda sabe que nos últimos dias os problemas de saúde agudizaram-se na cidade capital.

Por este facto, a campanha tem de ser transparente para criar embaraços e empenar o processo em toda a província.

É preciso acabar com os focos de lixo e acabar com o paludismo, a febre-amarela e a malária. Espero que a campanha prossiga, porque Luanda não pode estar na lista das cidades mais sujas de África.

8.6 Estudo associa lixeiras a maus hábitos

Jornal de Angola

5 De Abril

Texto: André dos Anjos

Cerca de seis em cada dez agregados familiares, nas áreas urbanas, e nove em cada dez nas zonas rurais do país depositam o lixo ao ar livre, Indicam os resultados definitivos do Censo Geral da População de 2014, divulgados recentemente.

O documento revela que nas áreas urbanas 31 por cento da população deposita o lixo nos contentores, seis por cento enterra e três por cento queima os resíduos sólidos. Nas zonas rurais oito por cento da população tem por hábito incinerar os detritos, quatro por cento queimar e apenas um por cento coloca nos contentores.

Luanda concentra 6.945.386 habitantes dos mais de 25,7 milhões da população angolana. Daí o facto de grande parte dos dados substanciais dos habitantes das zonas urbanas no país estar relacionada com a cidade de Luanda, onde incide a maior parte dos esforços das autoridades para inverter o quadro.

Dados do Ministério do Ambiente indicam que a cidade de Luanda produz anualmente mais de 1,3 milhões de toneladas de lixo, o equivalente a um terço do total dos resíduos produzidos em todo o país.

O Ministério do Ambiente calcula que o país produz anualmente 3,5 milhões de toneladas de lixo. As autoridades admitem que o volume de produção de resíduos em Luanda deve crescer em 146 por cento até 2025, com o crescimento demográfico. Em 2012, por Decreto Presidencial, foi aprovado o Plano Estratégico para Gestão de Resíduos Urbanos, que prevê a construção de aterros sanitários nas 18 províncias, até 2017 e em todos os municípios do país até 2022, num investimento calculado em 1,4 mil milhões de dólares.

O Governo criou ainda em 2014 a Agência Nacional de Resíduos (ANR), entidade pública que também actua na gestão, reutilização, reciclagem e eliminação de resíduos. Sob tutela do Ministério do Ambiente, o organismo tem, entre outras atribuições, a regulamentação da actividade de concessão de serviço público na área dos resíduos. A execução da política de gestão de resíduos ou a emissão de pareceres sobre planos de gestão de resíduos também constituem parte das atribuições da Agência Nacional de Resíduos, com responsabilidades de âmbito nacional.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou recentemente uma comissão com o objectivo específico de limpar a província de Luanda, face ao avolumar de resíduos. A comissão, coordenada pelo secretário do Estado do Ministério do Interior, tem igualmente a tarefa de mobilizar as forças de defesa, segurança e ordem interna, para num período de 45 dias melhorar o saneamento básico na cidade de Luanda.

Desde a sua criação, a comissão tem vindo a organizar megas campanhas de limpeza, para extinguir os grandes focos de lixo espalhados um pouco por toda a província de Luanda, que as autoridades sanitárias associam aos surtos de febre-amarela, diarreia e paludismo que assolaram a capital do país nos últimos dias.

8.7 Energia a partir de resíduos

Jornal de Angola
7 De Abril de 2016

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), considera a produção simultânea de calor e de electricidade um meio inovador para que África satisfaça as suas necessidades energéticas.

O processo, chamado cogeração, envolve resíduos de produtos como açúcar, celulose e papel, além de sobras do processamento de culturas como madeira, café, milho, arroz, sisal e óleo de palma, para transformação em energia.

A agência das Nações Unidas destaca a possibilidade de as indústrias e os agricultores que fornecem essas matérias-primas obterem mais lucros com o processo.

Em todo o continente, cerca de 600 milhões de pessoas não têm acesso à rede eléctrica e estima-se que o número chegue aos 700 milhões até 2030. Com a alta dependência pela energia hidroeléctrica na

África Oriental e Austral, a biomassa é vista como complementar às necessidades energéticas.

A matéria orgânica nas duas sub-regiões do continente com baixos níveis das águas nos rios e barragens é vista como solução para ajudar a reduzir a necessidade de diesel de emergência, carvão ou produção de electricidade a partir do petróleo.

A agência da ONU concedeu cinco milhões de dólares para o projecto Cogeração para África. O valor apoia 10 milhões de produtores de açúcar e os seus dependentes em países como Quênia, Etiópia, Malawi, Sudão, Uganda, Tanzânia e Suazilândia. O investimento deve ajudar a promover a cogeração e a instalação de 40 megawatts 'para serem gerados em seis anos. A expectativa é que a iniciativa sirva de base para estender o investimento para os próximos anos.

A agência das Nações Unidas refere que os resultados obtidos até agora exercem influência na política de energia renovável de redes nacionais, formação sobre técnicas e finanças e apoio a estudos de viabilidade e identificação investimentos. Nove acordos de cooperação foram adoptados com parceiros agro-industriais africanos. A iniciativa Cogeração para África foi inspirada no sucesso alcançado por um programa energético nas Maurícias.

8.8 Cidadãos vão pagar de 500 a dez mil Kwanzas pelo lixo

Jornal O País
8 De Abril de 2016
Texto: Milton Manaça

Os luandenses passarão a pagar a partir deste mês e 500 a dez mil Kwanzas pelo lixo produzido. A medida foi anunciada pelo Secretário de Estado do Ambiente Sianga Abílio, na reunião orientada pelo governador de Luanda.

O valor será cobrado mensalmente, mas Sianga Abílio fez saber que os interessados podem pagar por trimestre ou anualmente.

Entretanto, cada área terá uma taxa de lixo específica dependendo do local em que cada cidadão mora. Por exemplo, aos moradores do Miramar, Alvalade e Centralidade do Kilamba Lhes será fixado uma taxa superior em relação aos habitantes do Cazenga ou do Rangel.

Novo plano de limpeza urbana

Sianga Abílio anunciou ainda a entrada em vigor do

novo plano de recolha de resíduos sólidos para a cidade capital prevista igualmente para este mês. Para o efeito, disse que está em curso o processo de avaliação das empresas que participaram no concurso público para esta empreitada.

Advertiu que nesse novo figurino não serão admitidas empresas meramente prestadoras de serviço que esperam pela remuneração final, mas sim aquelas que estiverem engajadas e que se mostrarem capazes de investirem, trazendo recursos que permitam financiar as infraestruturas de apoio, tais como as estações, postos de transferências e aterros sanitários.

Neste novo programa, cada município terá uma concessionária que será responsável na elaboração do plano municipal de gestão de resíduos, tendo reconhecido que nos últimos anos Luanda vinha experimentando muitos modelos de recolha de resíduos sólidos, mas sem, no entanto, apresentarem resultados palpáveis. Às novas empresas serão exigidas a apresentação de planos baseados no conceito de gestão integrada que aproveite toda cadeia de valores das componentes, desde a recolha, transporte, armazenamento, tratamento e deposição final.

8.9 Taxa de limpeza é paga este mês

Jornal de Angola

8 De Abril de 2016

Texto: Nilza Massango

O governador da província de Luanda, Higino Carneiro, anunciou ontem a implementação, ainda este mês, da Lei 08/5, de 11 de Agosto, que regulamenta o pagamento da taxa dos serviços de limpeza e saneamento, para a arrecadação de receita necessária para a optimização dos serviços segundo critérios de qualidade e eficiência.

A informação foi avançada na abertura da primeira sessão deste ano do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, altura em que o secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, deu a conhecer o novo plano de limpeza urbana da província de Luanda e o valor da taxa de cobrança dos resíduos sólidos, que varia entre os 500 e dez mil kwanzas. Syanga Abílio, que falava no final da reunião em que participaram administradores municipais, distritais e de cidades, representantes de partidos políticos, autoridades tradicionais e líderes religiosos, avançou que o plano já elaborado e que pode entrar em funcionamento este mês, está baseado numa gestão integrada dos resíduos sólidos,

desde a recolha, transporte, armazenamento, aproveitamento, tratamento e deposição final.

"Foi feita uma avaliação e estratificação e em termos de residências e bairros, o que significa que quem vive em bairros como Miramar ou Alvalade paga mais em relação o cidadão que vive no Cazenga ou Cacuaco", esclareceu Syanga Abílio.

O novo modelo de recolha de conta com empresas, que aparecem ao mesmo tempo como investidores, com recursos para financiarem o sistema de limpeza, infra-estruturas de apoio a gestão dos resíduos, como estações ou postos de transferência e aterros. Há um concurso que foi lançado e as empresas tradicionais, aquelas que trabalham na Província, já responderam, e neste momento, as avaliações estão em curso e qualquer altura as empresas começam a trabalhar, disse o secretário de Estado, acrescentando que cada município vai trabalhar com uma operadora concessionária que vai elaborar o plano operacional de gestão dos resíduos a nível dos municípios.

8.10 Associação dos Amigos do Sambizanga adere as causas sociais do Executivo

Jornal de Angola

10 De Abril de 2016

Texto: Edna Dala

As ruas do bairro do Sambizanga, em Luanda, apresentam uma imagem mais agradável, depois da recolha do lixo, no âmbito de sucessivas campanhas de limpeza em que estão envolvidos jovens e grupos de moradores que atenderam ao apelo do Executivo para a melhoria das condições de vida comunitária.

As campanhas, que já permitiram retirar grandes aglomerados de lixo depositado em vias públicas, são orientadas por organizações não governamentais, com o apoio de associações civis e igrejas. As jornadas de trabalho voluntário envolvem, também, os efectivos das Forças Armadas e da Polícia Nacional.

A Associação dos Amigos do Progresso do Sambizanga (APAS) é uma das organizações que se empenhou na mobilização de jovens e outros moradores da sua área de origem e do município de Cacuaco apoiarem as causas sociais do Executivo.

Até agora, segundo aquela associação, as actividades cívicas decorrem sem embaraços, com resultados encorajadores.

N o âmbito da sua esfera de actuação, a APAS está envolvida em acções de carácter social, como campanhas de doação de sangue e oferta de material hospitalar às unidades sanitárias do Sambizanga.

Em declarações ao Jornal de Angola, o porta-voz da organização, Kelson Vitangui, disse que um dos grandes objectivos da APAS é estender a sua actividade a outras regiões do país, de modo a contribuir para o desenvolvimento social.

A associação do distrito do Sambizanga congrega dois mil membros, incorporados na claque de apoio ao clube desportivo Progresso do Sambizanga, dos quais 120 desempenham funções filantrópicas.

O porta-voz da APAS considera a filantropia uma forma de manifestar solidariedade para com as pessoas mais necessitadas.

"Foi este sentimento humanitário e patriótico que nos levou a criar a associação, que tem como presidente Paixão Júnior, a fim de realizar actividades dirigidas às pessoas mais carenciadas", explicou.

Kelson Vitangui disse que o foco das atenções da organização não está apenas dirigido aos jovens, apesar de constituírem o segmento mais numeroso da sociedade, "porque olhar para a juventude num país, é olhar para o seu futuro".

"O nosso objecto social contempla também os mais velhos, as mães, em particular aquelas que se encontram nas maternidades, os idosos e as crianças", destacou Kelson Vitangui. O porta-voz da APAS qualificou de experiência marcante a realização de uma campanha de solidariedade no município do Curoca, da província do Cunene, onde os membros da associação prestaram auxílio à população afectada pela longa estiagem.

N a ocasião, ofereceram 22 toneladas de bens de primeira necessidade. O contacto com a realidade local "foi gratificante para nós, não só pelo gesto que nos identificou como angolanos, mas pela grande satisfação de saber que conseguimos minimizar os problemas sociais dos nossos irmãos", salientou Kelson Vitangui.

Além da entrega de donativos, os associados da Associação dos Amigos do Progresso do Sambizanga têm efectuado campanhas de promoção e divulgação de boas práticas, como a solidariedade com as pessoas em situação de vulnerabilidade e precariedade social.

A Associação dos Amigos do Progresso do Sambizanga tem baseado a actividade cívica em prol da sociedade numa frase que define a sua motivação:

"Não nos perguntemos o que o meu país fez por mim, mas sim o que nós fazemos por Angola?"

Principais desafios

Kelson Vitangui manifestou o seu regozijo com o desempenho da associação, com o único propósito de estender a mão às pessoas que precisam de ajuda. "Esse é o espírito que move todos os que estão na associação, desde o seu presidente até ao último membro", enfatizou.

"É reconfortante, por isso, saber que conseguimos pôr um sorriso no rosto de uma criança ou de uma mãe abatida, que vive sem esperança, e perceber que o nosso calor, além de prazenteiro e único, permitiu a alguém retomar as rédeas da sua vida e começar a trilhar um novo caminho, cheio de orgulho e confiança num amanhã melhor", acentuou. O porta voz da APAS apela à juventude a dedicar o seu saber e as suas energias ao desenvolvimento do país, para benefício de todos os angolanos, "porque acima de tudo devemos ser patriotas e amar a nossa Nação".

Parceiros do Estado

A Associação dos Amigos do Progresso do Sambizanga considera-se um parceiro do Estado angolano. Segundo Kelson Vitangui, a APAS inspira-se nas grandes linhas que o Executivo traçou para a melhoria das condições de vida de todos os angolanos.

As actividades da organização cívica, nesta fase de crise financeira que o país atravessa, devido à queda do preço do petróleo, são levadas a cabo graças ao apoio de instituições e individualidades que compreendem a necessidade de prestar auxílio e manifestar solidariedade aos mais necessitados. "A esses apoios juntam-se as contribuições dos associados, de pessoas e empresas que se identificam com as causas da associação", referiu Kelson Vitangui.

8.11 Sector das águas melhora serviços

Jorna de Angola

10 De Abril de 2016

Texto: Adelaide Mualimusi

Técnicos do sector das Águas da província do Cunene beneficiam, nos próximos dias, de acções de formação, no quadro das acções de melhoria da distribuição do produto às comunidades, anunciou, ontem, o director-geral da Empresa de Aguas e Saneamento do Cunene.

Fernando João Cunha disse que a instituição pretende realizar, ainda este ano, acções de refrescamento de quadros já existentes e neste momento, a empresa tem em vista outros programas, com destaque para o de extensão dos serviços a novas comunidades.

Fernando João Cunha considerou que, apesar da carência de quadros, a empresa conseguiu garantir o fornecimento de água à cidade de Ondjiva e às sedes municipais de Xangongo e de Namacunde.

Os três centros urbanos contam com água canalizada, extraída no rio Cunene, em Xangongo, desde 2013. No passado, a população destas comunidades consumia o líquido de furos subterrâneos e poços.

O director-geral da Empresa de Água e Saneamento disse que a mesma conduta de água abastece as localidades de Môngua, Bulunganga, Omilunga, Anhanga, localidades do município de Cuanhama e de Santa Clara.

O projecto produz oito mil metros cúbicos de água por dia, o que permitiu seis mil ligações domiciliares nessas localidades. Fernando Cunha indicou que, na cidade de Ondjiva, o projecto abrangeu somente alguns bairros, prevendo-se que se estenda, ainda este ano, a todas as zonas da periferia.

8.12 Bento Kangamba faz elogio ao novo modelo de limpeza

Jornal de Angola
11 De Abril de 2016

O novo plano de limpeza urbana de Luanda, que entra em vigor ainda este mês, foi elogiado, ontem, pelo político Bento Kangamba.

O também empresário disse que novo plano baseia-se num novo conceito de gestão integrada dos resíduos sólidos em que se vai aproveitar toda a cadeia de valor dos resíduos sólidos, desde a recolha, transporte, armazenamento, aproveitamento, tratamento e a deposição final nos aterros.

Nos últimos tempos, a província tem estado a experimentar muitas dificuldades relativamente à gestão dos resíduos sólidos, facto que tem preocupado as autoridades, disse Bento Kangamba. "Com a participação dos habitantes espera-se reduzir, significativamente, grande parte dos amontoados de lixo que se vêem um pouco por toda a cidade de Luanda".

Bento Kangamba chamou a atenção para a necessidade de a população preservar os contentores

destinados à recolha dos resíduos sólidos, a serem disponibilizados pelas empresas de limpeza afectas às administrações municipais, e incentivou os homens de negócios a auxiliarem as administrações locais e o Governo da província no combate aos focos de lixo.

De acordo com o novo modelo de limpeza adoptado para a província de Luanda os munícipes passam a pagar um valor mensal, variável de acordo com a respectiva área de residência, entre 500 kwanzas e dez mil kwanzas

8.13 Higino Carneiro promete mais exonerações

Jornal O País
15 De Abril de 2016

A taxa de lixo deverá ser cobrada através da factura da electricidade. Esta é alternativa que o Governo da província de Luanda encontrou depois de ter avaliado várias hipóteses. O anúncio foi feito pelo governador Higino Carneiro em conferência de imprensa realizada nesta Quinta-feira, 14.

Os moradores dos municípios do Icolo e Bengo e Quissama vão pagar a taxa mais baixa, correspondente a 500 kwanzas/mês. Os de Cacuaco, Belas e Viana vão pagar 1.500 kwanzas/mês, os munícipes de Luanda, incluso todos os seus distritos urbanos vão pagar 10 mil kwanzas/mês enquanto os moradores dos condomínios vão pagar 15 mil kwanzas/mês.

As empresas serão estratificadas em função do seu tamanho.

As pequenas empresas vão pagar uma taxa de lixo 15 a 20 mil kwanzas/mês, as médias empresas 35 mil kwanzas e as grandes empresas 150 mil kwanzas/mês.

Segundo o governador, esta é a estratificação que se achou justa. Entretanto, ficam salvaguardadas as excepções para os casos comprovados de incapacidade de pagar através de emissão do certificado de pobreza pelas administrações.

Em paralelo funcionará um sistema de cobrança através de emissão de factura a pagar por via bancária, evitando desta forma possíveis descaminhos dos valores arrecadados.

Para assegurar o novo modelo de recolha de lixo em Luanda foram seleccionadas 5 empresas em concurso fechado e neste momento decorrem acertos finais para que elas assumam as empreitadas.

Noventa dias depois de assumir o pelouro, Higinio Carneiro, admite que não está satisfeito com os resultados alcançados e revela que era mais fácil governar o Kuando Kubango, mesmo com as especificidades daquela circunscrição, como, por exemplo, a sua extensão.

Higinio Carneiro revela que também não está 100% satisfeito com a equipa de colaboradores que encontrou e promete dentro de dias voltar a fazer novas exonerações. "Quanto aos administradores, estou satisfeito com aqueles que encontrei e nomeei, mas ainda vão sair mais (administradores). Mais semanas, menos semanas vão ouvir, seguramente, que produzi mais despachos neste sentido" disse.

Interrogado sobre que plano tinha para mudar o triste quadro das morgues de Luanda, o governante disse que a solução passa por diminuir as mortes e não alargar as morgues. Higinio carneiro aproveitou para pedir desculpas às famílias cujos ente-queridos terão sido maltratados nas morgues e assegura que isso só ocorreu porque a província vive uma epidemia e "as mortes ocorrem em catadupa".

Higinio repetiu o que disse à chegada ao palácio da Mutamba: "o poder é para ser exercido" e assim será quanto a execução e cumprimento de todas as medidas que anunciou e outras na forja. Promete criar uma polícia municipal para assegurar a acção fiscalizadora da autoridade da província.

8.14 Taxa de lixo é acoplada à energia

15 De Abril de 2016

Jornal de Angola

Texto: João Dias

Depois de 92 dias em funções e de um aturado diagnóstico sobre Luanda, o governador provincial, Higinio Carneiro, voltou a falar dos principais problemas que afectam a cidade capital. Desde a sua tomada de posse até à data, ocorreram situações dramáticas, como é o caso epidemiológico da febre-amarela e malária. Apesar disso, a actividade quotidiana na cidade continua.

Na sua primeira conferência de imprensa, realizada ontem, nas instalações do Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing de Administração, Higinio Carneiro anunciou para o final deste mês a entrada em funcionamento das cinco empresas de recolha de resíduos sólidos e limpeza da cidade de Luanda que ganharam, entre nove, concurso público.

As empresas Odebrecht, Queiroz e Galvão, Nova Ambiental, Mota Engil, através da Visa West, e a Elisal. Uma equipa técnica finaliza as negociações. A Queiroz e Galvão vai operar no município de Luanda, a Visa West no município de Belas, a Odebrecht em Cacucaco, a Nova Ambiental em Viana e a Elisal vai operar no município do Cazenga.

Os cidadãos residentes e as empresas sediadas na capital do país passam, em breve, a pagar uma taxa de lixo que vai estar acoplada ao pagamento do consumo da energia eléctrica. "Pata os que não têm energia, vão estar sujeitos à cobrança directa por via de um talão com o qual devem ir efectuar o pagamento a um banco", disse o governador.

A taxa é estratificada, o que significa que não vai ser uniforme. Os munícipes do Icolo e Bengo e Quiçama passam a pagar uma taxa de 500 kwanzas mensalmente, enquanto os de Cacucaco, Viana e Belas passam a pagar 1.500 kwanzas. Os munícipes de Luanda e seus distritos (Talatona, Nova Vida e Benfica) vão pagar dez mil kwanzas mensais e os residentes em condomínios passam a pagar 15 mil kwanzas.

A estratificação nas taxas vai incidir também nas empresas. As pequenas vão pagar entre 15 e 20 mil kwanzas. As médias 35 e as grandes empresas vão passar a pagar 150 mil kwanzas mensais.

Sobre o défice no fornecimento de água, Higinio Carneiro disse que esta só vai ser solucionada em 2019 e sobre a energia, disse que o fornecimento melhora em Junho, com a entrada em funcionamento do ciclo combinado do Soyo e da Barragem de Cambambe.

O governador provincial anunciou para breve o ingresso em regime especial de 22 mil novos funcionários públicos nos domínios da educação, saúde e ensino superior. O objectivo é suprir o actual défice nessas áreas.

Segurança pública

Quanto à segurança na capital do país, Higinio Carneiro reconheceu haver ainda algumas arestas por limar e voltou a sublinhar que o "poder é para ser exercido e não mendigado", aventando a possibilidade de num futuro breve criar-se uma polícia municipal que responda aos problemas da criminalidade a nível local.

O governador minimizou as informações segundo as quais o crime cresce em proporções alarmantes na cidade de Luanda e afirmou, com base em dados, que

são praticados uma média de 12 a 25 crimes por dia numa cidade com mais de seis milhões de habitantes. "Os órgãos de comunicação mediatizam bastante o crime, parecendo que já estamos no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Reconheço que a Polícia não está em todos os bairros", notou.

Três meses em funções

O governador provincial disse não estar satisfeito com os mais de 90 dias em função, mas prometeu que vai continuar incansável para melhorar a qualidade de vida dos munícipes de Luanda. Quanto à situação nas morgues de Luanda, principalmente a do Hospital Josina Machel, o governador reconheceu que a situação não é boa, já que tem apenas uma capacidade de 175 gavetas, o que não responde ao actual quadro em que se vive uma epidemia de febre-amarela e de malária. Diante disso, Higino Carneiro falou na possibilidade de serem criados centros alternativos de higiene e tratamento de cadáveres para fazer face ao actual quadro.

"Estamos a viver uma epidemia e quando se trata de epidemia, as mortes acontecem em catadupa", disse.

Sobre a bacia de retenção de águas pluviais, o governador voltou a falar na necessidade de se fazer uma intervenção de engenharia para resolver em definitivo o problema que a Avenida Deolinda Rodrigues enfrenta.

O tema da zunga foi uma das questões levantadas na conferência de imprensa. O governador lembrou que existem em Luanda 64 mercados e destes apenas 24 estão a ser utilizados. "Temos de normalizar o comércio. As zungueiras sabem da existência desses mercados. Mas insistem em vender à beira das estradas e na rua. Quem vende deve pedir autorização na administração", sublinhou.

O governador aproveitou a ocasião para endereçar condolências às famílias das três crianças que morreram num apartamento na Cidade do Kilamba.

8.15 Cartoon

Jornal de Angola
16 De Abril de 2016



8.16 Construídas várias latrinas

Jornal de Angola
17 De Abril de 2016

O Ministério do Ambiente, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), construiu e certificou em onze províncias do país 30 mil latrinas comunitárias para evitar a libertação de fezes e urina ao ar livre nas áreas rurais, revelou em Luanda, a titular da pasta, Fátima Jardim.

Em declarações sexta-feira, à Angop, no âmbito da 6.ª edição do Prémio Odebrecht para o Desenvolvimento Sustentável/2015, Fátima Jardim afirmou que a construção das latrinas comunitárias enquadra-se no âmbito de um programa alargado de

educação ambiental nas comunidades rurais para preservar a saúde das populações.

Para a concretização deste projecto, o Ministério do Ambiente desenvolveu um trabalho de esclarecimento junto de um milhão de membros dessas comunidades, para a preservação do meio ambiente.

Fátima Jardim acrescentou que o Ministério do Ambiente vai continuar a desenvolver esse programa, em parceria com a operadora de telefonia móvel Unitel.

A ministra apelou à sociedade civil e outras instituições para cooperarem com o Executivo na conservação do ambiente para garantir uma vida saudável. "Este é um desafio de todos", referiu.

8.17 Melhorado serviço de distribuição de água potável

Jornal De Angola

18 De Abril de 2016

Texto: Valter Gomes

A administração municipal da Milunga, na província do Uíge, trabalha afincadamente na expansão dos serviços de distribuição de água potável às populações dos bairros circunvizinhos da vila, afirmou ontem ao Jornal de Angola a administradora Delfina Henriques.

Segundo a administradora, o objectivo é atender condignamente a população residente na sede municipal, onde "a actual rede de distribuição não abrange toda a população, por possuir um reservatório de água com pouca capacidade".

O sistema de captação e distribuição instalado na vila da Milunga funciona com oito chafarizes e igual número de lavandarias, mas, devido ao aumento significativo de habitantes e a consequente construção de habitações, o equipamento já não satisfaz a demanda.

Delfina Henriques anunciou que, no âmbito do programa do Governo "Água para Todos", nas localidades do município onde não há água potável vão ser abertos furos artesianos. "Nesta altura, nas sedes comunais de Massau e Macolo estão a ser construídos pequenos sistemas de abastecimento de água potável, que vão ajudar a população que vê-se obrigada a percorrer grandes distâncias em busca do líquido precioso", afirmou

A administradora acrescentou que outras acções estão em curso para garantir O desenvolvimento

sustentado da Milunga, como o alargamento da rede de distribuição de energia eléctrica, que serve os moradores da vila através de três grupos geradores. "A cada dia que passa o número de residências com energia eléctrica na sede do município aumenta significativamente. A população cresce e o consumo de energia toma-se cada vez maior", disse. A instalação de 50 postes de iluminação pública em alguns bairros periféricos já está concluída.

A construção de centros comunitários para a juventude na sede municipal e comunais, criação de associações comunitárias para combater a delinquência juvenil, a sinistralidade rodoviária, o alcoolismo, a violência doméstica e as grandes endemias, construção de um campo de futebol, bem como o alargamento da rede sanitária constituem objectivos prioritários do Programa de Desenvolvimento do Município da Milunga 2016/2017. Outras acções de desenvolvimento da pesca artesanal e aquacultura estão em curso, assim como a construção de postos de saúde em todas as regedorias, centros de acolhimento, salas de parto, balneários públicos e uma biblioteca.

No domínio da educação, a administração municipal da Milunga projecta a construção de mais escolas primárias e do I e II Ciclos ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). "Nos anos anteriores, o município controlava um elevado número de crianças que estudavam na RDC, por isso estamos a desenvolver acções.

Em 2014, foram construídas escolas primárias que facilitaram o enquadramento de milhares de crianças que percorriam longas distâncias para estudar na RDC.

"Até ao próximo ano lectivo, a nossa maior aposta será acabar com o número de crianças fora do sistema de ensino. Para as localidades mais longínquas e de difícil acesso, estamos a trabalhar no sentido de encontrarmos soluções mais viáveis para colocarmos ali as escolas", referiu a administradora municipal.

Mais de 19.500 alunos das classes de iniciação até à 12.ª estão matriculados no presente ano lectivo em 72 estabelecimentos escolares, com aulas asseguradas por 770 s para combater este problema", disse Delfina Henriques.

8.18 'Em nome da transparência divulguem os custos dos contratos'

Jornal O País

18 De Abril de 2016

Hoje, várias fontes interrogam-se sobre como foi possível seleccionar as cinco novas empresas que se encarregarão da limpeza da cidade, no âmbito do novo modelo. Defendem ainda que deviam ser publicados os valores das empreitadas para que fosse possível fazer as respectivas contas e compará-las.

Há quem acredite que o modelo pode até ser válido, mas o valor financeiro para a limpeza da cidade tem que ser incrementado, "pode não voltar aos 30 milhões de dólares/ mês, mas com 10 milhões também ninguém limparia Luanda", sentenciou.

Segundo anunciou o governador de Luanda, general Higinio Carneiro, cinco novas empresas vão encarregar-se da limpeza de Luanda. A Odebrecht fica encarregue do município do Cacuaco, a Queirós e Galvão se encarrega de limpar o município de Lunda, sendo que a Mota Engil fica com o Belas, a Nova Ambiente limpa Viana e a Elisal fica com o município do Cazenga.

Em nome da transparência, vozes várias defendem que sejam também revelados os detalhes dos contratos.

"Não acredito que estas empresas (algumas estrangeiras) com a experiência comercial que possuem, tenham entrado no negócio do lixo para terem prejuízos" desabafou o proprietário de uma antiga operadora que solicitou o anonimato.

8.19 Os modelos falidos e as dezenas de operadoras de lixo

Jornal O País

18 De Abril de 2016

Luanda já chegou a ter cerca de 20 operadoras, nos últimos anos. Destas, apenas duas aceitaram retomar os trabalhos à luz das novas regras, ainda sob mandato de Bento Bento. As outras operadoras referiam que depois de contas feitas constataram que o negócio já não compensava.

No passado recente, a cidade de Luanda consumia o equivalente a 30 milhões de dólares/mês para assegurar a sua limpeza. Face às actuais contingências financeiras' este valor foi reduzido a um terço, ou seja, o equivalente a 10 milhões de dólares/mês.

Um valor, portanto, que seria repartido entre os municípios da província.

Fontes familiarizadas com o negócio do lixo elucidavam que, para um funcionamento cabal, a título de exemplo, uma empresa do ramo necessitaria de cerca de meia centena de veículos, entre camiões colectores compactadores, poliguindastes, camiões rol, camiões tipo multibine, camiões com rampa e grua, camiões de varredura, pás carregadoras duplas, tractores, carrinhas pick-up, autocarros, centenas de contentores de variados tamanhos, dentre outros.

Segundo as mesmas fontes, para acondicionar este parque de máquinas e meios seria necessário um investimento nunca inferior a 9 milhões de dólares. Adicionam -se a este investimento custos contemplando salários, seguros, material gastável e imprevistos, sendo que, porque o contrato é celebrado por 5 anos, o "negócio não compensava".

Luandenses sempre varreram as suas casas e quintais

A nossa fonte diz que apesar de se estar a atribuir as culpas à população, os moradores de Luanda sempre levaram o lixo aos respectivos pontos de recolha, aquilo que chamamos lixeiras.

E acredita que se este factor fosse bem aproveitado, incrementando um sistema organizado e ouvindo os actores no modelo, podia-se obter melhores resultados.

Toma como exemplo o facto de cada casa na cidade ser limpa pelo próprio munícipe e família todos os dias. "De manhã as pessoas limpam as suas casas, combatem os insectos e os ruminantes. O problema começa no espaço público, ou seja, da porta para fora". Sugere, que no espaço público deve actuar uma entidade que compreenda e dialogue com as pessoas e se adapte ao seu modo de vida.

Terão que ser equacionadas outras soluções, tais como a reciclagem, o combate ao excessivo recurso ao plástico e às embalagens de cartão, entre outras acções.

O antigo governador de Luanda Bento Bento, chegou a anunciar medidas em sentido contrário à actual. Bento Bento prometia, na altura, montar um sistema que permitisse a compra de lixo das mãos dos cidadãos. Dizia-se ainda que cada cidadão, com o seu respectivo lixo, podia vendê-lo em entrepostos de recolha criados para o efeito, e assim evitar a sua deposição em contentores e ou em locais indevidos.

8.20 Taxa do lixo opõe GPL a Luandenses

Jornal O País

18 De Abril de 2016



8.21 Taxa de lixo estala o verniz entre GPL e luandenses

Jornal O País

18 De Abril de 2016

Texto: André Mussamo e Milton

Manaça

O debate é travado em várias plataformas em que as redes sociais se destacam. Um internauta interroga-se em relação à taxa de preços nestes termos: estou longe de concordar com o nosso Governador. Qual é a base legal ou social para o estabelecimento das taxas anunciadas?

O mesmo alarga as suas interrogações dizendo: "porquê que o casco urbano e os condomínios, que até produzem pouco lixo têm que pagar mais?". Mais adiante, dirigindo-se directamente ao governador da província, interroga: "quando fala de distritos urbanos refere-se também ao Prenda, à Samba e ao Rocha Pinto? Tem conhecimento do salário mínimo necessário para que se tenha que pagar metade para o lixo? Com o pouco que se tem e se ganha vamos comprar lixo ou comida?". A terminar o seu post, o internauta roga para que "não façam do lixo o novo petróleo, sempre em prejuízo para os pobres! Quem usou mal a abundância não foram os pobres! Portanto, não sejam castigados com a penúria provocada, Chega".

Entretanto, outros intervenientes no debate são mais exaustivos nos seus protestos, fazendo questão de recordar ao governador de Luanda que em 11 de Agosto 2005 Assembleia Nacional aprovou a Lei n.º 8/05, sobre a taxa dos serviços de limpeza e saneamento.

À luz do supracitado diploma legal, o novo modelo de gestão para a reestruturação do sistema de limpeza da cidade de Luanda, atribui competências para que a concessionária, no caso a empresa ELISAL, possa "atribuir a empresas privadas serviços de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, manutenção e expansão da rede de saneamento".

A lei, ainda em vigor, é composta por 4 artigos, anuncia que entre outros aspectos é criada a taxa dos serviços de limpeza e saneamento' cujo montante mensal não deve ser superior a 15UCF, portanto, que a taxa não deve ser superior a 1.320 KZ (mil e trezentos e vinte kuanzas).

Na conferência de imprensa, Higino Carneiro, justificava as taxas acima do limite legalmente estabelecido com a desvalorização da moeda e com o facto de a lei estar "velha" entretanto. Os internautas rebatem que o postulado da lei estabelece que enquanto ela estiver em vigor deve ser respeitada e observada por todos.

A mesma lei refere que o Governo deve adoptar as disposições necessárias à implementação da presente taxa, estabelecendo sempre uma relação justa entre custo, área de prestação e benefícios de serviço, sendo que na altura já referia que essa cobrança devia ser feita com a factura de água ou de electricidade.

A lei em referência foi aprovada pela Assembleia Nacional a 21 de Junho de 2015 e, consequentemente, publicada em Diário da República.

Por outro lado, alguns internautas duvidam da eficácia do novo modelo anunciado pelo governador de Luanda. "Será que vai mesmo funcionar?" Interrogam-se. Acrescentando que o facto de o fornecimento de electricidade ser deficiente e não abranger integralmente a cidade de Luanda levaria, por si só, que alguns que não sujam pagassem pela maioria que efectivamente sujam a cidade. Etelvino Mayamba pensa ser errado agregar o pagamento do lixo à factura da luz, justificando que Luanda tem um fornecimento deficitário de energia eléctrica.

Caso o governo quisesse optar por esta via, de acordo com este cidadão, o ideal seria criar uma rede eléctrica funcional, isto é, prestar um fornecimento de qualidade, tanto nas zonas urbanas como nas

periurbanas. De contrário, entende que os cidadãos estariam a ser forçados a pagar por um serviço não usufruído.

O sociólogo Lukombo Nzatuzola prevê que a medida adoptada pelo GPL não vá resultar. O académico defende que sem um cadastro eficiente dos bairros não teremos um sistema de cobrança de saneamento básico funcional, sendo que muitos proprietários de residências não possuem sequer título de propriedade.

8.22 Aterros sanitários abertos no Lubango

Jornal de Angola

19 De Abril de 2016

Texto: *Arão Martins*

As grandes quantidades de lixo produzido pelos habitantes da cidade do Lubango, na Huíla, têm um melhor tratamento, a partir dos próximos dias, com a abertura de dois novos aterros sanitários, anunciou, ontem, o administrador municipal.

Francisco Barros garantiu ao *Jornal de Angola* que já foram localizado espaços para instalação de dois aterros sanitários, sendo um na parte norte e outro no sul. Com base nisso, o administrador acrescentou que técnicos do Ministério do Urbanismo estiveram na cidade do Lubango, tendo sido feito um diagnóstico das áreas onde vai funcionar o depósito do lixo.

Falta de meios técnicos

Um outro problema apontado pelo administrador municipal é a incapacidade das operadoras contratadas para a gestão dos resíduos sólidos na cidade do Lubango e a Administração Municipal não dispor de meios para intervir quando for necessário. "Estamos preocupados com a recolha de lixo, que constitui um problema de saúde, por isso temos de primar pelo saneamento, sob pena de se multiplicarem as doenças", referiu o administrador do Lubango.

De modo a evitar doenças, Francisco Barros solicitou a participação de todas as forças activas do município do Lubango para participarem nas campanhas de limpeza e recolha de lixo. O administrador municipal do Lubango manifestou desejo de intensificar os trabalhos de sensibilização dos empresários e municípios para participarem na manutenção do saneamento básico.

Campanhas de sensibilização

Segundo o governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, a cidade do Lubango tem o maior foco de lixo da província da Huíla, sendo necessária a participação de todos os municípios, para seu combate.

"O que temos notado é que as pessoas limpam os quintais e deitam lixo de forma desordenada nas ruas. Vamos sensibiliza-las para depositarem os resíduos nos contentores em horas e dias apropriados, de modo a que a recolha seja feita de forma coordenada".

8.23 Camame consome água potável

Jornal de Angola

19 De Abril de 2016

Texto: *Marcelo Manuel*

Rosa Luís Sebastião é soba da comunidade da Recta, a única mulher no selo das autoridades tradicionais da comuna de Camame, município do Ngonguambo. Desde tenra idade conta que sempre recorreu à água dos rios Kalucala e Kambondo para beber, cozinhar e lavar.

Hoje, aos 42 anos, Rosa Luís Sebastião sente um profundo orgulho motivado pela construção de uma estação de captação e tratamento de água potável na comuna de Camame, que beneficia 1.800 habitantes de várias localidades, inaugurada pelo vice-governador provincial para a área Técnica e de Infra-Estruturas, Erlindo Lidador.

Quem também exprimiu satisfação em relação ao projecto foi Eva Kiluanje, de 53 anos, que alega ter de interromper muitas vezes o sono para ir buscar água ao rio. A situação era mais difícil durante a fase chuvosa. "Tínhamos de consumir água turva que provocava doenças como a diarreia e febre tifóide."

Eva Kiluanje está satisfeita com facto de o cenário fazer parte do passado devido à construção da "estação de captação e tratamento de água potável.

O chefe do departamento provincial das Águas do Cuanza Norte, Zurue Zangui, frisou que a construção da estação de captação e tratamento de água de Camame, com cerca de 5.000 metros quadrados, consta do programa do Executivo "Água para Todos".

Com o projecto, os habitantes das localidades da Recta, Kanjango, Mucunji, kangonda, Eso, Musengue e Ngola-Nguimbi, num total de 1.889 cidadãos, beneficiam de água potável. Foram construídos

quatro chafarizes, com as respectivas lavandarias, a par de 29 ligações domiciliare.

O funcionamento do projecto garantiu postos de trabalho directo a jovens locais, como o caso de Neto Nobre, de 28 anos, pai de cinco filhos, que diz estar satisfeito com o seu primeiro emprego. "Doravante tenho as premissas criadas para dar melhores condições de vida à família e penso em criar um pequeno negócio, com as poupanças."

Situação social e económica

O administrador comunal de Camame, Sebastião Cutaba, disse à reportagem do Jornal de Angola que o sector da Educação tem 22 professores que trabalham com mais de 380 alunos da iniciação à nona classe.

Em relação à agricultura, Sebastião Cutaba disse existirem existência dez associações de camponeses, para além de outros sete grupos solidários que também actuam no ramo, o que perfaz a existência de 700 camponeses.

A agricultura local, referiu Sebastião Cutaba, é maioritariamente de subsistência, resultantes dos fracos incentivos, facto que propicia a predominância das lavras familiares, onde maioritariamente são produzidas a mandioca em grande, ginguba, feijão, milho e óleo de palma.

A produção do óleo de palma na comuna, garantiu Sebastião Cutaba, já não se faz como nos velhos tempos, tendo apontado a falta de instrumentos e incentivos financeiros para a produção em larga escala.

"Actualmente temos o controlo de três famílias que produzem de forma regular, mas em pequenas quantidades", disse. A existência de melhorias nos serviços de Saúde é resultado da construção de três unidades sanitárias nos sectores de Cafuta e Mususu, com maior destaque para o centro comunal, localizado na sede comunal, assim como o fornecimento regular dos fármacos.

Na comuna há caça furtiva e o caso já foi notificado às instâncias superiores da província, mas por escassez de fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal, pouco ou nada ainda se fez.

Sebastião Cutaba destacou a existência de peixe abundante nos rios locais. Apontou o Cacimbo como fase crucial para a pesca, embora os pescadores existentes a muito deparem com falta de instrumentos, como anzóis, redes, bóias, canas e outros artefactos, para melhor desenvolvimento da actividade.

Falta de exploração

Sebastião Cutaba destacou a existência de minas de mármore, ferro e ouro, localizadas nas regiões do Kimbando e Binga, identificadas desde o tempo colonial, mas nunca exploradas. O responsável acredita que caso os recursos sejam explorados, a província do Cuanza Norte pode aumentar o seu contributo na arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

A madeira é um recurso que pode ser explorado por muito tempo, devido à extensão de floresta na região.

Das autoridades tradicionais, o Jornal de Angola soube que certos curiosos provenientes de vários pontos do país chegaram à região com o intuito de tentarem explorar os recursos sem autorização das autoridades.

Trabalhos de asfaltagem

O vice-governador provincial do Cuanza Norte para o sector de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, anunciou, em Camame, comuna do município de Ngonguembo, o reinício dos trabalhos de asfaltagem do troço Golungo Alto ao Ngonguembo, numa extensão de cerca de 45 quilómetros.

Embora não tenha avançado uma data precisa, o governante frisou que os trabalhos vão ser retomados no decurso deste ano e incluem a requalificação total da ponte que separa o município do Golungo alto ao de Ngonguembo, actualmente em metal, para uma ponte em betão armado.

Anunciou de igual modo a realização de trabalho de manutenção das várias pontes e pontecos do município do Ngonguembo danificadas pelas fortes chuvas que caíram sobre a região nos últimos tempos.

"Temos garantias do Instituto de Estradas de Angola da manutenção das pontes que dão acesso à região de Cameme e Kazua, de forma a evitar interrupções na circulação de pessoas e bens", concluiu o vice-governador provincial do Cuanza Norte para o sector de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos.

8.24 Oposição contra cobrança de taxa de lixo

Jornal O País

19 De Abril de 2016

Texto: Hermenegildo Tchিপilica

O vice-presidente da UNITA, Raúl Danda, considera que o governador de Luanda, Higinio Carneiro, não

tem competência para actualizar a cobrança do lixo cujos valores vêm em diploma jurídico específico. O político entende que cobranças do género não podem ser feitas sem que o Governo actualize os salários da função pública e dos trabalhadores em geral.

"É um absurdo e é uma medida impopular", disse o vice-presidente do principal partido na Oposição, que acusa o Governo de, com a atitude manifestada por Higino Carneiro, pretender sacrificar ainda mais os cidadãos num momento de crise.

Para Raúl Danda, o lixo "sempre existiu" e o seu aumento não se deve ao crescimento da população de Luanda, mas à falta de vontade política do Governo.

"Andaram a dormir à sombra da bananeira e agora querem se aproveitar de um povo que aprendeu a aceitar tudo", disse.

Uma Imposição

Por seu turno, o porta-voz da FNLA, Joveth de Sousa, considerou que o Governo deveria primeiro fazer um levantamento sobre os rendimentos dos cidadãos para ver quanto é que ganham para depois pagarem o lixo.

Referiu que existe um índice elevado de desemprego entre os cidadãos e que o país vive uma crise profunda, tendo algumas empresas despedido trabalhadores. "Não podemos aceitar que o Governo determine um valor da taxa de lixo sem consulta à opinião pública", defendeu Joveth de Sousa.

Indicou ser esta medida "uma imposição" e que "num país democrático e de direito é preciso que haja consulta pública quando se vai tomar uma decisão".

Joveth de Sousa considerou que a medida anunciada pelo governador de Luanda "é muito má vinda", ressaltando que é preciso que se crie um modelo para a limpeza da cidade, tendo sustentado que os valores estipulados "não são os melhores".

Disse que é preciso acompanhar a renda das famílias e saber como é que vão reagir a estes valores.

"Achamos estes valores muito exorbitantes, uma vez que já andamos pagando muitas taxas como a de circulação e muitos outros emolumentos referentes aos impostos que o Governo já cobra", afirmou.

Problema estrutural e funcional

O membro da CASA-CE Rafael Aguiar entende que cobrança da taxa de lixo deve ser analisada do ponto de vista estrutural e do ponto de vista funcional.

O político apontou que, do ponto de vista estrutural, a medida tem que ser analisada tendo em conta que o dispositivo legal que regula a problemática do lixo estipula o preço numa taxa muito inferior à que está agora a ser anunciada.

Rafael Aguiar referiu que a lei é de âmbito nacional e não deve ser vinculada ou aplicada exclusivamente em Luanda.

A fonte disse que o cidadão já paga indirectamente a taxa de lixo a partir de outros impostos e ainda não recebeu qualquer resposta em como foram geridas essas cobranças.

Rafael Aguiar questiona eventuais garantias que o cidadão tenha para que desta vez pague um valor adicional e que esse mesmo valor seja utilizado convenientemente e com transparência. O político diz que não acredita que a medida surta efeito, por achar que a gestão da aludida taxa não será transparente. "A lei estipula um valor e o governador estipula outro, isto é ilegal" declarou.

Taxa não deve ser negócio

O deputado da bancada parlamentar do PRS Benedito Daniel diz que a sua formação política não está contra o pagamento da taxa de lixo, adiantando que a mesma podia ser eventualmente cobrada levando a que as pessoas produzissem menos lixo.

Contudo, o político adverte que a cobrança dessa taxa não deve tornar-se num negócio.

"A taxa de lixo não pode superar o consumo de energia, porque os dinheiros que estão previstos para o pagamento da taxa de lixo superam largamente aquilo que os consumidores pagam no consumo da água e no consumo de energia", disse.

Referiu que os técnicos que estudaram a problemática do lixo em Luanda falharam uma vez mais, Benedito Daniel questionou a natureza do estudo que foi feito, bem como a comparações feitas para se "estipularem taxas de pagamento de lixo tão exorbitantes para a população".

Benedito Daniel alegou que a avidez pelo lucro fácil por parte de algumas entidades conduziu o sistema de recolha do lixo em Luanda à falência, dando lugar ao fracasso da Elisal. "No tempo da Elisal, de uma ou de outra forma, a Elisal recolhia o lixo à medida das suas possibilidades e não havia tanto lixo como agora. Desfizeram completamente a Elisal, fabricaram empresas a título de negócio porque nessa altura o lixo iria custar muito, dinheiro ao passo que essas empresas não produziram nada", indicou.

8.25 Cidadãos deitam lixo no chão

Jornal de Angola
22 De Abril de 2016
Texto: Fula Martins

A problemática do lixo, que muito tem afligido os cidadãos da capital, tem sido também um problema de falta de educação dos cidadãos, que mesmo com os contentores de lixo vazios preferem depositar os resíduos no chão.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola fez uma ronda por alguns distritos de Luanda e observou essa realidade.

A prática não acontece apenas nas zonas periféricas de Luanda, mas também na área urbana. A idade não faz a diferença, nem o sexo. Os locais são os mais variados, desde mercados as portas de lojas.

Para a maioria dos entrevistados, esse comportamento é uma falta de respeito aos esforços que o Governo da Província de Luanda tem feito para melhorar esta situação.

Suzana José, funcionária do Ministério da Economia, disse que é preciso criar medidas severas para acabar com esse comportamento.

"Estamos a tentar construir um país melhor e uma das primeiras regras deve ser o respeito pelos outros. A falta de civismo de alguns cidadãos não pode ser vista, sem se tomar nenhuma medida" pediu.

Para Suzana José, entidades civis e religiosas devem fazer uma campanha de sensibilização mais activa sobre o assunto.

8.26 Cabinda também promete cobrar 'taxa do lixo'

Jornal O País
21 De Abril de 2016

Mal foi digerida a polémica em torno da taxa do lixo anunciada pelo governador de Luanda, seguido pelo do Lubango, eis que outra entidade homóloga lhes segue os passos. Desta feita é o Governo da província de Cabinda que promete taxar o lixo.

Os condomínios e bairros urbanizados foram distinguidos como zonas prioritárias onde será aplicado o modelo da taxa de comparticipação do lixo, segundo o administrador municipal de Cabinda, Artur do Carmo Manuel.

Falando à imprensa, Artur Manuel realçou que de momento decorre o cadastramento, enquanto o modelo será aplicado de forma paulatina.

A lei 8/5, prosseguiu, define uma comparticipação da população nos custos de recolha dos resíduos calculados em quinze Unidade de Correção Fiscal (UCF), cujo valor ronda os mil a dois mil kwanzas mensais, de acordo com a quantidade de resíduos que são produzidos.

Artur Manuel adiantou haver uma outra taxa que vai ser definida para a comparticipação das entidades públicas, colectivas, empresas de grande, pequena e médias superfícies comerciais que deverá rondar a volta de trinta a cem mil kwanzas.

No Debate Livre da TV Zimbo desta semana os participantes em unanimidade concordaram com a necessidade de implementação de uma taxa do lixo, todavia, divergem sobre o valor e critérios da mesma.

Os de opinião pro defenderam que os valores referidos pelo governador Higinio Carneiro devem ser encarados como proposta, enquanto os críticos apelam às autoridades a respeitarem as leis vigentes.

A corrente crítica defendeu ainda que é preciso encontrar critérios justos e exequíveis para que o objectivo preconizado com a cobrança da taxa seja alcançado.

8.27 A Elisal é um sonho desvirtuado

Jornal O PAÍS
22 DE Abril de 2016

O novo plano de limpeza indica que cada município poderá estar sob responsabilidade de uma única empresa. Concorda com este procedimento?

Não sou apologista de quanto mais empresas, melhor será o serviço. Entendo que inclusive uma só empresa, a ELISAL, poderia prestar este serviço com qualidade à toda a extensão da província. Por conseguinte, não é de todo linear que uma empresa por cada município servirá melhor os nossos interesses do que várias empresas por município.

Mesmo tendo em conta o número de empresas que Luanda tem actualmente?

Isso tem a ver com os meios e a capacidade de gestão e com os circuitos que fazem parte da gestão do operativo daquela empresa. A empresa tem que definir circuitos e timings para que o serviço seja feito com qualidade, rapidez, eficiência e assim termos um serviço de qualidade.

Esteve na génese da ELISAL. O que lhe parece hoje a empresa?

Um sonho desvirtuado.

A ELISAL é uma empresa moribunda? Não. É uma empresa que podia ser das maiores de Angola e com um rendimento anual a rondar os 350 milhões de dólares. Isso era o meu sonho para a ELISAL.

O que foi que falhou?

Quase tudo. O desvirtuar de um sonho, as apetências para o negócio e o negligenciar do factor primário e fundamental de uma sociedade, que é o homem, o povo. Ou seja, servir o cidadão, o munícipe. Este sonho foi desvirtuado.

Tem-se a ideia de que cada governador tem o seu director para a ELISAL. Esta tendência facilita os interesses da empresa?

Não. Eu entendo que a maior parte dos nossos governantes tem e comete um grande erro. Sempre que é nomeado para um determinado cargo entende que o seu antecessor não sabia nada daquilo e que fez tudo errado. Então, pura e simplesmente varre tudo o que encontra: os directores, directores de gabinete e o secretariado. Até entendo que o director de gabinete e a secretária tem que ser da sua confiança. Agora, o director financeiro? O director do plano e de outros sectores? Enquanto isso não for tido no nosso país, vamos continuar a cometer erros crassos. Porque se você estiver a fazer um determinado trabalho na sua empresa e for subindo de categoria, tem experiências nos vários anos e sectores, chegou um indivíduo que não gosta única e exclusivamente da sua cara, o que vai acontecer é haver um vazão. A pessoa que ele vai colocar não tem a sua experiência, não vai fazer o trabalho com a mesma qualidade, eficiência e eficácia. Até que atinja o seu nível vai levar tempo. E é exactamente quando ele atingir o seu nível que chega outro e varre-lhe também. E assim sucessivamente e andamos nesta onda sem fim de varreduras.

As varreduras na ELISAL têm travado o desenvolvimento da empresa?

Entendo que não há um projecto para a empresa. Não há uma ideia, uma teoria, uma doutrina de como fazer isso ou resolver a problemática dos resíduos sólidos urbanos em Luanda. Ninguém se preocupou em colocar no papel esta doutrina. Dizer que a recolha de resíduos sólidos urbanos deve ser feita desta maneira, a varredura desta ou daquela zona, começar a X horas e terminar às tantas. Tem que ser para todas as empresas. As empresas funcionam com carros diferentes, tem que haver um padrão e uma

doutrina nesta matéria. Depois de termos a doutrina, tudo vai alinhar-se pelo mesmo diapasão e aí teremos como fiscalizar.

Ainda vamos a tempo de recuperar isso?

As empresas funcionam com carros diferentes, tem que haver um padrão e uma doutrina nesta matéria. Depois de termos a doutrina, tudo vai alinhar-se pelo mesmo dia padrão e aí teremos como fiscalizar. Naturalmente. Há um ditado muito antigo: nunca é tarde para começar ou para corrigir um erro.

Por onde devemos começar?

Temos que começar por chamar as pessoas abalizadas no assunto. Não estou a dizer chamar as pessoas para ocupar este ou aquele cargo. Chamá-los e todas as outras pessoas para uma mesa redonda séria, em que se definam os parâmetros e todo o mundo esteja de acordo que é este o caminho correcto para elaborar a doutrina. Depois de elaborar a doutrina, colocar mãos à obra e resolvermos a problemática dos resíduos sólidos em Luanda.

Tem encontrado o mesmo interesse nos seus colegas?

Não. Queixam-se muito dos interesses.

Na gestão de Bento Bento seria o Executivo a pagar pelo lixo que o cidadão recolhesse. Agora é o contrário. Não estamos em constantes contradições? Não. Essa figura existe em todo o mundo, que é o catador. Existe e é bem-vinda porque reduz quantidade e o volume de resíduos sólidos urbanos que vão parar aos contentores. Se esta figura existir é como se os resíduos fossem recolhidos selectivamente. Então a pessoa que recebe os resíduos sólidos recolhidos selectivamente tem que pagar por eles. No nosso projecto também tínhamos previsto esta figura do catador, que iriam receber em função das toneladas de resíduos sólidos levados às estações de triagem. Acontece que o processo não foi bem concebido a jusante. Você está a pagar pela recolha selectiva o que os catadores fazem: vão às estações de triagem, de transferência e entregam o resíduo sólido já separado. E depois você pega neste resíduo sólido já separado e leva tudo para o aterro sanitário.

O que fazer quando não temos uma indústria de reciclagem?

Antes da indústria de reciclagem deve haver as estações de triagem e a indústria de tratamento. É necessário primeiro tratar os resíduos e só depois é que se pode reciclar. Um sistema completo de resíduos sólidos urbanos começa na recolha, transporte, triagem, tratamento, reciclagem e

deposição final dos resíduos não recicláveis ou seja, o verdadeiro lixo. Em muitos países, chega-se a 10 por cento. Reduz-se o volume de resíduos que vai parar aos aterros sanitários até 10 por cento.

Angola não recicla nada?

Nada.

8.28 Equipa económica analisa Plano de Limpeza Urbana para Luanda

Jornal O PAIS

22 DE Abril de 2016

O plano em causa contempla medi das que vão garantir a gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos.

Uma nota de imprensa distribuída no final do encontro refere que o programa visa também repartir as responsabilidades entre o sector público, privado e a população, no geral, bem como integrar os municípios, distritos urbanos, e outros órgãos locais no processo de fiscalização e controlo da gestão de resíduos Orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a reunião do Conselho de Ministros apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Proposta de Regulamento da Taxa de Serviço de Limpeza e Saneamento, que tem como objectivo otimizar a receita necessária para maximizar a prestação desses serviços, segundo critérios de qualidade e eficiência, tendo sido recomendada a adequação das taxas aos actuais constrangimentos da economia.

No quadro do fomento da produção nacional para a diversificação da economia, as comissões analisaram o estado de implementação dos Programas Dirigidos já aprovados para os sectores da Agricultura, das Pescas e da Indústria, relacionados com a produção de ovos e frangos, leite, sal, peixe, óleo, farinha de peixe, cereais e madeira.

A reunião procedeu, também, à apreciação do Plano Operativo do Turismo para a Diversificação da Economia 2016/2017, documento que define um universo de acções que têm por finalidade tornar Angola num destino turístico mais atractivo, através do fomento quantitativo e qualitativo da actividade dos estabelecimentos e serviços turísticos nacionais, contribuindo para a geração de mais postos de trabalho e para o desenvolvimento sustentável do país.

No âmbito das políticas Fiscal, Monetária e Cambial, foram apreciados o Balanço de Execução Financeira do Tesouro Nacional do I Trimestre de 2016 e a

Proposta de Plano de Caixa para mês de Maio dezülô. No domínio dos petróleos, foi feita a primeira apreciação do Modelo de Reajustamento de Organização do Sector dos Petróleos, documento que preconiza um novo quadro institucional com vista a aumentar a eficiência no sector petrolífero, proporcionando a optimização dos investimentos e a sustentabilidade das reservas de petróleo e gás natural essenciais ao desenvolvimento do país.

As comissões apreciaram uma Proposta do Sistema de Informação Integrado de Compatibilização entre o Investimento Público e o Privado, visando harmonizar os processos de monitorização do investimento público e privado e as respectivas soluções informáticas.

Entretanto, no âmbito da implementação do Programa de Investimentos Públicos, procedeu -se à análise dos projectos em carteira com o objectivo de melhorar a qualidade, eficiência e eficácia da despesa pública.

As Comissões apreciaram o documento sobre a viabilidade técnica, económica, financeira e ambiental da implementação da fase II do Projecto da Central de Ciclo Combinado do Soyo, província do Zaire.

8.29 Luanda poderia movimentar USD 350 por ano com a reciclagem

Jornal O PAIS

22 DE Abril de 2016

O Ministério do Ambiente defende a criação de mais quatro aterros. Concorda com isso? Sim, devido fundamentalmente às distâncias e a tão famosa mobilidade para os meios de transporte de resíduos sólidos urbanos. Porque, para sair do Benfica e levar os resíduos até ao Mulenvos é uma dor de cabeça. Um camião só consegue fazer isso uma vez. Se estiver no Kilamba, que uma das zonas onde está previsto, ele pode fazer isso duas ou três vezes. Consegue retirar das ruas muito mais resíduos.

Temos sabido diferenciar os tipos de lixo que existem?

Nós fundamentalmente dois tipos de resíduos, que são os orgânicos e inorgânicos, e depois definimos os resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares e os tóxicos. Portanto, temos toda essa panóplia de resíduos que devem ser recolhidos diferenciadamente.

o que acha do facto de a província ter uma única incineradora?

Dependendo do volume de resíduos sólidos hospitalares que são incinerados' pode ser que seja suficiente. Depende também da capacidade desta estação incineradora. o que acha do envolvimento das Forças Armadas, Polícia Nacional e dos Serviços de Segurança nas operações de limpeza?

É bem-vindo e Necessário. Este momento é fundamental que assim seja, porque estávamos à beira de uma calamidade de saúde pública.

o recurso aos chineses é bem-vindo?

Se for uma questão eventual e pontual, porque não? Se têm disponibilidade de meios, se há necessidade, então que usem os meios que têm disponíveis para resolver o problema.

Já recorreremos aos filipinos para resolver o problema do lixo em Luanda. Os estrangeiros continuam a ter mais experiência do que os quadros angolanos?

A ELISAL surge exactamente para pôr termo ao contrato que ligava o Governo da Província de Luanda e a Entraco, que por sua vez tinha recorrido a uma empresa alemã que fazia a gestão dos resíduos sólidos em Luanda. Esta empresa foi buscar filipinos para processar todo o sistema, apoiando-se numa falsa questão em que diziam que em Angola não tínhamos capacidade' não havia bons motoristas e mecânicos que salvaguardassem os meios rolantes da empresa para prestarem um bom serviço. Com a criação da ELISAL, nós demonstramos exactamente o contrário, que em Angola havia pessoas em quem se podia confiar, capazes nas mais diversas áreas.

Fracassamos ao recorreremos outra vez aos estrangeiros?

Fomos incapazes de levar a bom porto o barco chamado ELISAL. E digo mais e com propriedade: não é por falta de capacidade humana. As pessoas existem e estão em Angola.

Então qual é a causa?

É por falta de vontade política e por vontade de ganhar dinheiro.

O que gostaria de deixar como recomendações?

Eu gostaria de deixar aqui as minhas ideias sobre todo este processo e tudo que nos move em relação aos resíduos sólidos. Entendemos nós que é fundamental que haja uma mudança de mentalidades.

Para isso, é necessária a vossa prestimosa colaboração porque as médias têm uma acção fulcral nesta questão, e naturalmente todo o resto da sociedade. A partir das creches, centros infantis, as escolas primárias, secundárias, as universidades, as igrejas, associações e cooperativas. Ao mudarmos as mentalidades' temos que ter em conta que resíduos sólidos urbanos equivalem a matérias-primas ou seja é dinheiro. Quando a população tiver esta percepção que resíduos sólidos urbanos não são lixo, então vamos começar a poupar e a tratar essa questão de outro modo. Por outro lado, o investimento no saneamento básico de uma sociedade reduz os gastos na saúde em termos de um para quatro. Um dólar investido no saneamento reduz quatro dólares nos gastos que esta mesma sociedade tem com a saúde da sua população.

E mais?

A recolha selectiva provoca a redução dos gastos com os serviços de recolha. Só para termos uma noção, a indústria mundial de reciclagem movimenta anualmente mais de 500 mil milhões de dólares. Como disse há pouco, só Luanda poderia produzir cerca de 350 milhões de dólares. Vou finalizar dizendo que se houver, de facto, vontade política para resolver estas questões, pensamos nós que a breve trecho Luanda estará entre as melhores cidades do mundo nesta matéria.

8.30 Não há vontade política para se resolver a questão do lixo

Jornal O PAÍS
22 de Abril de 2016

Como é que um engenheiro electrotécnico ganhou paixão pelo ambiente?

Muito obrigado por esta oportunidade e mais uma vez para abordar questões relacionadas com os resíduos sólidos urbanos. De facto, é uma boa pergunta, a título introdutório, porque eu fiz o curso na Alemanha, regresssei em 1988, e por mero acaso, porque tinha um vizinho que era na altura o governador da província de Luanda.

Quem era?

Era o saudoso Luís Gonzaga Wawuti, convidou-me para ir ao governo da província porque ficou sensibilizado com o trabalho que fez na própria rua onde nós morávamos. Naquela altura, estavam a resselar as ruas de Luanda e a empresa que fazia o trabalho taparam as sarjetas e todas as valas de drenagem das águas pluviais. Eu, e mais um grupo de

vizinhos, resolvemos com picaretas e pás partir o asfalto exactamente nas sarjetas e voltar a abrir tudo aquilo. Ele, chegado do trabalho, viu o que estávamos a fazer e pensou que tínhamos tido uma boa iniciativa e que talvez fosse bom estar inseridos no governo da província.

Em que ano nos encontrávamos?

1989. Já lá vão 28 anos. Como é que a questão dos resíduos sólidos continua a ser uma grande preocupação e não conseguimos resolver?

Não queria abordar este tema desta forma, porque poderia, eventualmente, ferir susceptibilidades.

Mas és certamente um dos prejudicados. Certamente, o ambiente e a situação que vivemos em Luanda o prejudica a si e aos seus próximos? Naturalmente que sim. Entendo que até ao momento, passado que foi aquele período até à criação da ELISAL, de 1989 a 1991, porque estive a dirigir a ELISAL entre 1991 1992, porque foi em Janeiro de 1993 que saí. De lá para cá, temos assistido a uma turbulência enorme no que se refere ao modo e as práticas que se foram tentados no intuito de se resolver a problemática dos resíduos sólidos.

O que é que considera como turbulência?

Turbulência, porque a dado momento, as pessoas entenderam que os resíduos sólidos eram uma fonte de receitas e açambarcaram este métier. Açambarcaram o sistema de recolha e de limpeza da cidade de Luanda.

Quando diz que o métier se transformou num grande interesse económico, foi sem ter em conta o negócio?

Foi única e exclusivamente no sentido de ganhar dinheiro. Posso afirmar desta maneira, porque não vi em nenhum momento algum investimento sério. Com excepção dos aterros sanitários, não há em Luanda um único investimento da parte do Governo ou da ELISAL que nos diga ou demonstre que houve vontade política de resolver o problema dos resíduos sólidos.

Então o lixo tem sido tratado mais na perspectiva de negócio?

Absolutamente. E quase só nesta perspectiva.

Sempre que é nomeado um novo governador provincial também surge um novo plano de limpeza da cidade. O que lhe vem à cabeça quando isso acontece?

Um simples motivo: é que o governador cessante tem a sua empresa, do seu amigo ou a prestar um serviço e o que surge também quer retirar O seu pedaço. É tão linear quanto isso.

Podemos concluir que a questão do lixo, é um falso problema?

É. E digo com toda a propriedade.

Pode nos explicar isso?

É simples. Vou-lhe dar alguns da dos que são mais do que prova bastante. Ora, vejamos: em Angola o preço de recolha de resíduos sólidos urbanos por tonelada, é 177 dólares. É um número completamente absurdo. Vou-lhe dizer que é absurdo, porque no Brasil, O preço do serviço por tonelada é 37 dólares. Na Escócia são 70 dólares. Nos Estados Unidos, 62 dólares. E em Portugal, 70, 6 dólares. A média africana é 35 dólares. Então, eu pergunto: porque razão, em Luanda, se paga 177 por tonelada de resíduos sólidos recolhidos. Não é apenas para facturar? Eu entendo que sim. Se fosse para fazer e resolver o problema dos resíduos sólidos urbanos, então com estes valores, essas empresas seriam obrigadas a construir estações de triagem, tratamento, reciclagem e fábricas de reciclagem. Teríamos neste momento razão para sorrir em Luanda, porque neste momento esta problemática estaria pura e simplesmente resolvida. Um outro pequeno exemplo: nos últimos cinco anos, excluindo em 2015, o Governo da Província de Luanda gastou qualquer coisa como 1.500 milhões de dólares nos pagamentos de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos. À razão de 320 milhões de dólares por ano. Isto é um perfeito absurdo. E mais: desses 1.500 milhões de dólares não houve qualquer investimento. Ninguém consegue mostrar que com este dinheiro construímos este aterro, esta estação de triagem, aquele tratamento de resíduos sólidos, etc ...

Hoje temos apenas um aterro?

Exactamente.

E completamente abarrotado?

Naturalmente. Outra questão, pela qual eu digo e reafirmo que não há interesse e vontade política de resolver a questão dos resíduos sólidos, é o facto de eu desde 2011 ter proposto ao Governo da Província de Luanda a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos a título gratuito. Tenho cartas assinadas com protocolo, que estão aqui, pareceres positivos da assistência técnica da Elisal.

Quais foram os resultados?

Nenhum. Até hoje, por incrível que possa parecer, nenhum dos governadores mandou ligar para mim a dizer: venha cá por favor ao meu gabinete e vamos conversar sobre isso.

O que é que propôs ao governo Provincial?

Nós propusemos o seguinte: e isso não foi a JBS & Sons. A JBS& Sons é a sócia maioritária de uma empresa que é a ECOSEL, que é a empresa que criamos para minimizar a problemática dos resíduos sólidos em Luanda. A ECOSEL, propôs ao Governo Provincial de Luanda fazer a recolha selectiva dos resíduos sólidos. A recolha selectiva baseia-se em ecopontos, que são contentores de determinada cor onde se deposita o vidro, noutro o papel, o plástico e por aí adiante. Propusemos que o Governo da Província comprasse esses ecopontos e a Ecosel compraria os camiões que fariam a recolha dos resíduos. Porque, uma coisa é algo fixo e que é propriedade do Estado, do Governo da Província, autarquia ou administração municipal, e outra, é o equipamento que vai proceder à recolha. Este equipamento seria da nossa responsabilidade e o outro do Governo da província. Nós iríamos comprar também e construir oito estações de triagem de resíduos sólidos, onde iríamos fazer a triagem dos resíduos sólidos colectados pelas operadoras normais de resíduos sólidos. Estas operadoras recolhiam, depositavam nas estações de triagem, estas faziam a triagem e daí os resíduos eram transferidos para as estações de tratamento. As estações de tratamento também seriam construídas por nós, bem como as fábricas de reciclagem possíveis.

A matéria-prima que não fosse possível reciclar em Angola seria reciclada, e com isso obteríamos divisas para a manutenção de todo equipamento e das fábricas.

O projecto foi apresentado ao Governo Provincial de Luanda?

Todo ele. Eu tenho aqui o projecto para vos poder apresentar, incluindo o contrato para não dizerem que ficou apenas pelo projecto. Apresentamos um contrato em que cobrimos todos os custos do Governo da Província de Luanda, tudo a título gratuito e além disso pagamos por tonelada cerca de três mil kwanzas. Naquela altura, daria cerca de 30 dólares, estávamos á beira da média africana do custo de serviço. Estaríamos a ajudar o Governo da Província no pagamento deste serviço e daríamos ao Governo dois mil kwanzas por cada tonelada que aquela operadora recolhesse.

Hoje parece que os papéis foram invertidos. Que opinião tem das tarifas fixadas pelo Governo Provincial de Luanda?

As tarifas de 5.000, 10.000 e 15.000 roçam o absurdo e não têm qualquer sentido. Lamento que o governador tenha vindo a público sem se dar ao trabalho de consultar as pessoas entendidas na matéria.

Quem produz mais lixo: o cidadão da área urbana ou aquele que vive na periferia?

Quanto mais se tem, mais se gasta. Entendemos que a pessoa que tem mais posses gasta mais e produz mais resíduos.

Então faz sentido que quem vive num condomínio pague 10.000 kwanzas e os que habitam na periferia 500 kwanzas?

Não faz qualquer sentido. Essa diferenciação tem que ser devida à produção de resíduos e não ao facto de ele viver nesta ou naquela determinada área da sociedade. Quem mais produz, mais paga. Tem que ser em função daquilo que produzir ou então vamos achar uma média. Entendemos nós que com cerca de 1500 kwanzas ou até menos por cada agregado familiar.

Independentemente da condição social?

Independentemente da condição social, o Governo da Província estaria em condições de cobrir todos os custos de facto. Não são os sobrecustos inventados. Os custos racionais dos serviços de recolha seriam cobertos com uma taxa de cerca de 1500Kwanzas. Como é que chegou à tarifa de 1500 kwanzas?

De uma maneira muito simples. Temos o preço médio de recolha da prestação de serviços que fiz com base naqueles valores que adiantei há bocado. Os valores do Brasil, da Escócia, dos Estados Unidos, Portugal e da média africana.

Não se coloca o facto de estes países terem parte das zonas urbanas e as estradas em melhores condições de transitabilidade?

Por isso incluí o Brasil e a média africana, que são valores baixos. Fui buscar a média europeia com valores altos. Isso dá-nos um valor de cerca de 55 dólares por tonelada, bem acima do valor médio africano, que é de 35 dólares. Portanto, 20 dólares acima daquilo que é praticado nos países africanos. E ainda assim, este valor, os 1.500 kwanzas, cobririam a prestação de serviços de toda a província de Luanda e tendo em conta que apenas teríamos cerca de um

milhão de pagantes ou de agregados a pagar de facto. Ainda assim, estaríamos nesta tarifa e não mais do que isso, porque o valor total que o Governo da Província necessita par , facto rondam os 99 milhões e 500 mil dólares. E não mais do que isso, ou os 320 milhões que até ao ano 2014 foram gastos anualmente.

O Governo já chegou a pagar muito mais do que isso?

O Governo já pagou mensalmente quase 30 milhões de dólares norte-americanos. O que o Governo da Província de Luanda pagou entre 2012-2014 foram 320 milhões de dólares por ano. É um absurdo. Ou seja, nós os contribuintes não estávamos a pagar o serviço apenas, mas também um extra que não sei por que motivo foi inserido neste custo.

As empresas que surgem, quase que anualmente em Luanda, têm capacidade para lidar com o lixo? Algumas têm. Até têm quadros saídos maioritariamente da ELISAL. Mas a maior parte das empresas não está capaz de prestar um bom serviço. Vemos isso pelos camiões que prestam os serviços, produzem ruídos que ao passarem às 22 ou às 23 horas acordam o cidadão. Além disso, vemos que as areias ficam aí. Ou seja, não têm pequenas pás carregadoras, ninguém limpa.

Então as empresas tiram o lixo, mas não limpam as ruas?

Perfeitamente. Estou plenamente de acordo. Porque, também a ELISAL fazia os papéis de árbitro e jogador. Era fiscal e a operadora. Não pode. Há muitos anos que propus que fosse criada uma entidade fiscalizadora dos serviços de recolha e limpeza.

A Agência não veio suprir este papel?

A Agência Nacional de Resíduos veio agora suprir esta lacuna grave.

Tem cumprido com o seu papel?

Ainda está numa fase embrionária. Os órgãos sociais foram empossados há um ano e poucos meses. Por conseguinte, vamos dar tempo ao tempo e esperar que o Dr. Sabino Ferraz consiga conduzir com sabedoria os destinos da Agência Nacional de Resíduos.

As empresas devem ser pagas pela extensão da área limpa ou pela quantidade do lixo? Revendo-me um bocado na experiência que tiro da maior parte dos países, tendo que deve haver aqui duas parcelas: uma para a recolha dos resíduos

sólidos, transporte e deposição nas estações de triagem e outra componente para a limpeza das ruas, que é a chamada varredura.

8.31 Presidente orienta melhorias à proposta

Jornal de Angola

23 De Abril de 2016

Texto: Kumuênho da Rosa

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, já orientou que a proposta do Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda seja melhorada, para depois ser aprovada em Conselho de Ministros. A proposta de regulamento da taxa dos serviços de limpeza e saneamento para a capital do país fixa para os moradores dos distritos urbanos de Luanda, Talatona, Vila Pacífica, Sequele e Kilamba, o valor de dez mil kwanzas por mês, para os municípios de Belas, Cazenga, Cacuaco e Viana mil e quinhentos kwanzas, enquanto que Quiçama e Icolo e Bengo, quinhentos kwanzas.

As empresas podem pagar valores que vão dos 16 mil aos 150 mil kwanzas. De acordo com o secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, as taxas devem ser melhoradas e o modelo que se pretende inova por adoptar o conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, que hoje por hoje predomina a nível do mundo. "Esse conceito dá-nos uma perspectiva de cadeia de valor do lixo, que seguramente ajuda a reduzir a produção de resíduos já na fonte", disse.

O diploma perspectiva um conceito de gestão de resíduos sólidos que começa na educação dos produtores de lixo, particulares ou instituições, e vai desde a recolha, transporte, armazenamento, aproveitamento e tratamento, até à deposição final.

"Nós hoje fazemos apenas a recolha, transporte e deposição no aterro", sublinha Syanga Abílio, para quem uma perspectiva de cadeia de valor ajudava a reduzir bastante a produção de resíduos, mas também a fomentar indústrias que existem em várias partes do mundo.

"Nos dias de hoje o lixo já não é só lixo. Ele pode ser valorizado e monetarizado, pode ser reciclado e reutilizado. Vimos vários exemplos como no Brasil e outros países onde a gestão do lixo criou postos de trabalho para a juventude e sobretudo para as mulheres", declarou Syanga Abílio.

O secretário de Estado chama a atenção para outro pormenor do diploma que tem a ver com o papel mais activo das empresas que vão operar no sector

do lixo. "Deixam de ser meras prestadoras de serviço à espera de uma remuneração mensal. São na verdade empresas investidoras, ao estilo do sector petrolífero, que trazem capital e também know-how", assinalou.

Syanga Abílio fez um histórico do sector, com particular ênfase ao período que sucedeu à revisão do Orçamento Geral E de 2015, como reacção do Governo à forte queda de receitas do petróleo que despoletou em meados de 2014.

"Depois da revisão orçamental, praticamente as empresas tiveram que abandonar o sector. Os custos superaram as receitas. A actividade tornou-se inviável para elas. Algumas levaram consigo o equipamento, como constatámos em relação aos contentores que desapareceram das ruas, enfim", lembrou o secretário de Estado, lamentando que "até empresas que foram capitalizadas com recursos do Estado abandonaram". À luz do novo plano de limpeza urbana de Luanda, as operadoras concessionárias trazem financiamento externo, para dar suporte ao sistema de recolha e às infra-estruturas de apoio, como aterros sanitários, pontos de transferências e outros. "Foi este o princípio que foi negociado e aceite pelas empresas que concorreram e que vão participar na execução deste plano. O Estado em contrapartida vai emitir as garantias soberanas", realçou.

O plano prevê a criação de infra-estruturas de apoio, como aterros sanitários, três no total, um dos quais para resíduos industriais e de construção, e ainda dez estações de transferência ou triagem, e 46 pontos de transferência. Syanga Abílio explicou mais à frente que "a equação financeira para o pagamento da factura é feita na base de área limpa, contrariamente ao modelo anterior em que os operadores levavam carros cheios de pedra e areia e com a pesagem justificavam a factura".

O secretário de Estado garantiu que estão prontos os cadernos de encargo, realizados os concursos, e revelou que foram necessárias três rondas de negociações até estarem concluídos os contratos e prontos para serem assinados.

Com a gestão integrada de resíduos sólidos, que inclui a partilha de responsabilidades dos particulares, privados e do Estado, o Governo perspectiva ter um sistema funcional, eficaz e sustentável de recolha e tratamento de lixo em toda a província de Luanda, mas também e lançar as bases para uma verdadeira indústria do lixo.

8.32 Água potável nas zonas rurais vila de Chicala Choloanga

Jornal de Angola

24 De Abril de 2016

Texto: justino Victorino

Um total de três novos sistemas captação e distribuição de água potável estão em construção nas mas de Sambo, Samboto e Mbave, no município da Chicala cholohanga, no quadro do programa água para Todos", revelou ontem o administrador local.

Francisco Kata disse que, além edes comunais, o programa estende-se, nos próximos tempos, algumas ombalas e aldeias de maior aglomeração populacional, devido cada sistema beneficiar 600 habitantes.

Director do gabinete de Estudo planeamento do Governo Provincial do Huambo, Catuquezo Kiame, afirmou que a construção dos sistemas de captação e tratamento de água às populações consta de um programa que visa melhorar a distribuição nas comunidades rurais, principalmente.

O sector das Águas na província prevê inaugurar ainda, nos próximos tempos, mais sistemas de captação e distribuição na cidade do Huambo, disse Catuquezo Kiame .

O soba Zeferino Caputo salienta que antes a população das referidas localidades consome ainda água oriunda de cacimbas, mas esta situação fica para o passado, em breve. "Agora, estamos mais seguros e já não teremos problemas, principalmente no período de cacimbo' concluiu o soba.

8.33 Combate ao lixo é feito com taxas dos mercados

Jornal de Angola

25 De Abril de 2016

Texto: Nicolau Vasco

A Administração Municipal de Menongue vai utilizar, por orientação do Governo da província, o dinheiro cobrado aos cerca de três mil vendedores dos mercados informais do bairro Paz e Chivonde para recolher os amontoados de lixo ao redor destas localidades e garantir mais higiene aos produtos ali comercializados.

O vice-governador provincial do Cuando Cubango para o sector económico, Ernesto Kiteculo, que falava ontem no final de uma jornada de campo, disse que enquanto não existirem verbas específicas para a recolha do lixo não se pode assistir, de forma impávida, o lixo a tomar conta dos mercados. Por esta razão, acrescentou, as pequenas contribuições que os vendedores pagam diariamente, 50 Kwanzas cada um, devem servir para manter limpos estes lugares.

O vice-governador do Cuando Cubango, que visitou vários bairros na periferia de Menongue, deixou igualmente instruções para que as próximas campanhas voluntárias, que normalmente têm lugar no final de semana, sejam direccionadas às localidades que apresentam muito lixo.

No final da visita, Ernesto Kiteculo realizou, à porta fechada, uma reunião técnica com os membros da delegação que o acompanhou, com os quais analisou ao pormenor vários assuntos, entre eles meios técnicos necessários para a limpeza da cidade de Menongue e arredores.

A saída do encontro, o vice-governador provincial disse que os grandes aglomerados de lixo dos bairros Paz, 4 de Abril, Tchivonde, Cunha e Castilho ultrapassam de longe as capacidades técnicas das operadoras de recolha de resíduos sólidos, pelo que é necessário o envolvimento da sociedade para remover o lixo e se evitarem doenças.

Participação da sociedade Ernesto Kiteculo fez um apelo às Forças Armadas, Polícia Nacional, autoridades tradicionais e outras forças vivas da sociedade para contribuírem no desmantelamento destes grandes focos de lixo da cidade de Menongue.

O governador provincial mostrou-se preocupado com o comportamento dos moradores do bairro Cunha que estão a depositar lixo na linha férrea, uma situação que coloca em risco centenas de vidas humanas, que diariamente utilizam o comboio como meio de transporte nas suas deslocações do Namibe para Menongue e vice-versa. Ernesto Kiteculo orientou a Administração de Menongue a estender também a acção de limpeza na linha férrea.

8.34 Combate ao lixo em Viana e Cazenga

Jornal de Angola

25 De Abril de 2016

Texto: Ana Paulo

Os jovens da Igreja Adventista do Sétimo saíram ontem às ruas da cidade de Luanda para realizarem uma campanha de limpeza nos municípios de Viana e Cazenga.

A avenida Deolinda Rodrigues e 4 de Fevereiro estavam ao rubro com jovens de todas idades num acto que fazia parar os automobilistas que aí passam num demonstração que a união faz a força quando a sociedade desperta para uma causa comum a limpeza.

A campanha foi organizada pela Associação Missão Norte dos Adventistas do Sétimo Dia que uniu uma multidão de fiéis de todas as igrejas dos distritos urbanos de Luanda que saíram às ruas com vassouras, carros de mão e enxadas.

A associação tem no seu programa de trabalho o plano de limpeza contínua, os membros clamam por apoio da administração para o fornecimento de matérias de limpeza como charruas, vassouras, luvas, mascarás e pás, para facilitar na campanha e recolha de lixo.

No município do Cazenga participaram 130 jovens adventistas do Sétimo Dia que foram distribuídos pelas comunas do Hoji-ya-Henda, Cazenga popular e Tala Hady.

Os jovens da igreja do município do Cazenga, esperam com entusiasmo pela segunda fase da campanha com maior apoio da administração local.

8.35 Moradores do bairro da calemba põem lixo na vala de drenagem

Jornal de Angola
25 de Abril de 2016
Texto: João Pedro

Muitos moradores e vendedoras ambulantes deixaram de ter ética e civismo e depositam o lixo na vala de drenagem que sai do aeroporto para o bairro Cassequel do Buraco e esta preocupação deixa os transeuntes agastados.

Até cadeirões se encontram na vala e as pessoas que assim procedem são adultos e crianças e nem mesmo a presença de uma rulote da polícia ali perto intimida a população de realizar tais actos que prejudicam a saúde publica.

Os vendedores ambulantes são os que produzem mais lixo ao realizar as suas actividades comerciais na zona.

Elas vendem desde o período da manhã até as 22h00 e todo o lixo é depositado na vala de drenagem o que preocupa quem passa diariamente em direção ao seu posto de trabalho.

8.36 Agora que vamos pagar, temos de exigir mais trabalho

Jornal O PAÍS
27 De Abril de 2016

Agora, mais do que nunca, vamos ser mesmo 'obrigados' apagar a taxa de lixo pelo menos disto estamos cientes. Coloquei a palavra obrigados entre aspas em alguns países o pagamento deste tipo de taxa é normal, apesar de não ser assim tão alta, mas entretanto, paga-se.

O cidadão terá de pagar de 500 a 10 mil kwanzas e as empresas de 15 a 150 mil kwanzas, pelo que pude entender nas últimas notícias que veicularam os medias. E por mais que o cidadão tenta arranjar fugas para não pagar a taxa de lixo vai ser apanhado quando for pagar a luz. A não ser que não queira pagar a luz e permanecer no escuro ou gastando dinheiro com combustível para o gerador. Os sorteados são os que não têm energia eléctrica, estes ainda serão avaliados, porque, (in)felizmente ainda temos fiscais corruptos que poderão aceitar uma gasosa em troca da não cobrança da taxa de 1500 ou 500kz no bairro, de um ou de outro vizinho, amigo e/ ou parente. Quem vai controlar estes cobradores de taxa que possivelmente irão bater porta á porta,

das áreas sem electricidade, para obrigar o cidadão a cumprir com o seu dever e ajudar a "manter a cidade limpa"? São estes fiscais (corruptos) que temos que combater, além dos dirigentes.

Quanto ao dirigente, refiro-me ao indivíduo que será responsável de gerir o dinheiro pago pelo cidadão da taxa de lixo para posteriormente pagar as empresas de recolha de lixo e saneamento básico. Agora que vamos pagar, o cidadão tem de ter a amabilidade de reclamar, de exigir seriedade e trabalho. Temos de denunciar a gestão danosa e a corrupção dos dirigentes. É muito dinheiro que estará em jogo, se multiplicarmos o número de cidadãos/famílias com a quantia que nos está a ser imposta, vocês me entenderão. Alguém vai ficar gordo com esta 'massa'.

Por isso, luandenses, não luandenses, angolanos e estrangeiros residentes na capital do país, nós temos de perder o medo e ganhar coragem de denunciar e pedir que os dirigentes prestem contas sem faltar à verdade. Estão a mexer nos nossos bolsos, a cada dia que passa estamos a pagar cada vez mais impostos e a ficar cada vez mais pobres, já que o "ca-salário" não cresce, nem pondo adubo ou regando constantemente.

8.37 Luanda já tem modelo de limpeza urbana

Jornal de Angola
28 De Abril de 2016
Texto: Kumuênho

O Conselho de Ministros aprovou ontem o novo modelo de limpeza urbana de Luanda e o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento da Taxa dos Serviços de Limpeza e Saneamento. A aprovação dos diplomas abre caminho para a assinatura de contratos com as empresas que vão operar no sector do lixo em regime de concessão.

Em conferência de imprensa, o secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, que coordena o grupo técnico da Comissão para a elaboração do novo modelo de limpeza da cidade de Luanda, disse que em relação à versão apresentada a semana passada nas comissões Económica e para Economia Real, o conjunto de diplomas ontem aprovados tem como principal nota de destaque a redução em praticamente 60 por cento do valor proposto para a taxa de limpeza e saneamento, especialmente para a doméstica.

"O Conselho de Ministros aprovou com uma redução drástica da proposta inicial que estava

baseada precisamente num número que corresponde ao custo global para a limpeza da cidade de Luanda, mas

recebemos do Presidente da República a orientação de que, tendo em conta a situação económica e social dos agregados familiares, devíamos proceder à redução nos valores inicialmente avançados.' Em breve faremos o anúncio dos valores exactos dessa taxa", declarou Syanga Abílio. O secretário de Estado entende que agora com o diploma aprovado, há que proceder a acertos com as empresas que foram seleccionadas para implementar o novo modelo de limpeza urbana de Luanda. "Vamos fazê-lo, até porque os contratos de concessão já foram negociados com as empresas e, como sabem, elas vão actuar como operadoras concessionárias".

Papel das operadoras

Syanga Abílio disse que se pretende que as empresas actuem no sector do lixo numa perspectiva diferente da que foi dada até agora.

"No novo modelo, as operadoras é que vão trazer o financiamento, não só para custear a recolha, mas também as infra-estruturas necessárias para apoiar a gestão integrada dos resíduos sólidos", disse Syanga Abílio, referindo-se aos três aterros sanitários, um deles para resíduos industriais e de construção, e ainda dez estações de transferência ou triagem, e 46 pontos de transferência.

O novo modelo de limpeza e saneamento de Luanda tem a cobrança como um "pilar importante", que vai ajudar a reduzir ainda na fonte a produção de resíduos. Com excepção dos municípios de Icolo e Bengo e Quiçama, os demais municípios de Luanda já têm definidas as operadoras. "Praticamente já foram identificadas cinco empresas que vão ser as operadoras concessionárias para cada um dos municípios que nesta perspectiva passam a considerar-se concessões", assinalou.

Novo quadro

Syanga Abílio insistiu na questão das empresas como elemento diferenciador do novo modelo de limpeza e saneamento de Luanda. "Acapital já experimentou vários modelos de limpeza e saneamento e mesmo assim continuamos a não ter uma cidade agradável em termos de gestão dos resíduos, daí ter o Presidente da República criado essa comissão desde Outubro do ano passado para elaborar um plano que ajudasse a reduzir os encargos financeiros do Estado, tendo em conta precisamente a situação de crise com a queda do preço do petróleo".

Segundo o coordenador do grupo técnico da Comissão para a elaboração do novo modelo de limpeza da cidade de Luanda, foi atendendo a essa preocupação do Presidente da República que se definiu que as empresas que vão executar o plano são elas próprias responsáveis pelos investimentos a fazer tanto na recolha, como em toda a infra-estrutura necessária para apoiar o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos."O Governo vai emitir garantias soberanas para compensar esse financiamento", frisou.

No essencial, o novo modelo de limpeza urbana da província de Luanda contém um conjunto de princípios e medidas que visam garantir a gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos, a repartição de responsabilidades entre os sectores público e privado e a população. Visa também integrar os municípios, os distritos urbanos e outros órgãos da administração provincial, na fiscalização e controlo da gestão de resíduos.

O novo sector do Petróleo

O Conselho de Ministros aprovou ontem o projecto de Decreto Presidencial que procede ao reajustamento da organização do sector dos petróleos, e outro que introduz, na mesma linha, alterações ao estatuto orgânico da concessionária nacional de combustíveis, a Sonangol.

O primeiro, que resulta do trabalho aturado de uma comissão criada pelo Presidente da República, auxiliada por uma comissão técnica' define um novo quadro institucional desenhado para aumentar a eficiência e a rentabilidade, optimizando os investimentos e a sustentabilidade das reservas de petróleo e gás natural.

Em relação aos estatutos da Sonangol, foi introduzido na orgânica da companhia uma Comissão Executiva, com o propósito de dotar essa empresa estratégica de uma estrutura de gestão alinhada ao modelo adoptado. O Conselho de Ministros apreciou uma proposta de lei das expropriações, um diploma que define os procedimentos a observar nos processos de expropriações por utilidade pública, realizadas por órgãos competentes da Administração Pública. Essa lei vai ser remetida à Assembleia Nacional.

Na mesma linha, foi aprovado o diploma que regula as regras, procedimentos e critérios a seguir pelos órgãos da administração pública e autónoma no processo de realojamento de comunidades e agregados populacionais residentes em áreas objecto de requalificação e reconversão urbana. A finalidade desse diploma é acautelar, por um lado, a prossecução do interesse público, e a protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, por outro.

Contratação pública

No âmbito da regulamentação da Lei dos Contratos Públicos, com vista a assegurar a sua eficaz aplicação, o Conselho de Ministros apreciou vários diplomas que concorrem para dar estabilidade aos contratos. Entre os diplomas apreciados constam os regulamentos aplicáveis à formação e execução de acordos-quadro, ao cadastro e certificação de fornecedores do Estado, à declaração de bens e rendimentos, e a declaração de imparcialidade, confidencialidade e independência na formação e execução dos contratos públicos.

Na mesma linha, foram apreciados os regulamentos sobre a taxa a cobrar pela disponibilização das peças dos procedimentos de contratação pública e um outro sobre os cadernos de encargos-tipo para empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e de serviços.

Análises laboratoriais

O Conselho de Ministros aprovou um diploma legal que institui a obrigatoriedade de sujeição a análises laboratoriais de produtos destinados ao consumo, tais como alimentos, aditivos alimentares, bebidas, medicamentos para uso humano e veterinário, cosméticos, brinquedos, fertilizantes, pesticidas, sementes, entre outros, com o objectivo de garantir um maior controlo e fiscalização destes produtos. O mesmo diploma também cria a Rede Nacional de Laboratórios de Controlo de Qualidade e define as regras a observar quanto à coordenação dos laboratórios encarregados das análises.

No sector da Cultura, o Conselho de Ministros aprovou o regulamento da Lei dos Direitos de Autor e Conexos, que estabelece as regras e procedimentos relativos à organização e exercício da actividade das entidades de gestão colectiva, entendidas como pessoas colectivas privadas dotadas de personalidade jurídica e constituídas sob a forma de cooperativas ou sociedades civis.

Tratados bilaterais

Em matéria de política externa, a sessão do Conselho de Ministros foi marcada pela aprovação de vários

tratados bilaterais que versam sobre questões de facilitação de vistos em passaportes ordinários, com Moçambique, cooperação e facilitação de investimentos com o Brasil, país com quem Angola também tem outro acordo sobre promoção de investimentos nas áreas da Indústria, Agricultura, Energia e Serviços. Foram ainda aprovados os tratados bilaterais sobre pesca e aquí cultura que Angola assinou com Cuba e com a Argentina.

8.38 A taxa do lixo foi reduzida em mais de 50 por cento

Jornal O País

28 De Abril de 2016

O que consiste o Plano de Limpeza aprovado ontem pelo Executivo?

Foi aprovado o Novo Modelo de Limpeza da província de Luanda. Este novo modelo tem como conceito a gestão integrada dos resíduos sólidos, que implica a implementação de toda a cadeia de valor sobre os resíduos, ou seja, desde a recolha, transporte, armazenamento, tratamento e deposição final que são os aterros sanitários. Portanto, esta é a metodologia aplicada a uma gestão integrada dos resíduos. Com a implementação deste método, podemos reduzir drasticamente a produção dos resíduos já na fonte. Como sabe, a nossa cidade de Luanda já experimentou vários modelos, mas a verdade é que a nossa cidade continua a não ser limpa. Como se não bastasse, a queda do preço do petróleo trouxe também um grande problema. A rubrica sobre a produção dos resíduos sempre dependeu do Orçamento Geral do Estado e, com a redução do OGE, várias empresas praticamente abandonaram o sector, porque os custos superaram as receitas. Então, o negócio para eles tornou-se inviável. Algumas destas empresas até foram praticamente capitalizadas com os recursos do Estado e levaram até equipamentos como contentores, levando hoje a população e os agregados familiares a depositarem o lixo no chão. Por isso, com esta situação, foi criado por Despacho Presidencial, a partir de Outubro do ano passado, um grupo para a elaboração do novo Plano. Esta comissão é que apresentou recentemente ao Conselho de Ministros o novo modelo de limpeza da cidade de Luanda.

Recentemente a Assembleia Nacional não havia aprovado um outro documento para o efeito? Penso que deve estar a referir-se a Lei 08/5, que aprova a taxa do serviço de limpeza e de saneamento. Mas estas taxas, conforme está escrito na Lei, estão indexadas à energia eléctrica, mas não definem o

modelo. Portanto, este diploma apenas falava sobre a taxa de limpeza e de saneamento.

Como é que será feito o pagamento da nova taxa?

É exactamente aquilo que estou a dizer. As pessoas vão pagar a taxa de limpeza junto com a factura da energia eléctrica. Ao receber esta factura, receberá também uma outra factura anexa do lixo. As duas facturas são emitidas pela Empresa de Distribuição de Energia. A população vai pagar a sua taxa de lixo indexada à energia eléctrica.

Como fica a situação daquelas pessoas que não pagam a energia eléctrica?

Aqui há duas questões: aquelas pessoas que não estão ligadas à rede pública de energia, portanto, estes irão pagar a sua taxa através de uma cobrança que será feita porta-a-porta. A empresa operadora neste município vai apresentar uma factura com as indicações bancárias para onde você poderá depositar a sua taxa. Agora, aqueles que estão ligados à energia eléctrica vão receber as facturas que nós há pouco nos referíamos. Os que não podem pagar ou não querem, por algum motivo, primeiro vai existir a multa. Se não pagar depois da multa, a energia poderá ser cortada para ele poder pagar a sua taxa de energia. Os que não tiverem energia eléctrica vão funcionar com outros mecanismos coercivos de acordo com a lei.

Qual será a tarifa do 140?

Como sabe, há dias foi apresentada uma proposta e ela está baseada num princípio de encontrar receitas que correspondam ao custo da limpeza da cidade de Luanda. Mas o camarada Presidente José Eduardo dos Santos, tendo em conta a situação económica e financeira das nossas famílias, dos agregados familiares, orientou no sentido da redução destas taxas. Esse trabalho foi feito e hoje a orientação é reduzir por mais de 50 por cento as propostas que foram apresentadas. É uma redução que este diploma vai sofrer.

Em que se baseou o preço das tarifas?

O critério, numa situação normal diríamos que seria um trabalho saturado, o levantamento de todas as pessoas e habitações em Luanda seria necessário, até saber a composição dos nossos agregados familiares; a tipologia das nossas casas e assim teríamos critérios justos para poder atribuir as taxas. Nas condições que vivemos em Luanda foram avaliados alguns critérios, até os que incluem o salário mínimo das pessoas, o local de residência e a necessidade de ter infraestruturas de saneamento ou não. São estes os critérios que foram avaliados e foi assim que

estratificamos este lixo em função do local de residência de cada agregado familiar e atribuímos as taxas.

Os valores não serão os mesmos?

Os valores serão inferiores se compararmos com a primeira proposta.

Quem vive no Kilamba terá sempre um valor diferente em relação aos que vivem em Cacuaco ou Viana?

Exactamente. O casco urbano e alguns condomínios, independentemente da sua localização na cidade de Luanda, irão pagar um valor diferente do que a pessoa que vive em Cacuaco, Cazenga, Viana e Belas. Os que vivem nos municípios da Quiçama e Icolo e Bengo pagarão também valores inferiores.

Disse numa entrevista que as operadoras serão ao mesmo tempo investidoras. Como é que este processo será feito?

No modelo antigo, as empresas que trabalhavam na limpeza da cidade de Luanda eram meramente prestadoras de serviço e remuneradas no final de cada mês. Na nova modalidade, tendo em conta a crise que estamos a atravessar, encontramos um modelo que reduzisse os encargos do Estado. É assim que

elas vão entrar, mas na condição de financiadoras também. Vão trazer o financiamento externo para poder financiar o sistema de recolha e os investimentos necessários.

Refiro-me às infraestruturas de apoio ao modelo. Em contrapartida o Estado vai disponibilizar as garantias soberanas.

As empresas limitar-se-ão a recolher o lixo ou vão fazer mais do que isso?

A gestão integrada é exactamente isso, introduzir na cadeia processos de tratamento, de aproveitamento e de valorização. Portanto, não se vão limitar apenas na recolha, transporte e na deposição final. Como sabe, os resíduos podem ser reutilizados, reciclados e monetizados.

Como ficará o processo de reciclagem do lixo, que tem trazido benefícios em muitos países? Passa pela educação dos agregados. A população tem que se preparar para a recolha selectiva, o que quer dizer que você, ao depositar o seu lixo, tem que ter um saco para o papel, outro para o vidro e um outro para o plástico. Significa dizer que esta recolha

selectiva vai permitir desenvolver a indústria de reciclagem. É exactamente o que se pretende no quadro do novo modelo.

Há empresas viradas para este sector no país?

De uma forma tímida começam já a aparecer empresas neste sector, mas elas precisam exactamente de matérias-primas. E elas saem desta recolha selectiva. Já existem algumas destas empresas, temos visto algumas nas várias feiras que acontecem, utilizando material reciclado e reutilizável. O que queremos é que isso seja feito em grande escala e beneficie as populações. A indústria da reciclagem pode gerar vários postos de trabalho para a juventude, mulheres, etc.

Qual é a capacidade das empresas que vão limpar Luanda?

São empresas idóneas. Como sabe, nós lançamos concursos. A Lei da Contratação Pública define quatro modalidades. Lançamos concursos com procedimentos de negociação, que foi a modalidade utilizada. São empresas conhecidas pela sua capacidade técnica e financeira que foram convidadas a participar neste concurso.

Quantas empresas vão trabalhar em Luanda?

Numa primeira fase, queremos atribuir a cada município um operador concessionário. Portanto, sendo cinco municípios principais, já foram identificadas cinco empresas. Mas Luanda não tem só cinco municípios. O diploma é extensivo ou apenas limita-se à província de Luanda? Este diploma limita-se à província de Luanda, mas o modelo em si pode ser aplicado a qualquer província do nosso país, bastando apenas adaptá-lo. Cabinda também já está a adoptar uma taxa. Baseou-se neste documento?

Eu não vi o documento da província de Cabinda, mas acho que se estão a pensar na cobrança desta taxa é legítimo. É importante, tendo em conta a fase difícil que vivemos. É uma via que eles podem adoptar para resolver o problema do lixo.

Como ficou a questão dos sacos plásticos?

Normalmente, o saco de plástico é uma matéria não degradável. Nós pretendemos desencorajar o uso destes sacos. Portanto, o modelo defende a introdução de embalagens sustentáveis e biodegradáveis. Tudo isso vai ser implementado, mas levará o seu tempo para a introdução de fábricas de embalagens. A partir do momento que se começa a introduzir novos hábitos, estas embalagens

consideradas sustentáveis existem a nível da indústria tanto mundial como nacional.

O que estão a fazer para consciencializar as pessoas a pagarem o lixo?

As pessoas não estão habituadas a pagarem o lixo. Mas assim como foi aprovado o documento, tem que se fazer campanhas de sensibilização para que as pessoas entendam a necessidade de pagar a sua taxa de lixo. Aliás, em Luanda basta ver o número de mortes que têm estado a acontecer por causa do lixo. Como sabe, o grande causador da malária ou do paludismo tem o seu habitat no lixo. Portanto, é extremamente importante equacionar este problema do lixo na cidade de Luanda.

8.39 Falta de Iluminação preocupa cidadãos

Jornal de Angola

27 De Abril de 2016

Texto: Arcângela Rodrigues

A falta de iluminação pública continua a ser uma das preocupações dos munícipes de Luanda, porque caminhar a pé ou de carro exige muito cuidado devido ao risco de atropelamento e de acidentes de viação.

Numa ronda feita pela reportagem do Jornal de Angola constatou-se que na maior parte da cidade, zonas da Samba, Chicala, estrada de Catete, Boavista, Sambizanga, Congolenses, Talatona, Camama entre outras, os postes de iluminação pública estão às escuras.

No percurso entre Luanda e a Centralidade do Kilamba nas vias de acesso como a zona do Patriota, Benfica, Auto-estrada, Viana e Zango o cenário é igual. Mesmo no meio da escuridão existem pontos em que os postes de iluminação pública acendem a conta-gotas, insuficiente para iluminar a marcha dos automobilistas e de quem caminha a pé.

Além de ser a causa de muitos acidentes, a escuridão protege os assaltos na centralidade do Kilamba e nas áreas adjacentes.

8.40 Operadoras de limpeza com moratória de quatro meses

Jornal O País

29 De Abril de 2016

Texto: Dani Costa

As principais operadoras que irão limpar a província de Luanda nos próximos tempos terão solicitado ao Executivo angolano uma moratória de quatro meses para conseguirem juntos dos bancos o dinheiro necessário para as suas operações na capital do país.

Baseado num modelo de gestão solidária, descentralização e participação público-privado, o novo plano de limpeza de Luanda contará com os préstimos de empresas como a Odebrecht Angola, Vista Waste Management, Queiroz Galvão, Engevia e a Nova Ambiental. Ao contrário das modalidades anteriores, em que as empresas eram apenas prestadoras de serviço, as firmas acima mencionadas utilizarão os dinheiros obtidos para financiarem a própria actividade, à luz dos acordos estabelecidos com o Executivo angolano.

Uma fonte ligada ao processo assegurou a O PAÍS que "nas ofertas que estas empresas fizeram, elas próprias asseguraram isso".

"Na realidade são sete operadoras que têm garantida a sua participação no processo de limpeza da cidade de Luanda. Mas pediram os quatro meses para que conseguissem junto dos bancos os respectivos financiamentos e com isso auto-financiar o próprio sistema", contou. Na entrevista publicada ontem por este jornal, o secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, reconheceu que estas empresas "vão trazer o financiamento externo para poder financiar o sistema de recolha e os investimentos necessários".

Os investimentos, segundo Syanga Abílio, compreendem "as infra-estruturas de apoio" ao novo modelo de limpeza. "Em contrapartida, o Estado vai disponibilizar as garantias soberanas", concluiu na edição da passada Quinta-feira, 8.

Apesar de algumas das empresas serem de direito angolano, as seleccionadas contam também com experiências nas áreas de recolha e tratamento de resíduos implementados em outros países. Com forte implementação no país, a Odebrecht é a mais conhecida entre as empresas anunciadas recentemente pelo governador da província de Luanda, Higinio Carneiro. O grupo brasileiro começou as suas operações na área da recolha e tratamento de resíduos no seu país de origem, Brasil, e criou em 2008 o braço Odebrecht Ambiental.

A Odebrecht Angola ocupou-se durante alguns anos da limpeza de algumas artérias da capital. Possuía um estaleiro no conhecido Largo das Escolas.

Já a construtora Engevia, homónima de uma construtora no Brasil, tem negócios nas áreas de infra-estruturas, engenharia civil, óleo e gás e obras de arte.

Segundo o site da instituição, na área do saneamento a Engevia esteve até ao momento ligada à limpeza de partes dos municípios de Cacucaco (área FI), Cazenga un), Viana, e Luanda, e nos municípios do Sumbe e Wako Kungo, no Kwanza-Sul. O seu portfólio inclui ainda a cidade do Uíge, na província com o mesmo nome.

Também com um condão brasileiro está a construtora Queiroz Galvão, oriunda de Pernambuco, mais conhecida pela sua experiência nas áreas da mobilidade urbana, habitação, logística e estradas.

É através do Vital Engenharia Ambiental que Queiroz Galvão actua neste segmento em território brasileiro. Desconhece-se se, à semelhança da Odebrecht, terão a sua própria unidade de limpeza.

A construtora portuguesa Mota Engil entra no novo modelo de limpeza através da Vista Waste Management, uma empresa em que actua por intermédio do Grupo SUMA, que durante alguns anos foi dirigido pelo ex - ministro português das Obras Públicas, Jorge Coelho.

Além da construtora portuguesa, a SUMA é detida parcialmente pelos espanhóis da Urbaser.

Com operações em países africanos como Moçambique e Cabo Verde, sul-americanos como o Brasil e Omã, no Médio Oriente, o grupo SUMA (Mota Engil e Urbaser)

Apresenta-se como uma empresa com forte experiência na recolha, gestão e tratamento de resíduos. Durante o consulado de Francisca de Espírito Santos, a sua empresa Vista Waste Management inaugurou um Centro de Educação Ambiental em Luanda. É com estas e outras experiências que se espera que sejam bem-sucedidos na nova tarefa de limpar o município de Belas.

8.41 Estados definem gestão do Okavango

Jornal de Angola

Texto: Lourenço Bule

29 De Abril de 2016

A Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM) concluiu ontem, em Menongue, o encontro para estudar os mecanismos de gestão partilhada sustentável e equitativa da bacia do rio Cubango.

Integrada por Angola, Namíbia e Botswana, a comissão procurou encontrar respostas sobre a forma como cada país membro deve contribuir na gestão da biodiversidade e no apoio a ser dado às comunidades que vivem ao longo da bacia do rio Cubango, desde a sua nascente na província do Huambo (Angola) até ao delta de Okavango (Botswana).

No encontro, que durou dois dias, os três países procuraram estabelecer interligações entre o Plano de Acção Nacional (PAN), de Angola, e o Plano de Acção Estratégica da bacia hidrográfica do rio Cubango, bem como explorar a avaliação dos benefícios da cooperação sobre a referida bacia.

O vice-governador provincial do Cuando Cubango para o sector político e social, Pedro Camelo, ao discursar na abertura do seminário, realçou que as questões a serem abordadas enquadram-se no âmbito dos compromissos de Angola, Botswana e Namíbia, com intuito de garantir uma abordagem coerente sobre a gestão da bacia hidrográfica rio Cubango.

Pedro Camelo indicou que a gestão da bacia hidrográfica rio Cubango só poderá ter sucesso mediante uma visão conjunta dos membros da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango, envolvendo representantes de distintos seguimentos sociais, utilizadores de recursos naturais e investigadores de desenvolvimento.

Pedro Camelo lembrou que a Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango foi estabelecida pelas repúblicas de Angola, Botswana e Namíbia num espírito de cooperação regional, com o propósito de aconselhar os Estados membros sobre os assuntos de interesse comum sobre a bacia hidrográfica, sua conservação, desenvolvimento e utilização sustentável dos recursos hídricos no Cubango-Okavango.

"O acordo celebrado estabelece a promoção e gestão dos recursos hídricos da bacia do Okavango, com vista a assegurar um desenvolvimento sustentável e

garantir a melhoria das condições de vida das populações e preservação da integridade dos ecossistemas", concluiu Pedro Camelo. O coordenador da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango em Angola, Carolino Mendes, disse que o encontro permitiu que os Estados membros tenham decisão e visão partilhadas sobre estratégias e programas a serem implementados para o desenvolvimento e crescimento equitativo, sustentável e ambientalmente saudável.

Carolino Mendes disse ser necessário que os Estados membros identifiquem melhores práticas para garantir a segurança alimentar e o abastecimento de água, para contribuir para a redução da pobreza, criação de políticas e abordagens ambientais.

"Em 22 anos de existência da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango, Angola, Namíbia e Botswana têm desenvolvido programas em conjunto que visam apoiar as comunidades que vivem ao longo da bacia do Okavango", disse, Carolino Mendes, para quem a bacia do Okavango, situada no Cuando Cubango, está pouco desenvolvida por causa do conflito armado que assolou o país, e por isso urge partilhar ideias com os restantes países para avançar com o projecto.

Participaram no encontro representantes dos governos das províncias do Cuando Cubango, Bié e Huambo. Durante dois dias foram debatidos temas relacionados com o processo, programa, espaço de desenvolvimento e visão da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango, resultados das consultas com as entidades intervenientes a nível dos três países, integração dos resultados a nível nacional e regional.

8.42 Empresa de Águas justifica os cortes no abastecimento

Jornal de Angola

29 De Abril de 2016

Texto: António Gonçalves

A realização de trabalhos profundos de desassoreamento do canal do açude do rio Catumbela, em toda a sua extensão, é um dos principais factores que motivaram a Empresa de Água e Saneamento a interromper hoje, de forma total, a distribuição do produto à província de Benguela. A Empresa de Águas e Saneamento de Benguela esclarece em comunicado que a interrupção, para além do desassoreamento, é motivada igualmente por trabalhos de cortes da

vegetação nas bordas e interior do canal e da reposição de terra na ravina provocada pelas últimas enchentes do rio Catumbela.

A Empresa de Águas e Saneamento de Benguela refere que a limpeza da câmara de bombagem da Estação de Bombeamento de Água Bruta e a inspecção e asseio da linha de transportes de electricidade de 30 KVA são acções que concorrem para a medida. Com a referida medida, a empresa pretende melhorar o escoamento de água pelo canal, garantir o volume suficiente para o processo de produção e fornecimento contínuo do produto à população em quantidade e qualidade exigidas.

A Empresa de Águas e Saneamento de Benguela informa que durante a interrupção total no processo de produção e distribuição de água vai ser efectuada a inspecção dos quadros eléctricos e a limpeza do poço de sucção da instituição, numa operação em que estão envolvidos mais de mil trabalhadores e máquinas pesadas.

8.43 População recusa e revolta-se com taxa de lixo

Jornal O Crime

30 De Abril de 2016

Texto: Glória Alberto

O estudante do 4.º Ano do curso de Ensino da Língua Portuguesa, pelo ISCED, Osvaldo Andrade, defende que "não deve ser aprovada tendo em conta subida da cesta básica. Eles assistem ao filme na sala VIP, o salário mínimo agora devo chamar 'cochito', pois, fazendo as contas, nem para o táxi mensal chega. Por que pagar por uma coisa que eu nem sei para onde vai os tais dinheiros? Por outra, a ELISAL é uma empresa pública, por isso, no OGE 2016 também foi brindada".

Francisco Clemente Pires, formado em Ensino da Língua Portuguesa, também pelo ISCED, diz "não" à aprovação da taxa, nos moldes em que se coloca, pois, para ele, não se deve tirar a quem não tem, assim como não se discutiu com os cidadãos. "Não nos moldes em que se coloca em nas circunstâncias em actuais não se pode tirar a quem não tem", contesta.

Não obstante isso - diz - a distribuição da água e da luz poderia ser melhorada se o Governo impusesse a este organismos um sistema de distribuição que permita a todos o conhecimento do que consome, devendo, por isso, apenas pagar pelo que consome. "É mais, não se discutiu com os cidadãos, não se está a informar os visados como deve ser. Pagamos água e

luz que não consumimos em condições! Quando os nossos frescos estão em estado de putrefacção, não somos indemnizados. E como é óbvio, se não há luz, não há água, não se paga nada".

Ana Pedro, ao contrário dos dois primeiros entrevistados, afirma que deve ser cobrada, devido ao contexto actual. "Não deve haver uma resposta linear para esta questão, num primeiro momento, mas deve ser cobrada porque todos os modelo de recolha e tratamento aplicados, ao longo do tempo, esbarraram com dificuldades para pagar os operadores. Ora, isso vai ser tentado pela primeira vez para se tentar uma nova experiência, dando o benefício da dúvida ao poder público".

A entrevistada pondera para existência de impostos municipais, "num segundo momento, nós não temos impostos municipais, porque, do ponto de vista ideal, isso estaria intrinsecamente ligado à 'autarquização' do país. A explicação para isso é exaustiva, mas, em duas palavras, só quem é eleito exige semelhante esforço dos munícipes. Se essa cobrança for definida como um imposto municipal, então estar-se-á diante de um precedente em que todos os governadores podem pedir que se legislem impostos para as suas províncias".

Lei ordinária a ser violada

Shafu Fernando, 36 anos, professor de língua portuguesa, por sua vez, disse que a taxa é contra a lei. "A lei não prevê um pagamento superior a 15 UCF, não é correcto que se apliquem preços exorbitantes. Se 1UCF equivale a 88,00, é só efectuar o seguinte cálculo: 15 x88= I 320. A ser assim, não é justo que tenhamos taxas altas Por outra, a ver-se pelo salário mínimo da função pública, não dá margens para o pagamento do lixo. Ou vou pagar o lixo ou compro comida, se o que ganho já é miséria", comenta.

Para outro estudante, Pedro Álvaro, "a aprovação desta taxa seria mais um empecilho a enfrentar por parte das populações. Ora, vejamos, a maior parte do no so povo tem dificuldades económicas sérias".

Lembrar que foi numa conferência de imprensa, realizada nas instalações do Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA), Cidade Alta, que, na sua introdução, o governador de Luanda Hígino Lopes Carneiro, anunciou que o valor das taxas de saneamento básico será estratificado e passará a ser cobrado através da factura de energia eléctrica, tendo, depois, avançado o valor das mesmas.

"Irá de 500 kwanzas, para os municípios mais periféricos, como Cacuaco e Quissama, a 1.500; nas zonas como o Benfica, 10 mil, para os distritos urbanos, e 15 mil, nos condomínios. As empresas pagarão conforme a sua dimensão, sendo que as pequenas desembolsarão entre 15 mil e 20 mil kwanzas, as médias, 30 mil; e as grandes, 150 mil", informou.

Embora tenha sublinhado que o anterior modelo de recolha de lixo "fracassou", essas medidas foram submetidas à aprovação da Comissão Económica do Conselho de Ministros, que se deverá debruçar sobre elas em breve. Disse ainda que o instrumento para a cobrança dos resíduos sólidos era o imposto público-urbano, mas que "não era possível, porque muitos não são proprietários das casas".

Porém, foi garantido, na conferência, que as empresas de recolha de lixo contratadas pelo Governo de Luanda entrariam em funções ainda em Abril. 'A Odebrecht irá operar em Cacuaco. A Queirós Galvão, por sua vez, em Luanda", disse, tendo citado ainda a Visa Oeste, Nova Ambiente (Viana), ELISAL (Cazenga) e Egenvia.

Relativamente aos assuntos, distribuição de energia e água, Higinio Carneiro disse, no decorrer da conferência, que, a partir de Junho, teremos mais energia, através de Cambambe e Soyo. Disse ainda que possivelmente, até 2019, resolver-se-á a questão da água e disse, finalmente, estar aprovado a entrada de 22 mil funcionários na função pública.

Quanto ao caso da Pediatria onde, diariamente, morrem dezenas de crianças, disse que a mesma depende do Ministério da Saúde, e não do Governo. "Contudo, o meu desejo não é que morra crianças. Pelo contrário, estamos a procurar dar soluções a isso", disse.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Violência doméstica tende a aumentar

Jornal de Angola
5 De Abril de 2016

Cerca de uma dezena de actos de violência doméstica ocorreram no primeiro trimestre deste ano no município de Ambaca, anunciou ontem a responsável da secção da Família e Promoção da Mulher da administração local, Teresa Miguel da Silva.

Entre os 13 casos registados, mais quatro do que no período homólogo do ano passado, destacam-se quatro de fuga à paternidade e igual número de incumprimento de pensão de alimentos. Teresa Miguel da Silva fez notar que o aumento de casos notificados se deve ao facto de as vítimas estarem mais consciencializadas para a necessidade de efectuar a denúncia de situações de violência doméstica.

A responsável da secção da Família e Promoção da Mulher de Ambaca realçou que as vítimas tomaram consciência dos seus direitos e perceberam que o silêncio só protege os autores dos actos de violência doméstica. "Isto demonstra que há cada vez mais pessoas a reconhecerem que a melhor forma de resolução de conflitos familiares é mesmo o diálogo. E através dele que as pessoas se entendem e reconhecem que precisam melhorar em alguns aspectos", disse.

Teresa da Silva frisou que, apesar da mudança de mentalidade, o trabalho de consciencialização deve continuar, porque ainda há mulheres que receiam sofrer represálias se denunciarem os maus tratos de que são vítimas pelo cônjuge. A responsável mostrou-se preocupada com o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, por ser uma das principais causas de violência doméstica.

9.2 Marginais aterrorizam Sapú II

Jornal O País
6 De Abril de 2016
Texto: Milton Manaça

Os moradores da Sapú II, no município de Belas em Luanda, mostram-se preocupados com a onda de delinquência que se tem verificado nos últimos meses neste bairro.

Assaltos a mão armada, violações sexuais e roubo de viaturas são as ocorrências que mais preocupam os moradores, que viram o pânico apoderar-se do bairro com o assassinato a tiro do jogador do Porcelana do Kwanza Norte, José Gomes (Zezão), na passada semana. Santos Oliveira é uma das vítimas dos assaltantes da Sapú II que viu uma arma de fogo apontada no seu abdómen quando dirigia-se a casa em companhia da mãe, Neste dia, Santos perdeu os documentos, telemóveis e o dinheiro que levava tendo dito que só não perdeu a vida porque não ofereceu resistência no momento em que foi revistado pelos delinquentes.

Em Março último, dois vizinhos foram interceptados à porta de casa quando tentavam estacionar no quintal logo à chegada do serviço. Para facilitar a fuga, de acordo com este morador, os assaltantes fazem-se transportar de motorizadas, principalmente quando se trata de roubos de viatura.

Mansampo Kuti, residente na Sapú desde 1985 disse que muitos delinquentes são jovens e adolescentes locais, que em sintonia com os marginais provenientes de outras paragens têm causado desmandos em residências e estabelecimentos comerciais.

Mansampo apontou como cúmplices dos marginais os próprios pais que os encobrem apesar de terem conhecimento das atrocidades pelos mesmos praticados.

A esquadra policial mais próxima situa-se perto, cerca de dois quilómetros do bairro, por isso o morador sugeriu a implantação de esquadras móveis e um policiamento de proximidade na zona para inibir os marginais.

Disse ainda ser urgente a resolução do problema da iluminação pública, já que segundo referiu, tornou-se complicado sair de casa antes das 6h da manhã por causa da escuridão reinante durante a noite e a madrugada.

Zezão, foi morto à frente da casa da senhora Maria Zua, que vive no bairro há cerca de 10 anos. Antes apenas ouvia falar de assaltos e mortes em outras ruas, mas desta vez teve a infelicidade de ouvir os tiros que vitimaram mortalmente o jovem sem poder fazer nada para o ajudar.

"Os tiros começaram às 3h, mas ninguém teve coragem de sair. Quando eles se foram, já próximo das 5h, encontrámo-lo já estendido no chão e sem vida", disse Maria.

Desde que vive na Sapú os marginais já furtaram da sua casa uma botija de gás butano, mas diz que o

facto mais marcante foi a violação de uma jovem que foi interpelada pelos marginais quando saía da escola.

Muitos interlocutores ouvidos por OPAÍS recusaram ser fotografados por temerem possíveis retaliações da parte dos marginais que se presume serem moradores do próprio bairro.

9.3 Casos de violência doméstica registaram baixa na província

Jornal de Angola

19 De Abril de 2016

Texto: Victor Pedro

Um total de 57 casos de violência doméstica foram registados durante o primeiro trimestre deste ano, disse ontem a chefe de departamento de promoção da direcção da Família e Promoção da Mulher no Cuanza-Sul.

Evalina Tcheia disse que os resultados alcançados durante este período têm a ver com o impacto da divulgação da Lei contra a Violência Doméstica, que traz medidas punitivas para aqueles que a violam. "No primeiro trimestre houve uma diminuição significativa de casos em relação a igual período de 2015, em que foram notificadas 96 ocorrências".

Esta diminuição foi alcançada, disse Evalina Tcheia, porque a direcção da Família e Promoção da Mulher realiza várias palestras, workshops, encontros, debates radiofónicos, entre outras acções de divulgação da lei.

Apesar destas campanhas, a Direcção Provincial registou durante o período em balanço quatro crimes de violência física, 33 de carácter económico, 19 de fórum psicológico e um de abuso sexual, perfazendo num total de 57 casos.

Evalina Tcheia mostrou-se satisfeita com a mudança de mentalidade por parte da população, dada a sua participação massiva às actividades de controlo dos casos de violência contra os membros da família.

Os municípios do Sumbe, Porto Amboim, Libolo e Amboirn são os que apresentaram o maior índice de casos de violência doméstica, daí trabalhos de sensibilização vão ser reforçados naquelas localidades, disse Evalina Tcheia, que salientou igualmente que o referido centro de aconselhamento está também preocupado com algumas denúncias efectuadas recentemente por munícipes de Porto Amboim e Ebo sobre registos de casos de violência contra menores de idade.

Evalina Tcheia apelou às famílias para encararem o diálogo como a via mais acertada para se encontrar consensos na resolução dos problemas conjugais, sociais e económicos.

Para Evalina Tcheia, ainda existe no seio de algumas famílias o preconceito e receio de denunciar, principalmente naqueles casos em que as mulheres é que passam à condição de agressoras, situação que também preocupa a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher no Cuanza Sul.

9.4 Criminalidade baixou em Malanje

Jornal de Angola

22 De Abril de 2016

Texto: Adriano Sapalo

A Polícia não pode descansar, ainda que os números da criminalidade estejam reduzidos, disse, ontem, em Malanje, o comandante-geral da Polícia Nacional.

O comissário-geral Ambrósio de Lemos, que efectuou uma visita de trabalho de 48 horas à província de Malanje, disse que, embora em Malanje o índice de criminalidade tenha baixado no primeiro trimestre, os efectivos devem redobrar os níveis de operatividade para o contínuo reforço da ordem e tranquilidade públicas.

"A Polícia não pode descansar, ainda que os números estejam reduzidos em termos de criminalidade", declarou Ambrósio de Lemos, para quem a criminalidade não acaba, daí ser preciso a prontidão das forças policiais.

O comandante-geral da Policia Nacional disse que a afinação dos mecanismos de prontidão para a redução cada vez mais dos níveis de criminal idade é a meta dos órgãos policiais em todo o país.

A observância das normas policiais, da disciplina e da ética pelos efectivos foi realçada pelo comandante-geral, que salientou ser objectivo principal do trabalho da Polícia Nacional a prestação de um serviço com eficácia, celeridade, que prestigie a corporação e respeite os direitos dos cidadãos.

No entender de Ambrósio de Lemos, a celeridade no atendimento é "extremamente importante" para que a preocupação dos cidadãos seja atendida em tempo recorde. Sobre os eventuais casos de agentes subornados, o comandante-geral da Polícia Nacional declarou que há um combate cerrado ao fenómeno "gasosa", que já levou à despromoção de efectivos e até à demissão de alguns.

Ambrósio de Lemos declarou haver cidadãos que incentivam a prática por comodismo, para que não lhes sejam confiscados a carta de condução ou o livrete da viatura, preferindo aliciar o agente com alguns valores, um comportamento socialmente condenável.

Ambrósio de Lemos entregou, na quarta-feira, ao Comando Provincial de Malanje da Polícia Nacional dez viaturas, das quais cinco camiões de marca "Kamaz", cinco "Land Cruiser", e três motorizadas "Yhama XTX". Em Malanje, o comandante-geral foi recebido pelo governador provincial Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", e manteve um encontro com o juiz-presidente do Tribunal Provincial, Félix Sebastião, com quem abordou aspectos relacionados com a transição dos processos-crime.

Durante a sua visita a Malanje, Ambrósio de Lemos visitou o Comando Municipal de Malanje da Polícia, esquadras localizadas nos bairros Cangambo e Maxinde e a Unidade de Trânsito no bairro Vila Matilde.

9.5 Aumento de assaltos na rotunda do Camama

Jornal de Angola
25 De Abril de 2016
Texto: João Pedro

O aumento da delinquência na rotunda do Camama nos últimos dias é causado pela falta de iluminação pública. Os marginais são jovens que vão de outras zonas para realizar ali os seus actos criminosos.

As paragens dos táxis são os locais preferidos, onde aproveitam a distração dos passageiros, e muitos só se dão conta que foram assaltados depois de o táxi estar em andamento.

Esta situação tira o sossego a muitos trabalhadores e estudantes que têm de voltar a casa entre as 18h00 e 22h00. A situação deixa a população assustada.

Os cantineiros são as maiores vítimas destes assaltantes e a partir das 18h00 ninguém mais entra nestes estabelecimentos e o atendimento é feito na janela com muita desconfiança. A falta de policiamento em algumas zonas de Camama permite a proliferação das acções criminosas.

9.6 Apresentação de marginais opõe SIC e PGR

Jornal O PAÍS
27 De Abril de 2016

Os responsáveis falavam na Mesa Redonda sobre o tema "O Direito à Informação e o Segredo de Justiça", decorrida no Palácio da Justiça, no âmbito dos 37 anos da PGR e que juntou procuradores, representantes da Polícia Nacional, dos Serviços de Investigação Criminal e Jornalistas.

Eugénio Alexandre, o patrão do SIC, defende que os casos mediáticos e os que repugnam a sociedade, como os homicídios perpetrados em plena via pública, os seus actores sejam apresentados publicamente.

Para ele, este procedimento pode servir de exemplo e como factor de desencorajamento junto a outros cidadãos em enveredarem pela mesma via.

O homem forte do SIC defende a necessidade de se estipular mecanismo que salvaguardem os dois valores que estão em jogo, designadamente o segredo de justiça e o dever de informar o cidadão.

O director do SIC disse ser necessário que se designe um modelo de segredo de justiça que se adapte à realidade angolana e "discutir desapaixonadamente porque, fingindo-o como fizeram alguns países, não é o caminho certo".

Para ele, sempre haverá violação do segredo de justiça, de forma directa ou indirecta. Em resposta, João Maria de Sousa realçou que a apresentação de supostos marginais nos meios de comunicação social "é uma tese policial para mostrar ao público o trabalho que faz", acrescentando que não deve ser esse o caminho porque a prevenção criminal faz-se por via científica, através de estatística e análise das causas.

De acordo com João Maria de Sousa, a apresentação de supostos marginais tem contribuído para o aumento do nível de delinquência, tendo citado como exemplo os assaltos a bancos, porque, para si, existem muitos roubos que acontecem não por necessidade de aquisição de bens, mas porque os seus autores querem a todo custo ser conhecidos através dos órgãos de comunicação.

O magistrado realçou que não se deve usar termos comparativos porque cada país tem as suas leis e é por essas que Angola se deve guiar, e, sempre que questionada, a Polícia deve revelar ao cidadão que o suposto criminoso está na cadeia. O procurador-geral da República, João Maria de Sousa, disse ontem, em Luanda, que a criminalidade no país ainda não é assustadora, comparativamente a outros países, alguns dos quais mesmo vizinhos. Referiu que "os crimes sempre se cometeram em todas as sociedades, em todos os países, como não podia deixar de ser, no nosso país também se cometem muitos crimes". "Devo dizer que a criminalidade no nosso país ainda não é assustadora comparativamente ao que conhecemos de alguns países e alguns deles vizinhos", sustentou.

Indicou que se deve tomar conta da sua casa, realçando que "temos que lutar contra esta criminalidade, temos que arregimentar todos os meios, sejam eles legais, sejam ao nível de quadros, recursos humanos, de tecnologia, enfim, temos que fazer tudo para diminuir, quiçá, a avalanche de crimes que vão sendo conhecidos no dia-a-dia". Enfatizou que há uma série de outras medidas que devem ser tomadas, medidas sociais que concorrem para que alguns enveredem pela rota criminal.

Estudar O crime

Referiu igualmente, que se deve lançar mãos a estudos para identificar as verdadeiras causas que levam muitos jovens a enveredarem na senda da criminalidade. Sobre a realização da mesa redonda sobre "O Direito à Informação e o Segredo da Justiça" e se este assunto constitui uma preocupação da PGR, o procurador-geral da República respondeu negativamente. "O tema como tal não preocupa. Nós trouxemos o tema a debater por ser um tema de interesse nacional e com particular interesse para os órgãos de justiça e para os seus operadores", disse. Acrescentou, por fim, que para esse efeito "nós convidamos jornalistas, advogados, magistrados do Ministério Público e outros interessados para virem enriquecer o nosso debate, e eu acho que no fim saímos todos a ganhar porque todos tiveram a possibilidade de se pronunciar, de fazer ouvir a sua voz e de tirarmos conclusões positivas".

9.7 Mais de três mil crimes praticados com armas ilegais em 2015

Jornal O PAÍS

27 De Abril de 2016

Texto: Maria Teixeira

A posse ilegal de armas de fogo resultou na morte de 450 pessoas e 267 feridos no ano passado, declarou o ministro: Ele realçou o esforço que tem sido feito pelo Governo angolano na recolha de armas em posse de cidadãos civis para evitar novas fatalidades.

"Recolhemos mais de 100 mil e oitocentas armas, mas registamos que continua a incrementar-se o número de crimes com recurso a armas de fogo", disse Ângelo de Barros Veiga Tavares, realçou ainda que comparado a 2014, no ano passado registou -se um aumento de 835 casos.

Para Ângelo Tavares, a maior parte dessas armas foram recolhidas coercivamente no âmbito das actividades de rotina que a Polícia vem desenvolvendo.

O ministro disse que estão muito empenhados nesta fase de conclusão para a aprovação, pelo Governo, do regulamento da lei sobre as empresas privadas de segurança, bem como sobre a lei e o uso e posse de armas de fogo.

Em 2015, foram condenados 115 cidadãos por posse ilegal de armas de fogo, um número bastante reduzido, se comparado ao número de condenados em 2014, pelo que é intenção do ministério propor medidas punitivas mais apertadas, no âmbito da revisão do Código Penal em curso. "Ainda temos algumas debilidades no sistema de controlo das armas sobre responsabilidade dos órgãos de defesa, segurança e ordem interna, pelo que se recomenda a criação de mecanismos mais eficazes e modernos nessas áreas", reconhece o ministro titular do Interior disse ainda que serão analisados eventuais propostas sobre a fusão da comissão nacional para a materialização do programa de acção das acções Unidas sobre o comércio ilícito de armas ligeiras e de pequeno porte.

Quanto às empresas de segurança, a comissão aguarda pela aprovação do regulamento da lei das empresas de segurança privada, para iniciar o processo de retirada das armas de guerra em posse desses serviços.

9.8 Estudo determina causas de crimes

Jornal de Angola

29 De Abril de 2016

Texto: Edna Dala

A Procuradoria-Geral da República vai fazer um estudo profundo sobre a origem dos crimes violentos pouco habituais que são cometidos nos últimos tempos na sociedade angolana, anunciou ontem, em Luanda, o Procurador-Geral, João Maria de Sousa.

O estudo vai envolver juristas, psicólogos, antropólogos, sociólogos e criminologistas para determinar as causas e facilitar as acções de combate a esses crimes.

José Maria de Sousa, que falava durante o seminário internacional alusivo à "Semana da Legalidade", que encerra hoje sob o lema "PGR, 37 anos a promover o acesso à justiça e aos direitos fundamentais", disse que a proposta vai ser apresentada aos órgãos competentes para garantir a sua implementação.

Nos últimos tempos, têm surgido práticas de crimes pouco habituais, com uma carga de violência que tem provocado pânico na população.

Além de Luanda, foram realizadas actividades em todo o território angolano e visitas aos estabelecimentos prisionais para constatação da legalidade das prisões.

Parceria com INADEC

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) pretende estabelecer uma parceria com a Procuradoria-Geral da República com o objectivo de fazer cumprir as decisões que saem de processos de mediação, onde muitas vezes o queixoso e a parte queixada chegam a um acordo que não é cumprido, deixando a instituição sem competências para obrigar a parte em incumprimento. A directora Paulina Semedo, que defendeu a "judicialização" dos processos mais complexos, ao falar à imprensa considerou uma medida satisfatória para o próprio INADEC e todos aqueles que apresentam queixas.

"A violação de alguns direitos que põe em risco a vida e a saúde das pessoas, bem como a adulteração das datas de validade dos produtos que perigam a

vida das pessoas, são infracções que devem ser passíveis de indemnização, mas assim não acontece", disse. No que concerne à aplicação de algumas sanções administrativas, Paulina Semedo disse que a instituição pode até suspender as actividades comerciais e encerrar o estabelecimento em causa.

Paulina Semedo defendeu a criação de uma entidade reguladora de saúde independente para regular, supervisionar e monitorizar os serviços médicos e medicamentosos, em função da proliferação bastante acentuada de casas que prestam serviços no sector da saúde, como farmácias, sem quaisquer condições. O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, de acordo com Paulina Semedo, pretende implementar um livro de reclamações, com selo de identificação.

A iniciativa carece apenas de mecanismos legais que vai permitir ao consumidor escrever as suas reclamações, mas sem se sentir lesado. A directora do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor reconheceu as províncias de Benguela, Huíla e Huambo como as regiões que têm levado muito a sério o trabalho em matéria de defesa do consumidor.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas torrenciais desalojam famílias

Jornal de Angola
4 De Abril de 2016

Cerca de 268 pessoas da vila do Alto Catumbela, município da Ganda, província de Benguela, estão desabrigadas, devido à destruição parcial ou total de 48 casas em consequência das fortes chuvas que caíram ontem sobre a região. Um levantamento das autoridades policiais e administrativas indicou que as chuvas, acompanhadas de fortes ventos, além da destruição de 48 casas, deixaram sem cobertura nove salas de aulas de uma escola do I e 11 ciclo e um posto de Saúde nos bairros 02 e Kalongulo.

10.2 Cerca de 70 mil pessoas podem ser afectadas por desabamento de terra

Jornal O País
5 De Abril de 2016
Texto: Romão Brandão

O desabamento de terra ainda é um problema para muitas famílias e, por isso, com base nos dados definitivos do Censo de 2014, foi desenvolvido um estudo de modo a alertar os gestores locais e minimizar os constrangimentos nas zonas da Samba e da Boavista, onde concluiu-se que pelo menos 18.011 famílias poderão ser afectadas nos próximos tempos.

Segundo dados do INAMET, a Luanda registou, nos últimos anos, uma média anual de precipitação acima de 148 mm em relação aos anos anteriores, sendo os meses de Março e de Abril os de maior precipitação. Para o actual mês prevê-se muita chuva, facto que agrava os receios das autoridades em relação às farrulias que vivem nessas áreas.

No bairro da Boavista, por exemplo, 13.018 casas serão afectadas caso ocorra alguma alteração nos solos devido à erosão hídrica ou eólica, perfazendo um total de 43. 563 pessoas, sendo 9.080 crianças dos 0-5 anos, 11611 crianças dos 6-16 anos e 458 adultos com mais de 65 anos.

Do mesmo modo, o deslizamento de terra afectará, na Samba, pelo menos 4993 casas, 24088 pessoas, das quais 3792 são crianças dos 0-5 anos, 6027 crianças dos 6 -16 anos e 439 adultos com mais de 65 anos. O estudo acrescenta ainda, nas referidas áreas,

perfazendo um total de 92 infra-estruturas sociais (escolas, postos/centros médicos, administração...) em risco.

As duas áreas estudadas têm as mesmas características, com um sistema de drenagem precário, solos impermeáveis, densidade de ocupação média de cinco pessoas por habitação, sendo a alvenaria o tipo de construção predominante.

"Com este tipo de informação, os gestores locais, a Protecção Civil e outras entidades poderão intervir, antecipadamente, evitando consequências desastrosas e minimizar os riscos associados aos impactos inerentes às áreas vulneráveis. Tudo isso só foi possível com os dados definitivo do Censo", disse o director do INE, Camilo Ceitas.

Em colaboração com o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, a equipa fez um levantamento e análise de dados dos arquivos existentes na cartografia censitária do INE, para além de estudo cidade (hidrografia, solo, ocupação humana, dados pluviométricas da província, dos últimos anos, número de habitações nas áreas alvo e o número de pessoas residentes). Para os dois bairros, os estudos foram feitos nas zonas da Samba Grande e Pequena, Boavista e da Madeira, por se encontrarem em áreas potencialmente vulneráveis a inundações e deslizamentos de terra. Os especialistas apontam que há muitas casas próximas a canais de drenagem, pelo que favorecem a erosão. Cada cenário teve a sua particularidade, segundo o director do INE. A probabilidade de ocorrência pode ser medida com o retorno das chuvas e podem causar: vulnerabilidade alta-áreas propensa ao deslizamento de terras ou erosão e inundações ou cheias; vulnerabilidade média - as áreas vizinhas às áreas de alto risco e vulnerabilidade baixa: áreas que podem sofrer cheias por arrastamento das áreas vizinhas.

10.3 O Morro da Samba e as barreiras de protecção

Jornal de Angola
5 De Abril 2016

O jornal o PAÍS (na edição 79) trouxe uma reportagem sobre o Morro da Samba, onde para além das dificuldades relacionadas ao saneamento básico e a preocupação do aumento da criminalidade, os populares apontaram o facto de terem de "improvisar barreiras" de protecção.

A população que vive abaixo do Morro da Samba improvisou algumas barreiras para proteger as suas

residências do lixo e dos desabamentos de terra e rochas, uma preocupação constante.

A estudante e dona de casa, Josefina Manuel, afirma que no período seco o desabamento de terra é recorrente e o perigo é eminente, o que causa medo. "E, nos dias que chove, a lama vem toda para baixo, a nossa sorte é que temos barreiras os moradores Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e de já em viver noutra lugar com melhores condições de protecção que impossibilitam o lixo de entrar em casa", dissera.

Para a educadora infantil, Vala de Carvalho, moradora da rua da Cerâmica, "o Morro está a desmoronar! O escoamento do lixo é todo feito para as casas de baixo, o nosso ar é poluído". Segundo os moradores, só em 2014 foram quatro o número de pessoas que caíram e houve um caso de deslizamento de terra com danos materiais.

Na altura, O PAÍS conversou com então administrador do distrito da Samba, Adão Malungo, que reconheceu a existência de muitos moradores no referido morro e as dificuldades que passam. "Os moradores do Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e desejam viver noutra lugar com melhores condições", dizia, acrescentando que "tal situação ultrapassa as nossas competências".

A situação não é favorável, mas algumas pessoas continuam a construir casas em lugares inapropriados, de acordo com o administrador. Estes factores aumentam o nível de risco de vida daquilo que eles já possuem. Mas, acrescentou Malungo, acho que vai chegar o tempo em que a situação será resolvida, aliás "os estudos estão a ser feitos para a nova requalificação e a transferência daquela população para um lugar mais seguro".

10.4 Dez por cento vive em zonas de risco

Jornal Nova Gazeta
7 De Abril de 2016

Texto: André Kivuandinga

A representação das Nações Unidas (UN), em Angola, em parceria com a Development Workshop (DW), uma organização não-governamental angolana, realizou em Luanda, uma conferência sobre 'Planeamento das Cidades Costeiras de Angola para a Adaptação Climática'. O evento serviu para anunciar um estudo realizado nas zonas costeiras em 2015, que estima que 10 por cento da população vive em zonas de risco.

De acordo com o inquérito feito nas cidades de Cabinda, Luanda, Benguela e Lobito, as tempestades e inundações duplicaram nos últimos 60 anos. O crescimento demográfico destes locais resultou na ocupação de terras de baixo custo em correntes de água e em pântanos. Segundo os pesquisadores, o aumento da variação climática agravou o problema, com chuvas a transformarem-se em tempestades intensas, causando inundações. O estudo aponta para a importância da existência dos dados meteorológicos essenciais para avaliar o impacto possível de perigos climáticos. Dez por cento da população foi construir residências em áreas de perigo, das inundações e erosão.

Por outro lado, dados apontam para a existência de 37 por cento dos domicílios urbanos construídos em áreas com doenças ambientais como malária, diarreia e cólera. Perto de 50 por cento das famílias residentes nas zonas costeiras vive sem água canalizada.

Os analistas reconhecem que há uma "falta crítica" de dados climáticos em Angola. O país em 1974 possuía 500 estações meteorológicas, mas até ao final da guerra, em 2002, sobraram 20, ou seja, apenas quatro por cento do que havia.

Por inexistência de informação climática, o estudo explorou fontes alternativas para reconstruir os dados perdidos, incluindo registos meteorológicos históricos.

Allan Cain, director executivo da DW, considera que o estudo se destina a fornecer informações aos governos provinciais para melhor elaborarem os planos adaptados para as mudanças climáticas. As populações residentes nestas áreas são afectadas pela subida do mar, pelo aumento da temperatura e por inundações.

Em termos ambientais, Allan Cain considera essas zonas como "críticas" devido à falta de saneamento básico, em que o crescimento demográfico é "muito" alto. Só a capital tem um crescimento anual que ronda os sete por cento.

Flávio Chimbunde, chefe do planeamento operacional da Protecção Civil de Luanda, considera que o crescimento acelerado de Luanda "obrigou" muita gente a construir em zonas de risco, nos cursos naturais de água, nas zonas costeiras com perigo de erosão e de calemas e próximo das valas de drenagem das águas. "Isto faz com que a maior parte da população esteja vulnerável às consequências das mudanças climáticas e das inundações", sublinha aquele responsável.

Para diminuir esta vulnerabilidade, as populações têm sido sensibilizadas a não construir residências nestas zonas e algumas são desalojadas e realojadas em áreas consideradas "seguras".

O director técnico do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (INAMET), Francisco Osvaldo, não tem dúvidas de que todas as províncias de Angola correm o "risco" de terem mudanças climáticas, mas o Cunene e Kuando-Kubango "são as mais críticas" devido às constantes enchentes e surgimento de ravinas.

Em Luanda, os municípios de Cacuaco, Belas, Viana e os distritos da Samba, Sambizanga e da Ingombota possuem várias zonas consideradas de risco.

10.5 Estado cria condições para gestão de riscos

Jornal de Angola

13 De Abril 2016

Texto: André da Costa

As províncias de Benguela, Cuanza Norte, Cunene, Huíla, Luanda, Malanje, Namibe e Uíge têm já elaborado os planos de contenção de desastres e calamidades, no quadro do novo Plano Nacional Inserido nas estratégias internacionais sobre redução do risco de desastres, anunciou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Interior.

Eugénio Laborinho, falava na abertura do Seminário Regional sobre a Gestão de Informação para a Redução do Risco de Desastres nos Países da SADC e reafirmou o compromisso de Angola na criação de condições para uma gestão de risco que reduza o impacto dos desastres e contribua para o desenvolvimento do país, incluindo os aspectos de formação técnica, coordenação, implementação e monitoria.

O encontro, que termina hoje, tem a presença da vice-governadora provincial de Luanda, Juvelina Imperial, do representante e coordenador residente do PNUD, Paulo Baladeli, e do comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros Vicente Gimbe.

"Reafirmamos o nosso compromisso na criação de base de dados sobre impactos e perdas de desastres e ficamos à espera dos resultados do trabalho dos próximos dois dias, para integrá-los no nosso planeamento e prioridades, fazendo votos de que os países participantes neste seminário procedam de igual forma", disse Eugénio Laborinho. O secretário de Estado disse que em Angola, esta

tendência global manifesta-se através do aumento chuvas ou secas prolongadas em diferentes áreas do território nacional.

Laborinho recordou que o Executivo aprovou, por Decreto Presidencial, o plano de preparação, contingência, resposta e recuperação de calamidades e desastres, bem como o plano estratégico de prevenção e redução de riscos de desastres. As tendências internacionais em termos do impacto de desastres, mostram um aumento nas médias pluviométricas e nas temperaturas, ao ponto de este ano ser considerado o ano mais quente dos últimos tempos, explicou. Eugénio Laborinho acrescentou que "todas as políticas, planos e acções em redução de risco e preparação para contingência devem basear-se numa informação de alta qualidade, que permita entender o passado e projectar o futuro, com cenários de risco claramente definidos."

Este conhecimento, disse Eugénio Laborinho, pode ser aproveitado para avaliação de risco, prevenção e mitigação e para o desenvolvimento e implementação de medidas de preparação visando uma resposta eficaz. Os países da SADC, continuou Eugénio Laborinho, têm diferentes níveis de desenvolvimento nesta temática. "O que é comum é o nosso compromisso compartilhado para o desenvolvimento desta base de dados, com a integração das diferentes fontes que produzem a informação geoespacial, estatística operacional, tendo em conta as necessidades dos usuários públicos e privados."

Desafios do desenvolvimento

O representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Paulo Baladeli, afirmou que os desafios do desenvolvimento em África são cada vez mais postos em causa devido ao impacto devastador dos desastres naturais, como secas e inundações.

As perdas directas resultantes dos desastres no século XXI são calculadas em mais de dois triliões de dólares a nível mundial. Só em 2014, disse Paulo Baladeli, mais de seis milhões de africanos foram afectados directamente por 114 desastres registados. "As alterações climáticas agravam mais o problema, prejudicando a capacidade de resistência dos países africanos e dos seus cidadãos", concluiu Paulo Baladeli.

Participam no seminário representantes de Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Tanzânia e Zâmbia.

Os participantes debatem "A operacionalização de bases de dados sobre as perdas nos desastres", "A

criação de perfis e a modelagem probabilística do risco" e "Gestão Financeira de risco".

10.6 Lidar com desastres naturais

Jornal de Angola

14 De Abril de 2016

Um dos desafios elementares, ligados à própria sobrevivência humana, está relacionado com a redução do risco a todos os níveis. As sociedades modernas criaram numerosas "almofadas" para diagnosticar e controlar riscos de toda a sorte, mas persistem factores como a vulnerabilidade e a imprevisibilidade. Todos os dias as famílias são sensibilizadas no sentido de evitarem situações que as colocam em risco de vida e de danos materiais, muitas vezes, evitáveis. Temos um país com solo bastante acidentado e, quando a essa realidade se associam os fenómenos naturais como ravinas, chuvas, estiagem e má distribuição demográfica, a exposição ao risco tende a ser maior.

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) tem feito um grande trabalho junto das comunidades para os devidos esclarecimentos e apoio. Atendendo às mudanças climáticas, resultantes das alterações que se notam em todo o mundo, notamos em numerosas localidades do país fenómenos como ravinas, desertificação, cheias e dificuldades na gestão das linhas de água. Atendendo ao mau uso das valas de drenagem, usadas erradamente como depósito de lixo, as enxurradas acabam, em muitas localidades, por fazer barragem e com consequências graves quanto a velocidade e volume das águas. É preciso inverter o quadro em que enquanto as instituições do Estado tais como o SNPCB, os serviços comunitários e outros intervenientes procurem reduzir o risco, esta realidade colide com o comportamento de muitos compatriotas. Temos exemplos de engajamento nulo das comunidades para travar situações provocadas por poucos que acabam por afectar a vida de todos. Quando o vizinho ao lado deita lixo na vala de drenagem, quando sobre linhas de passagem das águas das chuvas são erguidas cabanas, apenas para mencionar estes exemplos, a comunidade à volta deve reagir pedagógica e positivamente.

No acto de abertura do seminário regional sobre a gestão de informação para a redução de riscos de desastres na região da SADC, terça-feira, em Luanda, secretário de Estado do Interior da Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio César Laborinho destacou a informação como factor vital. Ensina um ditado conhecido que "mais vale prevenir que remediar", uma advertência que serve para nos lembrar de que

quanto mais e melhor informadas estiverem as famílias menor é o risco em casos de desastres naturais. É uma das coisas realçadas pelo governante passa pela necessidade de se conhecer o histórico sobre a localidade e os seus desastres naturais conhecidos e documentados pela memória colectiva da localidade. Não basta reunir material para erguer um abrigo num determinado espaço, sendo igualmente vital reunir informação documentada sobre o local, sobretudo no que aos desastres e outros fenómenos dizem respeito.

Em uma altura em que o impacto das chuvas sobre as comunidades demonstra uma tendência altista, não há dúvidas de que as sensibilizações no sentido das famílias fazerem melhor gestão conhecimento do espaço em que se inserem fazem todo o sentido. Acreditamos que o país deu um passo em frente com a aprovação do Plano de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Calamidades e Desastres, através do Decreto Presidencial número 29/16, um documento orientador quando se trata de normas e procedimentos.

Há ainda o Plano Estratégico de Prevenção e Redução de Risco de Desastres, programas estratégicos que precisam de ser amplamente divulgados e partilhados para melhor compreensão. Cada província, em função das suas especificidades e necessidades, deve criar o seu programa e, por que não, deve certificar-se sobre a sua fiabilidade por via de testes de simulação.

Presume-se, muitas vezes, que não há planos de prevenção ou de respostas às calamidades quando, na verdade, as instituições do Estado têm as ferramentas para reduzir, significativamente, o impacto de fenómenos como chuvas, ravinas e outros. A acção tardia dos homens e o uso ineficaz das ferramentas colocadas à disposição, além da insistência de algumas famílias que não acatam as advertências, contribuem para emperrar os esforços das instituições. O fundamental é que, grosso modo, Angola não possui uma situação preocupante do ponto de vista dos desastres e da falta de preparação ou de planos de contingências contra determinados fenómenos naturais. Devemos elevar os níveis de preparação, quer como instituições, quer como famílias ou como pessoa individual, para que saibamos reduzir consideravelmente os efeitos dos desastres naturais. É possível gerir bem o conhecimento adequado da situação do risco, os desastres históricos que afectam as comunidades para fenómenos naturais deixem de ser estatística quando se trata de fatalidade.

Esperemos que desta reunião da SADC saiam importantes recomendações para que saibamos aplicar melhor os programas de prevenção contra tais

fenómenos, tendo sempre como base apoio o manuseio de informação. Acreditamos que, se formos capazes de criar uma boa base de dados que sirvam para orientar no uso temporário ou definitivo de um determinado espaço, seremos bem sucedidos no uso da informação para lidar com desastres naturais.

10.7 Chuvas fortes tornam ruas intransitáveis

Jornal de Angola

14 De Abril de 2016

Texto: Pedro Bica

Ruas intransitáveis, mercado do Cauango totalmente alagado e lixo em quase todas as vias são o cenário na sede da província do Bengo, na sequência das fortes chuvadas que se abateram, na terça-feira, sobre Caxito.

O Jornal de Angola circulou por algumas artérias de Caxito e constatou que o acesso às zonas do Kitonhi, Kijão Mendes e Mubungo é feito com bastante dificuldade, porque a estrada principal está inundada. No mercado do Cauango, por exemplo, a situação é desoladora, pelo facto de as vendedoras comercializarem os produtos perecíveis muito próximo das águas paradas e do lixo.

Ana Maria José, vendedora de peixes fresco, embora reconheça o perigo que representa a exposição de produtos comestíveis ao lado do lixo e moscas, disse não haver outro espaço de venda, enquanto o mercado municipal, concluído há muito tempo, aguarda pela inauguração. "Nós vendemos aqui nesta zona, porque não temos outro sítio e para não ficarmos de braços cruzados e passarmos fome, vendemos neste local".

As populações de Caxito temem por dias piores, pois, de acordo com dados do INAMET, os próximos dias são de chuvas e ventos fortes, acompanhados de trovoadas.

10.8 Prevenção de calamidades é analisada em seminário

Jornal de Angola

9 De Abril de 2016

Texto: Maximiliano Filipe

O Governo Provincial de Benguela iniciou os trabalhos de estruturação de um plano estratégico de prevenção contra catástrofes naturais, anunciou

ontem o vice-governador para esfera Técnica e infra-estrutura.

Victor Moita falava durante o seminário sobre Elaboração do plano Provincial de Preparação e contingência Face à calamidade e Desastres (2015-2019), uma acção promovida pela comissão Nacional de Protecção civil, desde terça-feira até ontem.

O vice-governador provincial disse que está a ser desenvolvido o levantamento geral das localidades, para facilitar a elaboração da carta de risco, de modo a prevenir a população contra o risco provocado pelas catástrofe natural em todo os município da província.

Victor Moita avançou que a estruturação do presente instrumento começou a nível do município do Lobito, com a elaboração da Carta Geral de Risco, tendo em conta as últimas ocorrência de 11 de Março de 2015, em que a chuvas provocaram a destruição de infra-estrutura e a morte de muitas pessoas.

O vice-governador provincial do Cuanza Norte disse que se pretende que a população viva em zonas mais seguras urbanizadas, onde a qualidade de vida se faça sentir.

Victor Moita referiu que as actividade de levantamento das localidades, o registo e o modelo de identificação das zonas de risco têm a colaboração de equipas técnicas do Governo e da administrações municipais.

O vice-governador provincial apelou aos administradores municipais e à autoridade tradicional para contribuírem para a execução prática do plano geral de distribuição de terrenos, de modo acabar com a cedência de parcelas em zonas de risco, por ser ilegal.

No seminário foram debatidos temas sobre o Plano Nacional de Preparação, Resposta e Recuperação de Calamidade, Contingência, Desastres (2015-2019) e o processo de planeamento provincial, e analisadas questões ligadas ao conceito geral e específico sobre os mesmos documento e o seu impacto máximo no território da província de Benguela.

10.9 Chuva causa danos em Luanda

Jornal de Angola

20 De Abril de 2016

Texto: Cristina da Silva

Treze mil residências encontram-se privadas do fornecimento de energia eléctrica devido à Inundação

de 11 postos de transformação na rua Kwame Nkrumah. Foram afectados o Ministério da Defesa, a Praia de Bispo, o Bairro Prenda, o Bairro Azul e parte da Maianga.

O porta-voz da ENDE, Pedro Bila, garantiu que os técnicos, às primeiras horas de ontem, estiveram no local para prontamente reporem a normalidade. "Pensamos nas próximas horas restabelecer o fornecimento de energia aos bairros acima citado." Dados dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros referem que as chuvas que se abateram em toda a extensão de Luanda, num período de quatro horas na segunda-feira, provocaram 14 mortes, cinco desaparecidos e 37 feridos. Das 14 mortes nove ocorreram no município de Cacuaco.

A chuva de segunda-feira causou também a inundação de 11.374 residências e 460 outras desabaram e ficaram descobertas. Faustino Minguês, porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, disse que ficaram inundadas 69 escolas, 16 colégios, 23 igrejas, 17 postos policiais e 11 postos de transformação.

Faustino Minguês disse que as zonas mais afectadas foram os municípios de Viana, Cazenga, Cacuaco e o Distrito de Kilamba Kiaxi.

Quanto às respostas, Faustino Minguês garantiu que nas zonas críticas estão a ser realizadas sucções e abertura de valetas.

"Continuamos à procura de pessoas desaparecidas", garantiu. As chuvas danificaram também uma conduta no Distrito do Sambizanga, privando de fornecimento de água potável o bairro Miramar.

Domingo Paciência, porta-voz da EPAL, garantiu ao Jornal de Angola que o trabalho de reparação está a ser feito de modo a voltar à normalidade.

Relativamente à informação das redes sociais, dando conta da coloração da água potável, a EPAL informa que o facto se deve ao aumento do nível do caudal dos rios Kwanza e Bengo. Essa situação, acrescentou, tem, causado enchente nos pântanos e mangais, arrastando grande quantidade de matéria orgânica para os rios onde há sistemas de captação de água alterando deste modo a qualidade da água bruta a ser tratada.

"Não obstante a cor apresentada a água tem sido tratada, apresentando os valores paramétricos exigidos pela Organização Mundial da Saúde", lê-se no comunicado da EPAL.

10.10 Ministra do Ambiente reitera combate ao comércio de marfim

Jornal O País

20 De Abril de 2016

Falando na reunião da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente, que decorre no Cairo sob promoção do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a governante afirmou que Angola está determinada a acabar com o comércio de marfim e construir "uma nova Angola", onde tanto as pessoas como as espécies únicas possam prosperar.

"A Comissão contra Crimes Ambientais apresentou um decreto banindo a venda de marfim e artefactos de marfim em Angola e estamos implantando uma unidade de crimes contra a vida selvagem no aeroporto internacional de Luanda", disse a ministra durante o encontro. Angola quer criar condições para albergar o "S de Junho", Dia Mundial do Ambiente, através de uma campanha que iniciou com uma reunião dos comerciantes do mercado do Benfica, nos arredores da cidade capital. "Temos informado aos comerciantes sobre a nossa intenção de interromper as vendas no mercado do Benfica, mas precisamos ser cuidadosos para garantir que não estimularemos o estabelecimento de um mercado negro, tornando mais difícil erradicá-lo", afirmou o director do Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação, Abias Huongo, que também participou neste evento, no Cairo.

10.11 Chuva Mata 14 pessoas em Luanda

Jornal O País

20 De Abril de 2016

Texto: Stela Cambamba

O porta-voz do comando provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), Faustino Minguês, revelou, a OPAÍS, que das 14 mortes registadas, nove ocorreram no município de Cacuaco e cinco na municipalidade de Belas.

De acordo com o porta-voz, até ao final da tarde de ontem registaram-se 37 pessoas feridas, 11.364 residências inundadas e 460 desabadas ou descobertas. O sector da educação também está entre

os mais afectados, com 85 estabelecimentos inundados (dos quais 69 escolas e 16 colégios) e 23 creches.

Registaram-se também inundações em 27 postos policiais e 11 PTs. As autoridades dos municípios afectados alertam os moradores que residem nas margens e arredores do rio Kwanza, para o facto de o caudal do rio encontrar-se demasiado alto devido às chuvas.

Faustino Minguês, conta que as zonas mais afectadas, são os municípios de Viana, Cacuaco e o distrito do Kilamba Kiayi.

Segundo o responsável, nesta altura as bacias de retenção encontram-se cheias e a transbordar, tornando as ruas intransitáveis em certos bairros, o que está a dificultar a circulação de peões e o trânsito automóvel, com ênfase para a "Zona do Coelho" (Viana), Avenida Kima Kianda (Ingombota) e Salinas (Cacuaco).

De acordo com o porta-voz, para dar respostas a esta situação estão a ser realizadas várias acções, sendo uma das quais a que consiste em abrir as zonas que foram invadidas pelas águas e lixo, de modo a permitir a sua circulação normal. O entanto, Faustino Minguês explicou ainda que, para se evitar perdas humanas e materiais, estão a sensibilizar as populações que vivem em zonas de risco, para abandonarem as suas residências.

As equipas de protecção estão a alojar apenas aquelas pessoas que residem em zonas de maior grau de perigosidade. "Estamos também a realizar actividades de salvamento e há algumas pessoas que se encontram presas no interior das suas residências", frisou.

Disse ainda que nos diversos municípios e distritos, com realce para a Ingombota, Maianga, Sambizanga, Viana e Belas, registaram-se quedas de árvores, painéis de publicidade, postos de iluminação pública e algumas viaturas ficaram soterradas. Segundo o oficial do SPCB, a chuva impediu a circulação dos comboios do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), por causa da enorme quantidade de lixo arrastada pelas águas no troço entre os municípios do Cazenga e Viana.

Faustino Minguês apela aos adultos para redobrem os cuidados com as crianças, sobretudo aquelas famílias que vivem em locais de risco como encostas, linhas de água, entre outros.

"Quando estiver a chover, devem, igualmente, evitar andar descalços, manter as valas de drenagem limpas, não construir nas margens de canais, desligar a

corrente eléctrica, cortar a água e o gás e não procurar abrigo em zonas descampadas ou em baixo de árvores", recomendou.

Previsão OMM

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), anunciou, recentemente, que há previsão de chuvas acima do normal para Angola e Moçambique, entre Abril e Junho.

Segundo um comunicado desta organização, tal se sucederá em consequência do fenómeno El Niño que afectou padrões do clima na época chuvosa na qual os efeitos da seca são considerados os mais graves em mais de 70 anos na região.

O mesmo deve ocorrer em áreas da Tanzânia, da Zâmbia, do Malawi, da República Democrática do Congo e da costa Leste africana.

A análise divulgada pela agência da ONU teve como base uma actualização regional que levou em conta a influência do fenómeno climático El Niño que prevê níveis normais ou pouco abaixo na maior parte dos Estados da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

10.12 Chuva causa dissabores aos moradores da Samba

Jornal de Angola

22 De Abril de 2016

Texto: César André

À semelhança do que acontece com as populações que vivem em casebres nas encostas do bairro da Boavista, quando chove torrencialmente, os moradores do morro da Samba Pequena enfrentam as mesmas dificuldades.

As fortes chuvas que se abateram um pouco por toda a Luanda causaram muitos estragos e desgraça às populações que vivem naquele morro.

Além de ceifar duas vidas humanas, a chuva inundou residências na área da cerâmica e destruiu parcialmente a estrada que liga o largo da Santa Bárbara, bairro da Coreia, passando pela área do Kim Ribeiro até ao bairro do Antigo Controlo, tornando-as intransitáveis.

Vários apelos são feitos pelas autoridades municipais para as populações deixarem de viver naquela localidade caracterizada de risco mas os alertas são ignorados pelas pessoas que insistem em habitar no local.

No morro da Samba Pequena é notório observar que não existem condições para os moradores continuarem a viver naquelas condições.

Num ápice as populações construíram no cimo do morro e quando chove é um "deus nos acuda". As casas construídas anarquicamente sem condições de habitabilidade, saneamento básico e outros serviços correm o risco de desabar todas as vezes que São Pedro decide abrir as torneiras.

10.13 Luanda, a chuva e os nossos mortos

Jornal O País

21 De Abril de 2016

Texto: Luís Fernando

Lá vamos nós, em silenciosa e já quase mal sentida procissão, enterrar os nossos mortos. Estes, os últimos, não são da Febre-amarela que, sorradeira, veio de algum lado ceifar vidas em flor; nem caíram pela acção da omnipresente Malária, há décadas a causa principal de óbitos entre nós. Pertencem a um novo algoz, a uma nova guilhotina, a chuva intensa que em Abril chega com prévio aviso, ou seja, sem surpresa porque é assim há uma infinidade de tempo. Luanda, a nossa capital, a tal que mais parece uma fera sem cabresto com a sua caótica organização estrutural, o seu crescimento imparável e sem a menor ordem ou previsibilidade, sim, essa mesma, mostrou nos últimos dias que não pode continuar a desafiar os desígnios da Natureza sem que se exponha aos perigos da reacção inevitável. Chuvas constantes marcadas por grandes volumes de água mergulharam a cidade no sofrimento, submergindo-a quase a seu belprazer, deixando reduzidas linhas de escape e, na acção devastadora, engolindo vidas pelos mais diversos métodos: as águas feitas rios urbanos caudalosos arrastaram quem puderam arrastar, a electricidade matou quem pôde matar.

E é assim que os outros dramas outrora notícias apenas, como o arrastão e o lodo ferozes de Lobito há um ano; o Lubango há coisa de meses, entre outros, decidiram replicar -se no cenário da capital, fazendo subir os números da mortandade. Na manhã de ontem, os serviços comunitários com tal competência forneciam o balanço de 17 mortos e 5 desaparecidos, sem esquecer os estragos nas habitações, centenas delas derrubadas pela força das águas e milhares de outras inundadas.

Definitivamente, este é um mau ano para Luanda na sua eterna relação com os fenómenos da Natureza,

muito em concreto a chuva. É demasiada água para uma cidade que não é um poço de virtudes em matéria de respeito das regras de organização urbanística. Um perigo fatal - o bloqueio das linhas naturais de escoamento das descargas pluviométricas convive connosco e é ele que, somado a outras decorrências como a própria qualidade dos solos e o volume excessivo das águas em tão reduzido período de tempo, define o peso dos estragos que a cidade tem de suportar.

Reconheçamos que o mundo mudou, as alterações climáticas há muito deixaram de ser as românticas previsões que se julgava rondavam as cabeças inquietas dos cientistas para se converterem em factos tangíveis, factos do quotidiano, e o planeta encontra-se verdadeiramente sob ameaça por ter sido violentado a níveis quase irracionais pela acção do homem. Esta é a realidade objectiva na primeira década e meia do século XXI e não há como fugir a ela (mais tempo menos tempo, há-de ser a falta de água para consumo que nos empurrará para uma guerra Lá vamos nós, em silenciosa e já quase mal sentida procissão, enterrar os nossos mortos. Estes, os últimos, não são da Febre-amarela que, sorradeira, veio de algum lado ceifar vidas em flor; nem caíram pela acção da omnipresente Malária, há décadas a causa principal de óbitos entre nós. Pertencem a um novo algoz, a uma nova guilhotina, a chuva intensa que em Abril chega com prévio aviso, ou seja, sem surpresa porque é assim há uma infinidade de tempo. Luanda, a nossa capital, a tal que mais parece uma fera sem cabresto com a sua caótica organização estrutural, o seu crescimento imparável e sem a menor ordem ou previsibilidade, sim, essa mesma, mostrou nos últimos dias que não pode continuar a desafiar os desígnios da Natureza sem que se exponha aos perigos da reacção inevitável. Chuvas constantes marcadas por grandes volumes de água mergulharam a cidade no sofrimento, submergindo-a quase a seu belprazer, deixando reduzidas linhas de escape e, na acção devastadora, engolindo vidas pelos mais diversos métodos: as águas feitas rios urbanos caudalosos arrastaram quem puderam arrastar, a electricidade matou quem pôde matar.

E é assim que os outros dramas outrora notícias apenas, como o arrastão e o lodo ferozes de Lobito há um ano; o Lubango há coisa de meses, entre outros, decidiram replicar -se no cenário da capital, fazendo subir os números da mortandade. Na manhã de ontem, os serviços comunitários com tal competência forneciam o balanço de 17 mortos e 5 desaparecidos, sem esquecer os estragos nas habitações, centenas delas derrubadas pela força das águas e milhares de outras inundadas.

Definitivamente, este é um mau ano para Luanda na sua eterna relação com os fenómenos da Natureza, muito em concreto a chuva. É demasiada água para uma cidade que não é um poço de virtudes em matéria de respeito das regras de organização urbanística. Um perigo fatal - o bloqueio das linhas naturais de escoamento das descargas pluviométricas convive connosco e é ele que, somado a outras decorrências como a própria qualidade dos solos e o volume excessivo das águas em tão reduzido período de tempo, define o peso dos estragos que a cidade tem de suportar.

Reconheçamos que o mundo mudou, as alterações climáticas há muito deixaram de ser as românticas previsões que se julgava rondavam as cabeças inquietas dos cientistas para se converterem em factos tangíveis, factos do quotidiano, e o planeta encontra-se verdadeiramente sob ameaça por ter sido violentado a níveis quase irracionais pela acção do homem. Esta é a realidade objectiva na primeira década e meia do século XXI e não há como fugir a ela (mais tempo menos tempo, há-de ser a falta de água para consumo que nos empurrará para uma guerra.

10.14 Primeiro passo para um planeta melhor

Jornal de Angola
23 De Abril de 2016

A ministra do Ambiente de Angola, Fátima Jardim, assegurou ontem nas Nações Unidas em Nova Iorque a ratificação por Angola do Acordo sobre as Alterações Climáticas aprovado em Paris por 195 países em Dezembro do ano passado.

Segundo um comunicado citado pela Angop, nas negociações para o Acordo Climático foi determinante a liderança de Angola como presidente dos Países Menos Desenvolvidos.

Este acordo obriga todos os países do planeta a tomarem medidas que permitam manter o aumento da temperatura do planeta a menos de dois graus centígrados desde a época pré-industrial e a realizarem todo o esforço possível para conter a temperatura a menos de 1,5° centígrados.

Um número recorde de países era esperado ontem em Nova Iorque para assinarem o histórico Acordo Climático, numa cerimónia oficial dirigida pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Mais de 130 países confirmaram que iam assinar o Acordo de Paris e mais de 60 Chefes de Estado e de Governo anunciaram a presença na cerimónia que coincide

com o Dia Internacional da Terra, informa o documento.

A cerimónia de assinatura vai marcar o primeiro passo para assegurar que o Acordo de Paris entra em vigor o mais cedo possível. O comunicado informa que o acordo entra em vigor 30 dias após pelo menos 55 países, representando 55 por cento das emissões globais de gases de efeito estufa, depositarem os seus instrumentos de ratificação ou de aceitação junto do secretário-geral. Antecedendo a assinatura do Acordo de Paris em Nova Iorque, o Ministério do Ambiente realizou no dia 8 de Abril do corrente ano um Workshop de Apresentação do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas que contou com a presença de representantes do Executivo e das Nações Unidas, do sector empresarial público e privado, de organizações não governamentais e da sociedade civil, entre outros.

Angola esteve representada na 21.ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas por uma importante delegação chefiada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, e integrada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, e pelo Representante das Nações Unidas em Angola, Paolo Balladelli.

Durante esse período, a delegação teve uma participação estratégica nas negociações e realizou importantes encontros de trabalho, incluindo um com a Administradora do PNUD, Helen Clark.

Embora Angola já tenha planos traçados para responder às normas do Acordo de Paris, incluindo estratégias multisectoriais para a adaptação a um novo modelo de desenvolvimento económico de baixa emissão, de segurança alimentar, de energias renováveis e hídricas na área da agricultura, ainda é necessário adicionar políticas e programas com o orçamento assinado, diz o comunicado.

Com a assinatura do Acordo de Paris, os países industrializados comprometeram-se a apoiar os países em vias de desenvolvimento com um financiamento de 100 mil milhões de dólares disponíveis para os programas de adaptação, lê-se no documento do Ministério.

10.15 Vendedores de plantas medicinais destroem eucaliptos no Kilamba

Jornal O País

26 De Abril de 2016

Texto: Domingos Bento

Os eucaliptos da cidade do Kilamba estão a ser vandalizados por vendedores ambulantes e comerciantes de mercados informais para serem comercializados como medicamentos de combate à malária e da febre-amarela.

Os sinais da vandalização podem ser vistos nas avenidas e ruas, como é o caso da Imperial Santana, em que se pode verificar algumas árvores partidas em consequências da acção das vendedeiras.

Moradores dizem que esta acção começou no passado mês de Março, de forma silenciosa, às noites, mas que rapidamente passou a efectuar-se em plena luz do dia, sob o olhar silencioso de muitos residentes.

Os jardineiros e outros prestadores de serviços são apontados como principais colaboradores dos vendedores, em troca de valores monetários.

Godinho Viegas, morador de um dos edifícios com vista para a Av. Imperial Santana, diz que o derrube de árvores começou no princípio do mês de Março, como se de uma limpeza das folhas se tratasse.

Progressivamente, começou-se a registar um fluxo maior de pessoas a colherem os ramos de árvores, que depois amarram em panos e seguem em direcção aos locais de paragem de táxi.

A intervenção de alguns moradores inibiu muitos comerciantes de serem eles próprios a colherem os ramos, passando entretanto a manter contacto prévio com jardineiros e outros coniventes.

O interlocutor mostrou -se preocupado com a destruição das árvores, o que, segundo ele, pode influenciar na qualidade do ar e estragar a imagem arquitetónica que a cidade apresenta, tendo pedido uma maior fiscalização.

Algumas árvores já não possuem ramos e folhas, sendo que outras encontram-se partidas, como consequência da actividade dos comerciantes.

OPAÍS percorreu alguns mercados informais, onde obteve explicações dos vendedores de que o referido produto é comercializado tanto para fins terapêuticos, como para a alimentação.

Os mercados situados na rotunda do Calemba 2 e da zona do Golf 2 são dois exemplos.

Paulo Bengui diz ser usuário de folhas de eucalipto desde 1985. Segundo ele, que é igualmente vendedor, para além de usá-lo como medicamento de combate à febre tifoide, malária e febre-amarela, passa aos seus clientes a receita de como se pode usar o tronco de eucalipto.

Entretanto, este vendedor de 55 anos realça que os benefícios da utilização da planta só podem ser sentidos por alguém que tenha sido inspirado por Deus, por acreditar que existem muitos "charlatões" com o objectivo único de extorquir dinheiro ao cidadão desavisado. Bengui recusou-se a revelar o local de onde os vendedores retiram as folhas de eucalipto, alegando apenas: "encontramos mesmo aqui em Luanda".

Já Maria Joaquim, do mercado do Golf 2, reiterou a posição do primeiro sobre a proveniência das folhas de eucalipto, tendo confundido o trabalho dos repórteres deste jornal com os dos agentes da Polícia.

Refira-se que é cada vez maior a presença de vendedores de diversas plantas que se diz possuírem 'poder de cura' em mercados e portas de hospitais.

10.16 Ondas fora do normal na costa angolana

Jornal de Angola

27 De Abril de 2016

Texto: André dos Santos

As fortes ondas, com alturas a variar entre seis e dez metros, que se registam na costa marítima angolana, desde a semana passada, têm origem num centro de baixa pressão atmosférica Identificado na costa sudoeste da África do Sul, revelou ontem o director técnico do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

"Através dos nossos equipamentos, registamos a presença de um centro de baixa pressão sobre o Atlântico, com ventos fortes, na costa sudoeste da África do Sul", afirmou Francisco Osvaldo, em declarações à Rádio Nacional de Angola.

Admitindo a possibilidade de ocorrência de calemas, disse Francisco Osvaldo, o Instituto Nacional de Meteorologia deu conta da situação ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, para tomada de medidas preventivas.

Francisco Osvaldo disse que não foi registado nenhum caso de sinistro em decorrência do fenómeno, que afecta particularmente as províncias de Cabinda, Namibe, Luanda e Benguela.

Captura reduzida

Mas na província do Cuanza Sul, pescadores ouvidos pela Rádio Nacional de Angola, afirmam que as fortes ondas estão a dificultar a sua actividade, reduzindo significativamente os níveis de captura de pescado. As baixas pressões são causadas pela elevação do ar quente, que circula no sentido horário no hemisfério Sul e no sentido anti-horário no hemisfério Norte. À medida que o ar, ao subir, arrefece, o seu vapor de água transforma-se em nuvens, que podem produzir Chuva, neve ou tempestade.

No mês passado, o INAMET disse que as chuvas intensas e frequentes que se registam em várias regiões do país resultam dos efeitos do fenómeno El Niño, que afecta a região equatorial do Pacífico e tem consequências na circulação geral da atmosfera e forte impacto sobre as precipitações em várias partes do mundo. O fenómeno continua a provocar inundações em algumas regiões do mundo e secas noutras. Os países da região África Austral, situados na zona central e sul, ressentem-se da seca e os mais a norte da sub-região são atingidos por chuva intensa.

Em Angola, na zona Sul do país, onde a chuva começou mais tarde e surgiu após longo período de estiagem, registam-se precipitações significativas desde Dezembro, excepto no Cuando Cubango.

Dados da Agência Americana para a Administração dos Oceanos e da Atmosfera revelam que os primeiros ciclos fortes do El Niño foram verificados em 1950. Os registos dos dados climáticos mostram semelhanças entre o actual ciclo e os registados entre 1996 e 1997 e 1982 e 1983. A Organização Meteorológica Mundial, agência especializada do sistema das Nações Unidas, avisou em Novembro que o fenómeno El Niño ganhava nova intensidade antes do final do ano.

10.17 Valas de escoamento, evitam erosão de solos

Jornal de Angola
27 De Abril de 2016

Na construção de infra-estruturas que impermeabilizam os solos é importante ter em conta a edificação de canaletas, valas de escoamento e outros tipos de estruturas que permitam conduzir a

água de forma segura sem promover a erosão dos solos, defendeu ontem, em Luanda, o ambientalista Vladimir Russo

Em declarações à Angop, Vladimir Russo referiu que as ravinas começam quando há a remoção de material vegetal do solo como capim, arbustos e árvores.

"Com a ausência de raízes para a protecção dos solos estes acabam por estar expostos à acção da chuva e dos ventos, sendo que quando chove a água vai escorrendo para os locais mais fáceis, principalmente seguindo as zonas de declive desprovidas de vegetação. Esses caminhos por onde corre a água acabam por se tornar 'pequenas linhas de drenagem que, com o passar do tempo, se transformam em ravinas", explicou.

Vladimir Russo disse ser normal acontecer este processo de ravinamento junto de áreas edificadas, como casas, estradas e outras infra-estruturas, pois estas actuam como barreiras "forçando" a água a procurar outros caminhos, o que resulta quase sempre em fenómenos de erosão grave como é o caso das ravinas.

Para o combate às ravinas, Vladimiro Russo disse ser importante respeitar as áreas já arborizadas, quer as de forma natural quer as plantadas pelo homem, visto que as árvores funcionam como importantes cortinas contra o vento e permitem segurar os solos.

Apontou que um dos problemas da erosão, ravinamento e resvalados morros está relacionado com a prática da agricultura em morros e outras áreas onde a vegetação acaba por ser removida, quer por corte directo como por queimadas ilegais.

Vladimir Russo concluiu que a prática do fabrico do carvão pode influenciar no alastramento de ravinas, pois o seu fabrico pressupõe a remoção de vegetação, particularmente árvores com fortes características de protecção dos solos.

10.18 Calemas "O perigo ainda está à espreita"

Jornal OPAÍS
27 De Abril de 2016
Texto: Stela Cambamba

O instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) confirma a informação que vai circulando nas redes sociais, segundo a qual, a Costa Marítima angolana seria assolada por ondas de seis a 10 metros de altura, conforme explica o meteorologista sénior Francisco Osvaldo.

Segundo Francisco Osvaldo, o INAMET, através dos seus meios tecnológicos, tomou conhecimento da presença no Oceano Atlântico de um centro de baixa pressão atmosférica, localizado sobre o Atlântico na costa Sudoeste da África do Sul, com ventos fortes capazes de provocar ondas de seis a 10 metros de altura.

O meteorologista sénior disse que "apesar de que o maior risco era esperado nos dias 23 e 24, o perigo ainda está à espreita, tendo em conta que é um fenómeno no natural. As ocorrências do género podem acontecer a qualquer momento", alertou.

Francisco Osvaldo conta que as ondas gigantescas podem causar um impacto negativo nas pessoas e danos materiais. Para o presente fenómeno, o centro de baixa pressão ainda permanece na costa com probabilidades de afectar as zonas costeiras de Cabinda, Benguela, Namibe e Luanda.

Por seu turno, o porta-voz do Serviço nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Sebastião, conta que o INAMET confirmou o facto através das suas pesquisas, tendo alertado as demais instituições que têm a missão de proteger a zona costeira do país. Assim, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, vai alertado a população através dos órgãos de comunicação, particularmente os cidadãos que vivem na zona costeira do nosso país, no sentido de se manterem atentos e, se possível, deslocarem-se a zonas mais seguras.

Faustino Sebastião disse ainda que, apesar de que se previa a ocorrência do fenómeno nos dias 23 e 24, por precaução, o alerta foi alargado para os dias seguintes.

A Protecção Civil e Bombeiros alerta os usuários do mar, de que não devem desenvolver actividades marítimas durante esses dias. Nas cidades do Sumbe e Porto Amboim (Kwanza Sul) e em Cabinda, os pescadores já se queixam da carência de pescado por terem interrompido a actividade pesqueira nos últimos dias. "Temos os técnicos preparados e todo o dispositivo ligado a orla marítima está preparado", garantiu porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, que acrescentou, entretanto, que desde a data prevista ainda não ocorreu nenhuma anomalia e espera que a situação se mantenha estável.

10.19 Famílias afectadas são transferidas para áreas seguras

Jornal de Angola

29 De Abril de 2016

Um total de 900 famílias que vivem em condições precárias na cidade do Lubango são transferidas, ainda este ano, para zonas mais seguras, anunciou, na quarta-feira o administrador municipal.

Francisco Barros Leonardo falava no termo de uma visita do governador provincial da Huíla, Marcelino Tyippinge, àquela zona considerada de risco, que fica entre os bairros Comercial, Lucrecia e Laje.

O administrador municipal disse que esta acção visa salvaguardar a saúde pública, assim como desobstruir a avenida do Lubango, na marginal do rio Mukufi.

Francisco Barros Leonardo afirmou que, numa primeira fase, vão ser realojadas 495 famílias, que, após um processo de catalogação, foram priorizadas por se encontrarem em situação mais crítica e salientou que a Administração Municipal do Lubango foi orientada pelo Governo provincial a criar condições de loteamento de novos espaços, para acolher aquelas populações.

"Este processo vai começar muito brevemente e estamos a trabalhar com outras estruturas afins, como a direcção provincial do Urbanismo, para que se tenha êxitos", disse Francisco Barros Leonardo que assegurou que a Administração Municipal vai trabalhar na desobstrução de vias tradicionais, actualmente interrompidas por construções anárquicas.

Disse que novas obras são realizadas nos arredores daquelas zonas, com vista a tirar do casco urbano a circulação de veículos pesados.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Auxílio a imigração ilegal afecta a segurança

Jornal de Angola

20 De Abril de 2016

Texto: André da Costa

O ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, manifestou ontem em Luanda preocupação com os casos de auxílio à imigração ilegal de cidadãos nacionais a troco de valores monetários"

Ângelo da Veiga Tavares, que falava no acto central dos 40 anos de existência do Serviço de Migração e Estrangeiros que decorreu no Centro de Detenção de Estrangeiros em Viana, revelou que os imigrantes ilegais usam meios cada vez mais sofisticados para entrar em Angola, estimulados pela difícil situação social e económica de alguns países de África e de outros continentes, contando com o auxílio de cidadãos nacionais.

Para desencorajar estas práticas, o ministro do Interior apelou ao efectivo no sentido de trabalhar com a população e as autoridades tradicionais, divulgando as leis migratórias do país, as medidas sancionatórias do auxílio à imigração ilegal e as consequências nefastas decorrentes dessa prática para a nossa sociedade, quer no domínio económico, social, cultural, demo gráfico e segurança interna do Estado.

O ministro pediu ao efectivo para reforçar a vigilância e o controlo de menores em todos os postos de fronteira no sentido de evitar o tráfico de seres humanos e outras práticas ilícitas afins.

Aos utentes dos serviços prestados pelo SME, e particularmente aos cidadãos estrangeiros que vivem ou querem viver em Angola, o ministro do interior pediu que pautem sempre pelo respeito dos valores, costumes e cultura dos angolanos. Ângelo da Veiga Tavares aconselhou os cidadãos estrangeiros a tratarem os seus assuntos pela via legal, evitando caminhos impróprios e comportamentos oportunistas sempre que pretenderem obter documentação do SME. O SME foi criado no dia 19 de Abril de 1976, com a finalidade de promover e coordenar a execução das medidas tendentes ao controlo da entrada, saída, permanência, trânsito de estrangeiros em Angola, bem como o movimento de pessoas a partir dos postos de fronteira terrestre, aérea e fluvial.

O SME sempre assumiu com elevado profissionalismo e responsabilidade as tarefas que lhe foram cometidas e em face do contexto, em cooperação com as Forças Armadas Angolanas. O ministro lembrou ainda que o SME contribuiu para a defesa da soberania do país, da sua integridade territorial e da paz, com elevado patriotismo e espírito de missão dos seus efectivos.

"Por força da dinâmica do desenvolvimento histórico de Angola, o SME sofreu transformações substanciais de natureza orgânica, estrutural, funcional e metodológica, constituindo hoje um dos mais importantes órgãos executivos centrais do Ministério do Interior, encarregado de toda a problemática relativa ao planeamento, direcção e controlo da política migratória do país num contexto nacional de elevada complexidade", disse.

A realidade actual exige do SME a observância escrupulosa pelo efectivo do elevado espírito patriótico e do princípio da legalidade, a prossecução do interesse público, da honestidade e fidelidade, a fim de garantir que a presença de estrangeiros em Angola seja uma mola impulsionadora da disciplina e catalisadora do desenvolvimento nacional.

Maior eficiência

O director do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), comissário José Paulino, afirmou que a instituição registou um crescimento que garante maior eficiência na aplicação de vários processos, como os regulamentos sobre os regimes de carreira, de avaliação e desempenho do efectivo e do regime disciplinar.

Em relação à simplificação e desburocratização para garantir a prestação de um serviço público mais satisfatório, José Paulino explicou que foram eliminadas as longas filas de espera no atendimento ao público, bem como reduzidos os prazos de entrega dos actos migratórios.

Com o objectivo de preencher o vazio que existia na emissão de vistos de entrada, foi criado o sistema de entradas múltiplas com vistos ordinários e de turismo, cuja aplicação tem sido mais-valia na promoção do turismo e de instrumentos indirectos de promoção ao investimento e de pesquisa de oportunidades de negócios.

O director do SME disse que continuam os esforços com vista à implementação em Angola do passaporte electrónico e a reestruturação dos sistemas informáticos e de comunicação que vão permitir uma

integração mais articulada dos vários sistemas de informação do SME, bem como a nomeação e colocação de oficiais de ligação de migração em algumas missões diplomáticas e consulares, cuja aplicação é feita de forma gradual.

José Paulino anunciou que vai apostar mais na valorização e formação do efectivo através de processos tendentes à sua satisfação vital.

O director do SME mostrou-se insatisfeito com casos de práticas indecorosas por parte de alguns funcionários da instituição, contra os quais foram instaurados processos disciplinares, alguns dos quais resultando na expulsão das fileiras do SME.

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Geraldo Sachipengo Nunda, o responsável pela comissão de Defesa e Segurança da Assembleia Nacional, Roberto Leal Monteiro, o Procurador-Geral adjunto da República, Arcanjo Custódio, o chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado, Eduardo Octávio, e o vice-governador provincial de Luanda, Celso Silva, estiveram presentes na cerimónia.

11.2 Nacionais por detrás da imigração ilegal

Jornal O País

20 De Abri de 2016

Texto: Maria Custódia

O ministro do Interior, Angelo da Veiga Tavares, manifestou-se preocupado com o crescimento da imigração ilegal, realçando que essa realidade tem a ver com a cumplicidade de cidadãos nacionais que fazem deste procedimento condenável uma via para ter acesso rápido a benefícios financeiros e, conseqüentemente, ao enriquecimento ilícito.

Veiga Tavares, que se pronunciava no acto oficial comemorativo do 40º aniversário do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), defendeu que se deve continuar a trabalhar com as populações, com as suas lideranças e, fundamentalmente, com as autoridades tradicionais que também conhecem as leis migratórias do país e as medidas que sancionam a imigração ilegal.

O responsável disse que as conseqüências decorrentes desta prática ilícita são prejudiciais para a nossa sociedade, tanto no domínio económico como social, cultural e demográfico e até no âmbito da própria segurança interna do Estado. O ministro apelou aos efectivos do SME a redobrem a vigilância e controlo de menores em

todos os postos de fronteira onde, com os outros órgãos de polícia, desenvolvem as suas actividades, no sentido de se evitar o tráfico de seres humanos, assim como outras práticas ilícitas.

O titular da pasta do Interior aconselhou os utentes dos serviços prestados pelo SME e, particularmente os cidadãos estrangeiros que vivem ou pretendam viver em Angola, a enveredarem sempre pelo respeito aos valores e costumes dos angolanos, tratando os seus assuntos pela via do respeito e a observância da lei, evitando caminhos e comportamentos oportunistas com o propósito de obterem, de forma ilícita, os documentos emitidos pelos Serviços de Emigração e Estrangeiros.

Veiga Tavares encorajou os novos quadros no sentido de darem continuidade à sua formação académica, aconselhando-os que a mesma seja preferencialmente feita em especialidades ligadas às actividades profissionais que desenvolvem.

O ministro reconheceu que os serviços de Migração e Estrangeiros, assim como outras instituições do Estado, assumiram, sempre, com elevado profissionalismo e responsabilidade as tarefas que lhes foram atribuídas e que, em cooperação com as Forças Armadas Angolanas, contribuíram "para a defesa da soberania do país e da sua integridade territorial, num gesto de elevado patriotismo e espírito de missão dos seus efectivos".

Redes organizadas de apoio à imigração

Por seu turno, o director dos Serviços de Migração e Estrangeiros, José Paulino da Silva, assegurou que mensalmente são repatriados entre 80 a 100 cidadãos estrangeiros ilegais, maioritariamente provenientes de países com os quais Angola faz fronteira.

A razão do fenómeno reside no facto de, segundo o responsável, existirem muitas facilidades neste sentido, porque o processo de repatriamento em alguns casos é feito por via terrestre, em coordenação com as entidades dos países dos quais são oriundos. "Existem redes organizadas que apoiam o tráfico", disse.

Realçou que a presença de estrangeiros no Centro de Detenção de Estrangeiros Ilegais não é permanente, mas podem ficar por alguns dias ou meses nesses locais, dependendo sobretudo da colaboração que obtiverem das missões diplomáticas dos países de que são originários ou de empresas para as quais prestam serviço.

José Paulino da Silva, assegurou que mensalmente são repatriados entre 80 a 100 cidadãos estrangeiros ilegais, maioritariamente provenientes de países com os quais Angola faz fronteira.

A razão do fenómeno reside no facto de, segundo o responsável, existirem muitas facilidades neste sentido, porque o processo de repatriamento em alguns casos é feito por via terrestre, em coordenação com as entidades dos países dos quais são oriundos. "Existem redes organizadas que apoiam o tráfico", disse.

Realçou que a presença de estrangeiros no Centro de Detenção de Estrangeiros Ilegais não é permanente, mas podem ficar por alguns dias ou meses nesses locais, dependendo sobretudo da colaboração que obtiverem das missões diplomáticas dos países de que são originários ou de empresas para as quais prestam serviço.

Desafios do SME

O responsável disse que este órgão tem feito um conjunto de exercícios para tornar efectiva a apresentação do novo passaporte electrónico, com previsão para o fim deste ano, apesar de custos financeiros e outras nuances de ordem técnica e informática.

Considerou a aposta na força de trabalho jovem como sendo a aposta mais adequada à renovação dos quadros, já que transportam sempre uma mais-valia aos seus serviços, visto que, passado algum tempo, os antigos efectivos devem deixar a corporação e os lugares ficam aos mais novos.

"Neste momento há um esforço de cada vez mais melhorarem a sua prestação, não só para aqueles que beneficiam dos seus serviços mas também internamente prestar uma atenção ao homem no sentido de elevar cada vez mais a sua motivação", concluiu.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 12.1 Ministro da geologia e minas com dias contados

Jornal A República

12 De Fevereiro de 2016

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, pode a qualquer momento ser apeado do cargo que ocupa, segundo noticiou na última semana o site de internet Club-K, que citou fonte do Palácio Presidencial. De acordo com aquele media electrónico, a exoneração do governante está para breve, devendo inclusive acontecer antes mesmo de uma remodelação mais ampla que José Eduardo dos Santos deverá efectuar proximamente. Fazendo fé no Club-K, o caso de Francisco Queiroz é tido como "especial", razão por que será tratado com a máxima brevidade possível e "não deverá esperar mais pelo "pacote de exonerações" que apeará muitos ministros e secretários de Estado", o quer dizer que o ministro da Geologia e Minas vai "cair" sozinho e já nos próximos dias.

Estando o PLANAGEO em curso e sem possibilidades de recuo ou insucesso, até porque o líder executivo do projecto Makenda Ambroise dá todas as garantias não só de prossecução mas também de sucesso, Francisco Queiroz "tornou-se agora peça descartável", como refere o Club-K. O site explica que o motivo principal da futura exoneração de Francisco Queiroz são os resultados nada encorajadores apresentados pelo sector mineiro, onde a excepção é o subsector dos diamantes. Para o Chefe de Estado e titular do poder executivo, anda tudo parado à espera dos resultados do PLANAGEO, o que é inconcebível, dada a necessidade extrema de o país diversificar a sua economia.

"No Palácio da Cidade Alta o entendimento é que o sector mineiro deveria assumir um papel relevante na diversificação da economia nacional, assumindo mesmo a liderança neste particular. Porém, na perspectiva da Presidência da República isto não tem acontecido, o que terá exasperado já o chefe de Estado em razão de julgar que o sector não pode ficar à espera dos resultados do PLAGEO", escreve o Club-K.

Ainda de acordo com o site, "José Eduardo dos Santos em várias ocasiões terá manifestado junto de colaboradores mais próximos o seu profundo

desagrado com a imagem passada pelo Ministério da Geologia e Minas". Na perspectiva de José Eduardo dos Santos, o ministro tem descurado áreas potencialmente rendosas como as rochas ornamentais, o ferro e até mesmo o guano, excremento de morcego que é considerado o melhor fertilizante do mundo e cuja produção é quase nula, existindo apenas uma mina desse produto, situada na província do Kwanza-Sul.

O desconforto do PR é tanto maior porque Francisco Queiroz "aparece" demasiado e sempre que o faz é para falar no PLANAGEO. Ou seja, amiudadas vezes e por motivos geralmente irrelevantes chama a comunicação social ao seu gabinete para debitar lugares comuns, quando o titular do poder executivo esperava que trouxesse novidades que ajudassem no generalizado esforço de diversificação da economia. Passou, de resto, a ser motivo de chacota a aflição do ministro quando a TPA ou a TV Zimbo atrasam nas conferências de imprensa que ele convoca. Para José Eduardo dos Santos, neste momento de crise é importante fazer mais e falar menos, mensagem que o ministro parece não ter captado ainda.

Em boa verdade, no Palácio Presidencial já se percebeu que Francisco Queiroz quer "mostrar serviço" por via das amiudadas aparições na comunicação social, principalmente na televisão para ser visto pelo Chefe. Segundo o Club-K, ao que tudo indica "esta táctica, porém, não gerou os efeitos que o ministro esperava. Antes pelo contrário, resultou exactamente em efeito contrário porque há muito que é voz corrente no Palácio Presidencial que o momento é de mais acção e menos palavras, sobretudo quando as palavras são desprovidas de conteúdo e indiciam manifestamente intuito de autopromoção pessoal, como são interpretadas as de Francisco Queiroz no outeiro de São José, onde a sua imagem está mais do que fragilizada".

Ainda fazendo fé no Club-K, o sucessor de Francisco Queiroz deverá ser João Baptista Borges, o titular do pelouro da Energia e Águas, que é geralmente tido como um quadro de reconhecida competência técnica e discrição, atributos muito apreciados pelo PR. A possível indicação de João Baptista Borges para o cargo de ministro da Geologia e Minas também "caiu" bem no próprio Ministério, onde merece aprovação quase total, inclusive de quadros lavados por Francisco Queiroz. Em princípio tidos como seus "indefectíveis".

O Club-K avança mesmo que "o desejo de mudança no cargo mais alto do ministério é tão grande que há muitos trabalhadores, incluindo quadros intermédios de reputada valência técnica, que preparam uma "festa de boas-vindas" ao actual ministro, como

aconteceu com Carolina Cerqueira no Ministério da Comunicação Social, onde teve de ouvir assobio, palmas e vivas dos trabalhadores no dia da sua exoneração, enquanto trabalhava no gabinete, sem saber o que estava a acontecer".

12.2 12.3 Reforço do controlo das áreas mineiras

Jornal de Angola

20 De Março de 2016

Texto: Delfina Victorino

Antunes Sapalo anunciou que o sector reforçou a fiscalização sobre os estrangeiros em situação ilegal na exploração de diamantes, principalmente nas localidades da Lúbia e Seteca, no município da Nharea, e no Soma Kwanza, em Chitembo. A província é frequentada por garimpeiros maioritariamente provenientes do Congo Democrático, Mauritânia, Sudão, Costa do Marfim, Senegal, Guiné Conacri e Mali.

Com o controlo policial, as autoridades pretendem elevar a contribuição do sector dos diamantes na formação das receitas fiscais e na provisão de fundos para o Orçamento Geral do Estado, disse o director. Antunes Sapalo referiu que, em contraste, o número de solicitações de licenças de exploração mineira em várias localidades da província aumentou nos últimos meses e os pedidos que incidem na formação de cooperativas de exploração artesanal. Antunes Sapalo disse que a província tem 11 unidades de exploração mineira licenciadas, entre as quais se contam cooperativas de extracção de diamantes e britadeiras.

Sector Mineiro

O director provincial da Geologia e Minas disse ontem que actualmente existem 207 unidades industriais dispersas por várias localidades do Bié, que garantem 1.286 postos de trabalho aos jovens que exerciam antes actividade mineira ilegal.

O sector da Indústria, Geologia e Minas no Bié arrecadou para os cofres do Estado, no ano passado, mais de 3,9 milhões de kwanzas, informou. Quanto à exploração mineira, onze unidades são controladas na província, desde as que se dedicam à britadeira, à cooperativas que exploram inertes.

O director da Geologia e Minas do Bié disse que na província as administrações municipais e comunais têm ajudado na identificação de indivíduos que actuam de forma ilegal nas actividades mineiras. Para prevenir o meio ambiente, a Direcção da Geologia e Minas procura legalizar e registar as empresas que

querem actuar nesta área e ajudar na melhoria das condições sociais das populações. A província do Bié conta com um pólo de desenvolvimento industrial na Comuna do Cunje, onde existe uma unidade de produção de material de PVC.

Antunes Sapalo explicou que a criação de cooperativas visa empregar mais pessoas a explorarem inertes de forma legal e artesanal, para ajudar no crescimento económico e social do país. A comuna da Lúbia, no município de Nharea, que dista 175 quilómetros da cidade do Cuito, conta com a cooperativa CABCB, que dá trabalho a 50 pessoas.

12.3 USD 130 Milhões encerram conflito diamantífero entre Angola e Portugal

Jornal O País

26 De Abril de 2016

Texto: José Dias

Uma fonte oficial da Endiama confirmou esta Segunda-feira a O PAÍS estar em curso o processo de pagamento do valor que implicará não só a retirada da SPE do mercado angolano e a passagem dos 49% que detinha na Sociedade Mineira do Lucapa (SML), onde tinha a empresa estatal angolana Endiama como parceira, como a entrega a Angola de todo o arquivo técnico e documental relacionado com as actividades de prospecção diamantífera realizadas.

O material a disponibilizar às autoridades angolanas será relevante, já que a SPE estava presente na SML desde 1992 e é herdeira da Diamang, grupo de grande dimensão que explorou os diamantes na zona das Lundas antes da independência de Angola.

De acordo com o relatório e contas da SPE, aprovado em assembleia-geral a 31 de Março, a Endiama "obrigou-se a pagar à SPE a quantia global de USD 130 milhões" pela cedência da quota e dos créditos por suprimentos feitos pela empresa na SML, "bem como pela transmissão do acervo documental".

O acordo representa "o fim de um conflito entre as partes portuguesa e angolana", que se agudizou, após desentendimentos sobre o projecto, em Outubro de 2011, quando Angola revogou a licença de exploração da SML, visando a SPE. Desde essa data, houve várias acções pela parte portuguesa, nomeadamente ao nível da justiça, mas também ao nível diplomático.

O relatório e contas revelam que também o anterior

Presidente da República português, Cavaco Silva, desempenhou um importante papel de intermediário entre as partes desavindas.

O conselho de administração, presidido por Hélder de Oliveira, deixa uma mensagem de "reconhecimento a todas as entidades colectivas e privadas que contribuíram decisivamente para que o acordo fosse alcançado, nomeadamente, a Presidência da República". Pelo meio ficaram os custos com os processos de litigância que, entre assessoria jurídica e contencioso e notariado, somaram € 1,7 milhões nos anos de 2014 e 2015.

O pagamento pela retirada da SPE de Angola (e entrega do arquivo técnico) já está a ser feito, embora no relatório nada seja dito sobre o calendário dos pagamentos. Isto numa altura em que, devido à descida do preço do petróleo, Angola enfrenta uma crise financeira, com falta de liquidez e divisas. O documento refere-se apenas que já foi paga a primeira prestação, no valor de € 9,4 milhões. O acordo prevê que haja um pagamento todos os meses, com final em Outubro, e o calendário tem vindo a ser cumprido.

Com a SML como único activo, a SPE tem sobrevivido nos últimos anos graças ao apoio da Parpública. Agora, as contas sofreram uma melhoria, já que o acordo com Angola fez reverter a imparidade registada em 2011 por força da revogação da licença mineira.

Após muitos anos de prejuízos, a empresa conseguiu assim fechar as contas de 2015 com um lucro de € 11,56 milhões (que beneficiou ainda de um câmbio mais favorável). Este valor será usado para cobrir parcialmente os prejuízos acumulados, tendo a empresa um balanço ainda bastante debilitado (o capital próprio ainda é inferior a metade do capital social).

Ao todo, a empresa devia € 23,3 milhões no final do ano passado, dos quais € 16,4 milhões dizem respeito a financiamentos da Parpública (equivalente a 70% do montante global). O restante está dividido por três bancos, a Caixa Geral de Depósitos (€ 4,1 milhões), Novo Banco [C 2,3 milhões) e BPI (€ 492 mil).

Nada no relatório e contas refere qual será o destino da SPE quando receber a última prestação dos pagamentos devidos por Angola, mas é provável que o Estado, quando tal acontecer, proceda à sua extinção. Da mesma forma, não há qualquer referência sobre se os accionistas privados poderão ou não vir a receber algum retorno pelas suas acções. Mas é provável que estes acabem por retirar algum dividendo do investimento feito no passado.

12.4 Sector diamantífero dá sinais de crescimento

Jornal O País

28 De Abril de 2016

O sector diamantífero nacional apresenta sinais de crescimento que sustentam as expectativas de desenvolvimento do sector não petrolífero. A Sociedade Mineira de Catoca, responsável por 75% dos diamantes do país anunciou que não haverá redução de pessoal apesar da conjuntura actual. Adicionalmente, a companhia estatal nacional de exploração diamantífera, Endiama, finalizou o processo de compra de 49% de participação na Sociedade Mineira do Lucapa (SML) e de aquisição do arquivo técnico e documental relacionado as actividades de prospecção diamantífera do país, detida pela Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE) no montante de 130 milhões USD, factos que poderá alavancar a produção do sector.

Segundo as Linhas Mestras para Saída da Crise (LMSC) em 2015 o sector de diamantífero cresceu 2,2%, enquanto que para 2016, o Orçamento Geral do Estado prevê um crescimento do sector de 1%, que contribuirá para o crescimento de 2,7% do sector não petrolífero.

Espaço Internacional

Nos EUA, as encomendas de fabrica apresentaram desempenho inferior as expectativas. As encomendas de fabrica estabeleceram-se em 0,8% em Março, uma deterioração diante da expectativa de crescimento de 1,9%, sendo que, no mês anterior reduziu em 3,1%. O registo poderá representar uma recuperação moderada da actividade económica no 1º trimestre do ano corrente, impulsionada pelas encomendas no sector de transportes que aumentaram em 2,9% e pressionadas pela recuperação moderada das economias internacionais que reflectiram-se na redução das remessas ao exterior em 1,5%.

Em França, os pedidos de subsídios de desemprego reduziram para níveis de 2015. Os pedidos de subsídios de desemprego em Março situaram-se em 3,53 milhões, inferiores em 1,67% ao registo de 3,59 milhões de pedidos referente ao período anterior, representando este o menor numero de subsídios desde Março de 2015 em que se estabeleceu em 3,51 milhões. O registo reflecte os esforços de redução do desemprego do Governo de François Hollande, a que condicionou a sua candidatura para as eleições de Maio de 2017 e poderá ter impulsionado a inflação

homóloga que evoluiu em 0,1 pp para -0,1% em Março.

Destaques da Agenda Económica

Na agenda económica de Quarta-feira, os analistas do Atlântico dão destaque à divulgação do PIB trimestral no Reino Unido referente ao 1.º trimestre do ano corrente, esperando-se que se situe em 0,4%. Realce ainda para os EUA, onde foi divulgado o limite superior e inferior da taxa de juro de referência relativo ao mês de Abril, antecipando-se que se mantivesse em 0,5% e 0,25%, respectivamente.

12.5 Sector diamantífero produziu em dois anos 7.962.330 quilates

Jornal O País

28 De Abril de 2016

Texto: Borges Figueira

Sete milhões e 962 mil e 330 quilates de diamantes foram produzidos entre 2013 e 2015, do que resultou uma receita bruta para os cofres do Estado de USD 959 milhões, segundo revelou esta Quarta-feira, em Luanda, o ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça.

O governante, que falava durante abertura do 5.º Conselho Consultivo do Ministério da Geologia e Minas, que decorre esta Quarta-feira em alusão ao Dia do Mineiro, referiu que a produção industrial de diamantes média anual ronda os 7.962.330 quilates, o que corresponde a uma taxa de execução de 84,54 % face às previsões, e de que resultou uma receita de USD 959 milhões. Já no que concerne à produção das rochas ornamentais, a média anual aproximou-se dos 44.753.67 metros cúbicos, que reflectem uma taxa de execução de 87,12% em relação à meta prevista. O que respeita às vendas médias anuais de rochas ornamentais, o governante informou que foram arrecadados cerca de USD 8,286 milhões, que correspondem a uma taxa de execução de 134,78 % face à meta fixada, representam uma contribuição média anual de 2,5% para o Produto Interno Bruto. A taxa de crescimento verificada foi de 2,17%, quando o PIB total terá crescido cerca de 4,87%.

De acordo com Job Graça, o papel do sector no novo ciclo económico não dependente do petróleo, necessita de uma maior contribuição do sector mineiro no contexto da estratégia para saída da crise derivada do choque petrolífero.

Para o governante, a estratégia do Executivo angolano saída para a crise adoptar programas dirigidos, com instrumentos para o aumento da produção interna de bens da cesta básica e outros essenciais com vista tanto ao incremento das exportações não petrolíferas como à substituição das importações, com ganhos de eficiência e economias de escala resultantes do estabelecimento de parcerias estratégicas que garantem a transferência I know-how para o país frísou

Segundo Job Graça, o grande potencial de exportação do país, no curto prazo e numa escala considerável, são os diamantes e as rochas ornamentais, ferro e ouro, que foram já seleccionados para produção ao abrigo de programas dirigidos, no âmbito do ferro gusa e das rochas ornamentais, com produção previstas de 104 mil toneladas: 74.632 metros cúbicos respectivamente, de 2016 à 2017.

No actual contexto económico e social é extremamente importante o papel do sector de geologia e minas na geração de novos empregos, tendo em vista melhoria progressiva das condições de vida e bem-estar das populações, sublinhou o governante.